

II
SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

S U P L E M E N T O

S U M Á R I O

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada 3208-(2)

Ministérios da Administração Interna e das Finanças

Despacho conjunto 3208-(4)

Ministério da Administração Interna

Governo Civil do Distrito de Aveiro 3208-(4)

Ministério do Planeamento e da Administração do Território

Direcção-Geral do Ordenamento do Território.... 3208-(6)
Inspecção-Geral da Administração do Território 3208-(21)

Ministério da Agricultura

Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior 3208-(21)

Ministério da Educação

Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário.. 3208-(21)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Gabinete do Ministro 3208-(22)
Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas 3208-(23)
Junta Autónoma de Estradas 3208-(24)

Ministério da Saúde

Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos 3208-(61)

Ministério do Ambiente e Recursos Naturais

Gabinete do Ministro 3208-(61)

Universidade do Porto 3208-(62)

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Estado-Maior da Armada

GABINETE DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Aviso. — Para os devidos efeitos se publica o efectivo das unidades auxiliares da Marinha, referido a 31-12-91:

Efectivo das unidades auxiliares da Marinha

(Referido a 31 de Dezembro de 1991)

Nome	Ind. vis./num. amura	Atribuição	Equipamento comunicações
<i>Creoula</i>	U. A. M. 201	Com. flot. nav. pat.	MF-HF-VHF/FM.
<i>Macau</i>	U. A. M. 202	C. P.'s Macau	MF-HF-VHF/FM.
<i>Odeleite</i>	U. A. M. 301	B. N. L.	—
<i>Odivelas</i>	U. A. M. 302	B. N. L.	VHF/FM onda do Porto.
<i>Oeiras</i>	U. A. M. 303	B. N. L.	VHF/FM onda do Porto.
<i>Marateca</i>	U. A. M. 304	B. N. L.	—
<i>Mouro</i>	U. A. M. 305	B. N. L.	—
<i>Baluarte</i>	U. A. M. 601	C. P. Peniche	VHF/FM onda de Porto.
<i>Surriada</i>	U. A. M. 602	C. P. Setúbal	VHF/FM onda de Porto.
<i>Melides</i>	U. A. M. 603	C. P. Setúbal	VHF/FM onda de Porto.
<i>Mar de Sesimbra</i>	U. A. M. 604	C. P. Setúbal	VHF/FM onda de Porto.
<i>Mareta</i>	U. A. M. 605	C. P. Portimão	VHF/FM onda de Porto.
<i>Roaz</i>	U. A. M. 607	C. P. V. R. S. António	HF.
<i>Maresia</i>	U. A. M. 608	C. P. V. R. S. António	VHF/FM onda de Porto.
<i>Golfinho</i>	U. A. M. 610	C. P. Leixões	VHF/FM onda de Porto.
<i>Bolina</i>	U. A. M. 611	C. P. Lisboa	VHF/FM onda de Porto.
<i>Bonança</i>	U. A. M. 612	C. P. Lisboa	VHF/FM onda de Porto.
<i>Mar Chão</i>	U. A. M. 613	C. P. Lisboa	VHF/FM onda de Porto.
<i>Saltitante</i>	U. A. M. 616	C. P. Lisboa	VHF/FM onda de Porto.
<i>Teresa Paula</i>	U. A. M. 618	C. P. Ponta Delgada	VHF/FM onda de Porto.
<i>Ferraria</i>	U. A. M. 619	C. P. Ponta Delgada	VHF/FM onda de Porto.
<i>Capitania</i>	U. A. M. 620	C. P. Ponta Delgada	VHF/FM onda de Porto.
<i>S. Lourenço</i>	U. A. M. 621	C. P. Ponta Delgada	VHF/FM onda de Porto.
<i>Serreia</i>	U. A. M. 623	C. P. Angra do Heroísmo	VHF/FM onda de Porto.
<i>Diogo de Teive</i>	U. A. M. 624	C. P. Angra do Heroísmo	VHF/FM onda de Porto.
<i>Comandante Newton</i>	U. A. M. 625	C. P. Horta	VHF/FM onda de Porto.
<i>Espalanaca</i>	U. A. M. 626	C. P. Horta	VHF/FM onda de Porto.
<i>Garça</i>	U. A. M. 627	C. P. Horta	VHF/FM onda de Porto.
<i>Mar da Barca</i>	U. A. M. 629	C. P. Vila do Porto	VHF/FM onda de Porto.
<i>Condor</i>	U. A. M. 630	C. P. Funchal	VHF/FM onda de Porto.
<i>Levante</i>	U. A. M. 631	C. P. Faro	VHF/FM onda de Porto.
<i>Arrábida</i>	U. A. M. 632	C. P. Douro	VHF/FM onda de Porto.
<i>Santa Catarina</i>	U. A. M. 633	C. P. Porto Santo	VHF/FM onda de Porto.
<i>Siroco</i>	U. A. M. 634	C. P. Horta	VHF/FM onda de Porto.
<i>Brisa</i>	U. A. M. 635	C. P. Douro	VHF/FM onda de Porto.
<i>Ventante</i>	U. A. M. 636	C. P. Cascais	VHF/FM onda de Porto.
<i>Angra</i>	U. A. M. 637	C. P. Angra do Heroísmo	VHF/FM onda de Porto.
<i>Nebulina</i>	U. A. M. 638	C. P. Setúbal	VHF/FM onda de Porto.
<i>Tufão</i>	U. A. M. 639	C. P. Olhão	VHF/FM onda de Porto.
<i>Ciclone</i>	U. A. M. 640	C. P. Aveiro	VHF/FM onda de Porto.
<i>Tornado</i>	U. A. M. 641	C. P. Lisboa	VHF/FM onda de Porto.
<i>Aguda</i>	U. A. M. 650	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Almirante Jaime Afreixo</i>	U. A. M. 651	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Almirante Ferreira do Amaral</i>	U. A. M. 652	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Comandante Couceiro</i>	U. A. M. 655	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão Ezequiel Seabra</i>	U. A. M. 656	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão António Faustino</i>	U. A. M. 659	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão Quirino Lopes</i>	U. A. M. 660	I. S. N.	VHF/FM.

Nome	Ind. vis./num. amura	Atribuição	Equipamento comunicações
<i>Patrão Rabumba</i>	U. A. M. 661	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão Chalandra</i>	U. A. M. 662	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Rei D. Carlos I</i>	U. A. M. 664	I. S. N.	—
<i>Santa Maria</i>	U. A. M. 665	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Sota-Patrão António Crista</i>	U. A. M. 666	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão António Simões</i>	U. A. M. 667	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão João Rangel</i>	U. A. M. 668	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Vila Chã</i>	U. A. M. 669	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão Henrique Faleiro</i>	U. A. M. 670	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão César Martins</i>	U. A. M. 671	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão João da Silva</i>	U. A. M. 672	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patra Joaquim Casaca</i>	U. A. M. 673	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patra Joaquim Lopes</i>	U. A. M. 674	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Berlenga</i>	U. A. M. 675	C. P. Peniche	VHF/FM onda de Porto.
<i>Guia</i>	U. A. M. 676	D. Faróis	VHF/FM onda de Porto.
<i>Esteiro</i>	U. A. M. 677	D. Faróis	VHF/FM onda de Porto.
<i>Bugio</i>	U. A. M. 678	D. Faróis	—
<i>Gibalta</i>	U. A. M. 679	Dep. Mar. Sul	VHF/FM onda de Porto.
<i>São Vicente</i>	U. A. M. 681	Dep. Mar. Sul	—
<i>Patra Arnaldo dos Santos</i>	U. A. M. 682	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Angeiras</i>	U. A. M. 683	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão Joaquim Lobo</i>	U. A. M. 684	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão José André dos Santos</i>	U. A. M. 685	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Patrão Cego do Maio</i>	U. A. M. 686	I. S. N.	VHF/FM.
<i>Coral</i>	U. A. M. 801	I. H.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Atlanta</i>	U. A. M. 802	I. H.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Actinia</i>	U. A. M. 803	I. H.	HF-VHF/FM onda de Porto.
<i>Sicandra</i>	U. A. M. 804	I. H.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Fisália</i>	U. A. M. 805	I. H.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Sável</i>	U. A. M. 830	Esq. submarinos	VHF/FM onda de Porto.
<i>Albacora II</i>	U. A. M. 852	A. V. Gama	HF-VHF/FM onda de Porto.
<i>Alva</i>	U. A. M. 901	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Caia</i>	U. A. M. 905	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Corgo</i>	U. A. M. 906	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Coura</i>	U. A. M. 907	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Paiava</i>	U. A. M. 908	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Sorraia</i>	U. A. M. 909	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Tua</i>	U. A. M. 911	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Vascão</i>	U. A. M. 912	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Zêzere</i>	U. A. M. 913	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Nisa</i>	U. A. M. 914	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Nabão</i>	U. A. M. 915	B. N. L.	VHF/FM onda de Porto.
<i>Muge</i>	U. A. M. 916	B. N. L.	—

Siglas e abreviaturas usadas

A. V. Gama	— Aquário Vasco da Gama.
B. N. L.	— Base Naval de Lisboa.
Com. flot. nav. pat.	— Comando da flotilha de navios patrulha.
C. P.	— Capitania do Porto.
D. Faróis	— Direcção de Faróis.
I. H.	— Instituto Hidrográfico.
I. S. N.	— Instituto de Socorros a Náufragos.
Dep. Mar. Sul	— Departamento Marítimo do Sul.

São Vicente — U. A. M. 681 — D. Faróis para Dep. Mar. Sul.

2 — Alteração do nome:

Nil.

3 — Abates:

Rainha D. Amélia — U. A. M. 663 — I. S. N.

4 — Aumentos:

Sável — U. A. M. 830 — Esquadrilha de submarinos.

Nota. — Em relação ao efectivo das UAM's referido a 31-12-90 foram introduzidas as seguintes alterações:

1 — Alteração na atribuição:

Gibalta — U. A. M. 679 — D. Faróis para Dep. Mar. Sul.

4-2-92. — O Chefe do Gabinete, *José Luís Ferreira Leiria Pinto*, contra-almirante.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS

Despacho conjunto. — Tendo em conta a norma jurídica constante do art. 5.º do Dec.-Lei 43/84, de 3-2, conjugada com a norma prevista no n.º 5 do art. 38.º do Dec.-Lei 427/89, de 7-12, é atribuída a qualidade de excedente, a integrar no quadro de efectivos interdepartamentais do Ministério da Administração Interna, criado pelo Dec.-Lei 87/85, de 1-4, ao pessoal constante da lista anexa, o qual se encontra classificado em concurso.

O presente despacho produz efeitos a partir da sua publicação.

Lista nominativa do pessoal excedentário do Ministério da Administração Interna a que se refere o art. 5.º do Dec.-Lei 43/84, de 3-2

Nome	Categoria	Índice	Escalão	Vínculo	Situação jurídico-funcional	Serviços
Jaime dos Santos Tinoco	Escriturário-dactilógrafo	125	2	Agente ...	Disponibilidade ...	Governo Civil de Vila Real.

Pelo Ministro das Finanças, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*, Secretária de Estado Adjunta e do Orçamento. — O Ministro da Administração Interna, *Manuel Dias Loureiro*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Governo Civil do Distrito de Aveiro

Relação dos subsídios atribuídos (mês de Dezembro de 1991)

Data	Instituição	Quantia
Dezembro de 1991	UGT – Sindicato Democrático do Comércio, Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Cultura e Assistência de Aveiro	378 912\$00
Dezembro de 1991	Associação Bombeiros Voluntários de Estarreja	75 000\$00
Dezembro de 1991	Liga Portuguesa Contra o Cancro, Aveiro	150 000\$00
Dezembro de 1991	Bombeiros Novos de Aveiro	350 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Bombeiros Voluntários Estarreja	350 000\$00
Dezembro de 1991	Sociedade Musical Santa Cecília, São Bernardo	50 000\$00
Dezembro de 1991	Paróquia de São Bernardo	50 000\$00
Dezembro de 1991	Fundação Padre Félix	50 000\$00
Dezembro de 1991	Clube dos Galitos	50 000\$00
Dezembro de 1991	Conferência de Nossa Senhora de Fátima	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Promotora de Cultura, Recreio e Desporto	75 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Desportiva de Taboira	75 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão da Sopa dos Pobres	75 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Atlético Póvoa-Pacense	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Atletismo de Aveiro	100 000\$00
Dezembro de 1991	Clube dos Galitos	100 000\$00
Dezembro de 1991	Infantário de Mourisca do Vouga	100 000\$00
Dezembro de 1991	Padres Carmelitas	125 000\$00
Dezembro de 1991	Lar Metodista da 3.ª Idade	150 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas	150 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Basquetebol de Aveiro	350 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Futebol de Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Coral de Valongo do Vouga	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Futebol de Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Criaditas dos Pobres	50 000\$00
Dezembro de 1991	Conferência Vicentina de Salreu	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação DX Judeu	50 000\$00
Dezembro de 1991	Florinhas do Vouga	100 000\$00
Dezembro de 1991	Museu de Aveiro	70 000\$00
Dezembro de 1991	Clube do Povo de Esgueira	75 000\$00
Dezembro de 1991	Casa de Aveiro – Associação Amigos da Guiné	75 000\$00
Dezembro de 1991	Clube do Povo de Esgueira	150 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Desportivo de São Bernardo	200 000\$00
Dezembro de 1991	Cáritas Diocesana	225 000\$00
Dezembro de 1991	Direcção-Geral de Desportos	750 000\$00
Dezembro de 1991	Universidade de Aveiro	150 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Social de Azurva	50 000\$00
Dezembro de 1991	Sporting Clube de Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Paróquia de Santa Marinha de Tropeço	75 000\$00
Dezembro de 1991	Confraria do Santíssimo Sacramento da Glória	75 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Social de Esgueira	75 000\$00
Dezembro de 1991	Carmelo Cristo Redentor	75 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão de Melhoramentos de São João de Tropeço	75 000\$00
Dezembro de 1991	Paróquia de São Miguel de Urro	75 000\$00

Data	Instituição	Quantia
Dezembro de 1991	Sporting Clube de Aveiro	100 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão de Moradores do Rochico	100 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Comunitário da Paróquia de Aradas	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	125 000\$00
Dezembro de 1991	Sport Clube Beira-Mar	150 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Desportiva de Travassô	150 000\$00
Dezembro de 1991	Alliance Française	300 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Bombeiros Voluntários Espinhenses	350 000\$00
Dezembro de 1991	Associação dos Bombeiros Velhos de Aveiro	411 000\$00
Dezembro de 1991	Universidade de Aveiro	70 000\$00
Dezembro de 1991	Estabelecimento Prisional de Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Recreativa e Cultural de Oliveirinha	50 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Desportivo de Azurva	75 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Cultural de Recordães	75 000\$00
Dezembro de 1991	Futebol Clube do Bom-Sucesso	125 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Primária n.º 2 de Oliveirinha	100 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo de Promoção e Desporto Roda Viva	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Func. do Governo Civil de Aveiro	70 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Melhoramentos do Eixo	100 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Desportivo Eixense	100 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva	150 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Preparatória de Esgueira	50 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Secundária de Estarreja	50 000\$00
Dezembro de 1991	Escola C + S de Avanca	50 000\$00
Dezembro de 1991	Sindicato dos Professores da Região Centro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Centro de Intervenção Social de Noguiciró	50 000\$00
Dezembro de 1991	Agrupamento 117 do C. N. Escutas, Aveiro	60 000\$00
Dezembro de 1991	Paróquia de Santo André, Esgueira	75 000\$00
Dezembro de 1991	Associação 2002 Noguiciró	100 000\$00
Dezembro de 1991	Sporting Clube Paivense	150 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Pró-Imigrante	250 000\$00
Dezembro de 1991	Casa do Povo de Alquerubim	50 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Preparatória de Arouca	50 000\$00
Dezembro de 1991	Conferência Vicentina de Santo André	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Recreativa e Cultural da Barroca	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Industrial de Águeda	75 000\$00
Dezembro de 1991	Paróquia de Moldes	75 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão Organizadora da Feira das Colheitas	75 000\$00
Dezembro de 1991	Anadia Futebol Clube	100 000\$00
Dezembro de 1991	Santa Casa da Misericórdia de Arouca	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Patinagem de Aveiro	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Moradores de Esgueira	100 000\$00
Dezembro de 1991	Clube dos Galitos	100 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Cultural e Recreativo do Vale	100 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Social de São Tiago de Lobão	100 000\$00
Dezembro de 1991	Santa Casa da Misericórdia de Estarreja	125 000\$00
Dezembro de 1991	Orfeão de Águeda	125 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Bombeiros Voluntários de Arouca	130 000\$00
Dezembro de 1991	Sporting Clube de Espinho	150 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Reformados, Pensionistas e Idosos de Castelo de Paiva	150 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Desportivo de Pedorido	150 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Social Dr. Crispim Borges Castro	175 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Bombeiros Voluntários da Feira	325 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Bombeiros Voluntários de Arouca	500 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Secundária José Estêvão	60 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Cultural Desportiva da Cruz	50 000\$00
Dezembro de 1991	Agrupamento 319 do C. N. E. Santa Joana Princesa	50 000\$00
Dezembro de 1991	Círculo de Arte e Música de Aveiro	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Desportiva e Cultural de Sanguedo	100 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Cultural e Desportivo Santa Joana	125 000\$00
Dezembro de 1991	Tuna Musical Mozelense	125 000\$00
Dezembro de 1991	Junta Regional de Aveiro do C. N. Escutas	125 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Secundária José Estêvão	75 000\$00
Dezembro de 1991	Casa do Povo da Feira	50 000\$00
Dezembro de 1991	Clube Desportivo Arrifanense	175 000\$00
Dezembro de 1991	Jardim Infantil do Couto Mineiro do Pejão	150 000\$00
Dezembro de 1991	Clube Desportivo de Paços de Brandão	120 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Paroquial de Piães	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Cultural e Desportiva da Póvoa	75 000\$00
Dezembro de 1991	Casa do Beirão Serrano	50 000\$00
Dezembro de 1991	Rancho Folclórico da Casa do Povo de Castelo de Paiva	50 000\$00

Data	Instituição	Quantia
Dezembro de 1991	Grupo Desportivo dos Outeiros	50 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão de Obras da Capela de São Gonçalinho	50 000\$00
Dezembro de 1991	Escola Secundária n.º 1 de Aveiro	75 000\$00
Dezembro de 1991	Seminário Santa Joana Princesa	50 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão de Comerciantes das ruas de Coimbra	50 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Assistência de Eixo	75 000\$00
Dezembro de 1991	Escola de Música de Avanca	75 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Melhoramentos de Lobão	100 000\$00
Dezembro de 1991	Comissão de Melhoramentos de Lourosa	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Pais da Escola Secundária n.º 1 de Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Conjunto Etnográfico de Moldes de Danças Arouguenses	50 000\$00
Dezembro de 1991	Inatel — Instituto Nacional Tempos Livres	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação para a Defesa da Cultura Arouquense	50 000\$00
Dezembro de 1991	Conferência Feminina S. Vicente de Paulo	50 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Recreativo Beneficente A Flor de Aldriz	50 000\$00
Dezembro de 1991	Agrupamento 640 do C. N. Escutas	50 000\$00
Dezembro de 1991	Conferência de S. Vicente de Paulo — Burgo	50 000\$00
Dezembro de 1991	Banda de Música de Espinho	50 000\$00
Dezembro de 1991	Rancho Folclórico As Lavradeiras de Rebordelo	50 000\$00
Dezembro de 1991	Banda Marcial do Vale	50 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Social de Rossas	75 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Cultural e Desportivo de S. Paio de Oleiros	75 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Bem Estar de Santa Maria de Lamas	75 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Desportivo da Cruz	75 000\$00
Dezembro de 1991	AFID — Associação Nacional Famílias para a Integração Pessoa Deficiente	100 000\$00
Dezembro de 1991	Paróquia de Cedrim	100 000\$00
Dezembro de 1991	Centro de Apoio Social de Mozelos	100 000\$00
Dezembro de 1991	Centro Social Paroquial Santa Maria da Feira	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Cultural e Desportiva Olivcirense Futebol Clube	100 000\$00
Dezembro de 1991	Patronato Amor de Deus	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Integração das Crianças Inadaptadas de Arouca	125 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Melhoramentos de Espiunca	125 000\$00
Dezembro de 1991	Juventude de Sanguedo	125 000\$00
Dezembro de 1991	Casa do Pessoal das Minas do Pejão	150 000\$00
Dezembro de 1991	Coral Polifônico de Aveiro	50 000\$00
Dezembro de 1991	Grupo Cultural Desportivo de Sanfins	75 000\$00
Dezembro de 1991	Clube Cultural e Desportivo de Veiros	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Desportiva Arsenal de Canclas	75 000\$00
Dezembro de 1991	Academia de Música de Argoncilhe	75 000\$00
Dezembro de 1991	Associação Recreativa e Cultural de Agadão	50 000\$00
Dezembro de 1991	Creche Helena de Albuquerque Quadros	75 000\$00
Dezembro de 1991	Santa Casa da Misericórdia de Sangalhos	125 000\$00
Dezembro de 1991	Clube de Albergaria	100 000\$00
Dezembro de 1991	Associação de Instrução e Recreio Angejense	75 000\$00

20-1-92. — O Secretário do Governo Civil, (*Assinatura ilegível*.)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Direcção-Geral do Ordenamento do Território

Declaração. — Em aditamento à declaração publicada no DR, 2.º, 93, de 22-4-91, p. 4472, que tornou pública a ratificação do plano de pormenor da zona industrial de Vila de Rei, em anexo se publicam os respectivos regulamento e planta de síntese.

28-1-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vítor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento do loteamento Industrial

Artigo 1.º O presente regulamento aplica-se na área de intervenção do loteamento industrial de Vila de Rei, definida pela linha limite conforme planta síntese.

Artigo 2.º Serão observadas todas as directivas, normas e regulamentos gerais dos diferentes níveis de planeamento, especialmente deste lotea-

mento, do regulamento Geral das Edificações Urbanas, do Decreto-Lei 166/70, de mais Regulamentos em vigor e pareceres prestados.

Artigo 3.º A Câmara Municipal (CM) intervirá sempre em primeira instância nas selecções das indústrias, conferindo-lhes prioridade e usando as formas de intervenção que altivem e orientem o tipo de investimento, de modo a inseri-lo no modelo industrial proposto para o concelho.

Artigo 4.º Condições a respeitar na selecção das indústrias a instalar e definição de prioridades:

- a) Armazenamentos industriais;
- b) Indústrias a montante e a jusante do sector agrícola que o promova e dinamize;
- c) Indústrias tipo trabalho intensivo que permitam quer a absorção de trabalhadores indiferenciados, provenientes do subemprego agrícola com fixação de quadros no concelho, quer procurem o micro emprego;
- d) Indústrias complementares ou activadoras de relações presentes e futuras e interindustriais dentro do âmbito de dinamização do parque;
- e) Indústrias cuja elaboração preveja qualquer grau de poluição do ambiente ou dos próprios esgotos, só será autorizada após provas de que os métodos e sistemas a introduzir darão plena garantia de que a poluição será compatível com parâmetros aceitáveis.

Artigo 5.º Condições de instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais:

- a) A viabilidade de instalação carece sempre de parecer da CM;
- b) A instalação (ou alteração ou ampliação) dos estabelecimentos industriais de primeira classe só poderá ser efectuada depois da aprovação do respectivo projecto pelos serviços competentes do Ministério da Indústria e Energia, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente do Dec.-Lei 46 923, de 28-3-66, e Dec.-Lei 46 924, de 28-3-66;
- c) A instalação (ou alteração ou ampliação) dos estabelecimentos industriais de 2.ª classe é licenciada na vistoria industrial antes do início da laboração, a requerimento do interessado;
- d) A laboração dos estabelecimentos industriais não poderá ser iniciada sem que as respectivas instalações sejam vistoriadas e aprovadas, nos termos de legislação em vigor, nomeadamente do Dec.-Lei 46 924, de 28-3-66;
- e) O detentor de resíduos industriais deverá promover a sua recolha e armazenagem, transporte e eliminação ou utilização de acordo com o estipulado no Dec.-Lei 488/85, de 25-11, e legislação complementar;
- f) A CM poderá indeferir pedidos de instalação no LIVR de estabelecimentos industriais que pela sua natureza de dimensão sejam grandes consumidores de águas ou fortemente poluidoras do ambiente, quer através de efluentes líquidos ou gasosos, ou ainda de ruídos;
- g) A CM poderá impor aos utentes do LI a instalação e funcionamento de instalações de pré-tratamento dos efluentes líquidos de modo a garantir que as águas residuais saídas da ETAR do LT satisfaçam integralmente aos parâmetros definidos pela legislação em vigor.

Artigo 6.º Lotes, agregação e desagregação:

- a) Será permitida a agregação de dois ou mais lotes, sempre que necessário, passando estes, nestas circunstâncias, a constituir um único para efeitos da aplicação do presente regulamento;
- b) Nos casos de não concretização de um empreendimento previsto para um lote resultante de agregação e face à sua consequente reversão a favor da CM, admite-se que o mesmo possa ser parcelado, embora nunca em áreas inferiores às do módulo mínimo estabelecido, devendo estes, para todos os efeitos, obedecer às disposições regulamentares.

Artigo 7.º Condições de ocupação dos lotes:

- a) A superfície coberta por cada lote não poderá ser superior a 40% de área do mesmo;
- b) A altura das edificações não poderá ser superior a 10 m ao beiral das coberturas;
- c) A relação do volume construído com a área coberta do respetivo lote não poderá exceder 5 m³ por metro quadrado;

d) Dentro da área do lote devem prever-se locais para carga e descarga, assim como para estacionamento com capacidade de responder às necessidades da actividade desenvolvida com um número mínimo de um lugar para pesados por cada 500 m² de lote e um lugar para ligeiros, por cada 100 m² de superfície coberta;

e) As áreas destinadas à circulação interior estacionamentos, cargas e descargas e armazenagem a descoberto, serão devidamente pavimentadas, tendo em atenção tanto a boa conservação dos lotes e zonas envolventes como a necessidade de garantir um bom escoamento das águas pluviais;

f) Os acessos aos lotes deverão ser assegurados pelos respectivos proprietários, permitindo fáceis e seguras manobras;

g) Muros e vedações:

1) Nas curvas dos limites dos lotes confinantes com as vias, e numa extensão de 5 m para cada lado do final destas, apenas se permite vedação em rede ou grade com soco;

2) Nas restantes situações é admitida a construção de vedações de alvenaria, betão ou materiais semelhantes, com altura máxima de 0,90 m acima do terreno, podendo ser encimado por vedação em rede ou grade e os muros de delimitação entre os lotes poderão ter a altura de 1,80 m;

h) As distâncias de qualquer corpo construído aos limites das vias de acesso e aos limites dos lotes, não deverão nunca ser inferiores a 10 m e 5 m, respectivamente;

i) Devem ser reservados, no interior de cada lote, espaços livres destinados a zona verde, devidamente tratada na proporção mínima de 20% da área do lote. O arranjo e conservação desta zona, embora da responsabilidade do utente de cada lote, poderá obediçer a normas a definir pelos serviços competentes da Câmara.

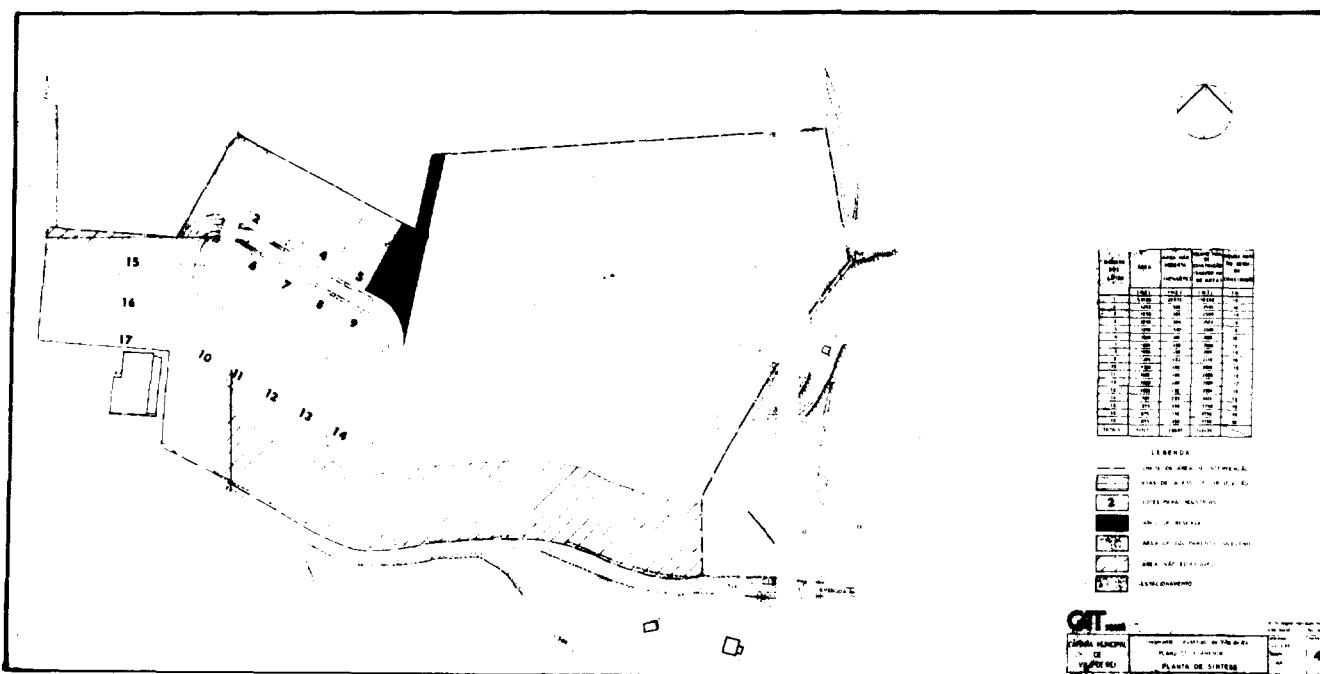
Artigo 8.º Ocupação especial:

- a) A CM poderá autorizar a construção de habitação de um guarda por unidade industrial, de preferência integrada no edifício principal;
- b) Área de equipamento colectivo;
- c) Área de reserva para estabelecer a ligação da rede viária com uma futura expansão a norte do loteamento industrial. Esta área poderá ser utilizada para equipamento colectivo desde que não se inviabilize o objectivo acima referido.

Artigo 9.º Todos os lotes terão que ter áreas livres envolventes das edificações que permitam o livre e fácil acesso a viaturas de bombeiros.

Artigo 10.º Quaisquer omissões ou dúvidas surgidas na aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Vila de Rei.

Março de 1990.



Declaração. — Em aditamento à declaração publicada no DR, 2.º, 269, de 22-11-91, p. 11 857, que tornou público o número e a data do registo do plano da Quinta da Laranjinha, Cabeção, Mora, em anexo se publicam os respectivos regulamento e planta de síntese.

28-1-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vítor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento do Plano de Urbanização

3.2 — Zonas habitacionais de expansão:

São zonas em que o plano prevê a construção de novos conjuntos residenciais. Subdividem-se em:

3.2.1 — Zonas habitacionais e de expansão no interior do actual tecido urbano:

A concretização do plano nestas zonas é feita por lotamento urbano ou edificação lote a lote;

Os condicionamentos para edificação são idênticos aos das zonas de habitação consolidada.

3.2.2 — Zonas habitacionais de expansão no exterior do actual tecido urbano:

A concretização do PGU nestas zonas carece de planos de pormenor e projectos de urbanização a realizar por iniciativa da Câmara Municipal de Mora, aos quais se deverão sujeitar os processos de lotamento dos diversos prédios rústicos;

Estas zonas subdividem-se em três subzonas:

3.2.2.1 — Z1 — Os condicionamentos a observar nesta zona são os seguintes:

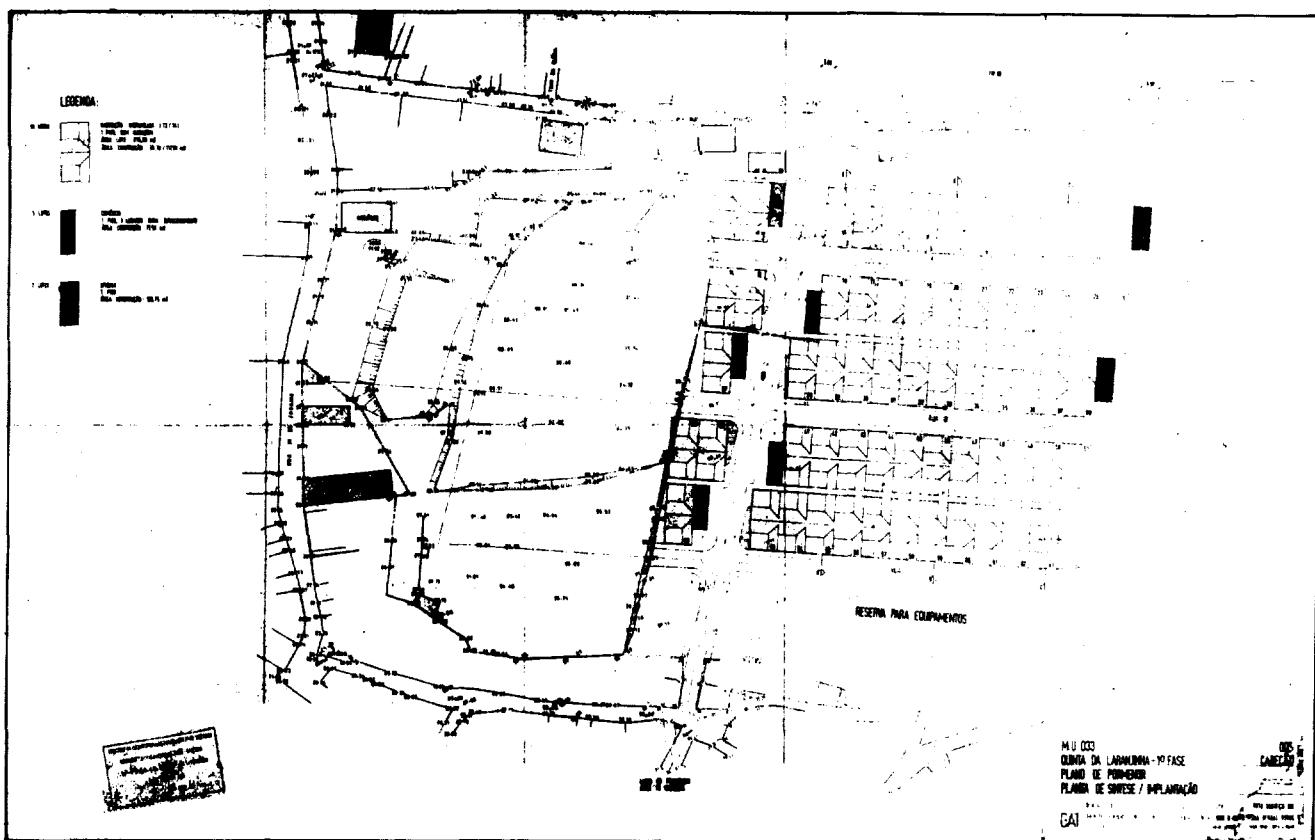
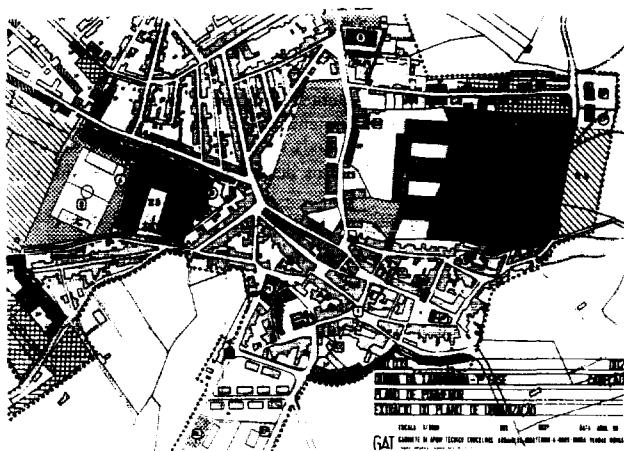
Os edifícios a construir, para habitação, serão do tipo unifamiliar, em banda contínua ou geminados, que deverão neste último caso criar um muro-fachada, de modo a obter-se um plano contínuo de fachada marginal à via pública;

O número máximo de pisos é de 2 e ou a altura máxima das construções para habitação será de 6,5 m;

A profundidade máxima da empêna será de 12 m medidos a partir do plano marginal;

A altura máxima das construções anexas será de 3 m assim como a sua superfície de construção não deverá exceder os 25 m.

3.2.2.2 — Z2 — Os condicionamentos a observar na zona são os mesmos da zona Z1.



Declaração. — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou o Plano Geral de Urbanização do Rossio ao Sul do Tejo, no concelho de Abrantes, com o n.º 03.14.01.00/01-91, em 18-4-91, cujos regulamento e planta se publicam em anexo.

28-1-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vítor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento

Antepiano de urbanização de Rossio ao Sul do Tejo

Introdução

Com a intenção de uniformizar a acção do Município na actuação dos seus anteplanos de urbanização propomos que apenas um regulamento venha a ser adoptado quando das aprovações dos anteplanos de Abrantes-Alferrarede, Tramagal e Rossio ao Sul do Tejo.

O regulamento que apresentamos é o que foi proposto pelo engenheiro Barata da Rocha para o antepiano de Abrantes apenas ordenado de outra forma por exigências específicas do presente trabalho.

O espírito e a letra do referido regulamento são inteiramente respeitados na quase totalidade dos seus artigos, tão-somente variando alguns, em pequenos pormenores e outros naqueles aspectos que decorrem da inovação introduzida no que respeita à generalidade das condições de ocupação dos lotes. Para estas e com a intenção de promover um tipo de urbanização que se não apresente rígido nas suas soluções formais propomos como direito de construção um coeficiente de ocupação do solo, reportado a um volume construtível por metro quadrado de lote, igual para toda a área do antepiano e que será no máximo de 5 m³ por metro quadrado de lote; valor determinado em função de uma equilibrada relação entre as áreas loteáveis e sua máxima capacidade populacional, e, as necessárias áreas para infra-estruturas e equipamentos públicos que respondam às exigências dos quantitativos populacionais atingidos.

Pretende-se criar desta forma, ainda, uma uniformidade de valorização que permitirá um critério simplificado para as eventuais intervenções por acordo ou expropriação.

Base I

Objectivos

Artigo 1.º A orientação do arranjo e expansão da povoação de Rossio ao Sul do Tejo será regulada pelas presentes disposições e pelas restantes peças escritas e desenhadas que, para todos os efeitos legais, se devem considerar como anexas a este regulamento.

§ 1.º A área abrangida é fixada pelo limite de urbanização indicado na planta de zonas e bem assim por uma faixa imediatamente exterior a este limite de largura uniforme e igual a 1000 m.

§ 2.º Todas as obras públicas ou particulares que se pretendam realizar na área definida no parágrafo anterior serão apreciadas de acordo com o que dispõe o presente regulamento.

§ 3.º Os regulamentos que venham a ser elaborados aquando da execução de estudos de pormenor deverão obedecer, nas suas linhas gerais, às bases agora fixadas.

Base II

Questões de carácter geral

Artigo 2.º Consideram-se para efeitos regulamentares as seguintes zonas:

CE — Zona central ou construção existente;

HF — Habitacional futura;

Mista:

Pequena indústria artesanal;
Actividade terciária;

EP — Equipamento público;

EL — Espaços livres;

VP — Verdes públicos;

VV — Verde vinculado;

NE — Non aedificandi;

AP — Arqueológica e panorâmica;

z. e.

I — Industrial;

n.e.

Zona existente;

Núcleo existente;

I exp. — Industrial — zona de expansão;

F — Ferroviária;

R — Reserva;

RP — Rural de protecção.

§ único. Muito embora os limites indicados para estas zonas só venham a ser definitivamente fixados pelos planos de pormenor, deverão ser entanto respeitados com rigor.

Artigo 3.º A Câmara Municipal não deve autorizar obra ou construção que de qualquer modo possa vir a prejudicar:

- a) A execução de arranjos, variantes ou alargamentos às artérias existentes;
- b) A execução de novas artérias;
- c) Ou dificultar a livre apreciação dos panoramas existentes.

§ único. A Câmara poderá conceder licenças para modificação ou beneficiação das edificações existentes, sujeitas a expropriação por motivos de empreendimentos incluídos no plano e cuja execução não esteja prevista durante o prazo de cinco anos, desde que delas não advenha valorização para o prédio, ou, quando tal se verifique, o proprietário assuma por escritura o compromisso de não exigir, na altura da expropriação, o valor dessas beneficiações.

Artigo 4.º Os casos especiais que suscitem dúvidas serão resolvidos pela Câmara Municipal com base em parecer do urbanista, devendo, em princípio, ser submetido à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização ou outras entidades competentes.

Base III

Zona central ou construção existente

Artigo 5.º Muito embora estas zonas se destinem fundamentalmente à habitação, nelas também se poderão edificar ou reconstruir prédios destinados ao comércio, às actividades liberais, culturais e de recreio e, bem assim, à indústria e ao artesanato que, pelas suas características, seja compatível com a proximidade da habitação (Dec. 8364, de 25-8-22) porém sem prejuízo do disposto no art. 28.º do presente regulamento.

§ único. Toda a instalação industrial ou de artesanato existente que não obedeça aos condicionalismos do corpo deste artigo, deverá ser deslocada para zona conveniente, podendo a Câmara Municipal negar licença, para qualquer obra da qual resulte valorização ou possibilidade de ampliar a permanência da instalação em causa nesta zona.

Artigo 6.º Nos prédios abrangidos pelas zonas de protecção aos valores ambientais panorâmicos e arqueológico (arts. 25.º e 26.º) (núcleos esses definidos no capítulo XI, p. 78, vol. II) só poderão ser levadas a cabo obras de construção, ampliação, remodelação ou simples beneficiação, se as mesmas se integrarem nos planos de arranjo de cada uma das zonas.

§ único. Enquanto esses planos não estiverem realizados e aprovados, os projectos deverão ser remetidos à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização para apreciação. Uma vez aprovados, os projectos de construção e outros poderão ser apreciados pela Câmara depois de colhido parecer do urbanista consultor do Município.

Artigo 7.º No que se refere a construções novas, só se considera parcela edificável aquela que permita uma frente mínima, por fogo, de 5 m ou comporte construção com uma área coberta por habitante mínima de 16 m², utilizáveis para habitação.

Artigo 8.º Para efeitos de construção, não será permitida a subdivisão dos lotes existentes quando dessa subdivisão resultem lotes que não obedeçam ao disposto no artigo anterior.

Artigo 9.º Nas zonas afectadas por novos alinhamentos e naquelas cujas condições de salubridade venham a ser consideradas como deficientes, não são de autorizar quaisquer obras de remodelação ou ampliação, sendo apenas de consentir a execução daquelas que tenham por fim a conservação

e limpeza das construções e a melhoria das suas condições de habitabilidade.

§ único. Nas zonas referidas no corpo desde artigo poderá ser levada a cabo pela iniciativa particular a sua remodelação total baseada em plano de conjunto aprovado ou executado pelo Município desde que seja assegurada a execução total desse plano, pela demolição prévia das construções existentes e desde que dessa remodelação resulte sensível melhoria das condições actuais.

Artigo 10.º Quando os terrenos marginantes de uma via pública, pelas suas dimensões, irregular configuração, ou outras circunstâncias topográficas não formem ou não possam formar talhões regulares, adequados à edificação, poderá a Câmara, se os proprietários se não concertarem para as permutas ou alienações necessárias proceder à respectiva expropriação até à profundidade conveniente que não poderá ser, no entanto, superior a 50 m.

§ 1.º Poderá também a Câmara, quando se trate de terrenos de pequena área, impor o seu ajardinamento, fazendo-os anexar como logradouro dos prédios confinantes, se pertencerem ao mesmo proprietário.

§ 2.º Enquanto se não fizer a regularização da cada talhão poderá a Câmara sustar a concessão de licença para edificar.

Artigo 11.º O aproveitamento de lotes ainda livres e a ampliação de prédios situados em quarteirões de já elevado pejamento só será de autorizar desde que desse aproveitamento não resulte prejuízo para as construções existentes nem agravamento sensível das condições de salubridade do quarteirão em que se situa o lote.

§ único. Nestes casos, o volume da construção será o aconselhável por estudos de conjunto com o existente e desde que não exceda o máximo resultante da aplicação do RGEU ou de outras limitações regulamentares mais restritivas, nomeadamente o COS.

Artigo 12.º A Câmara poderá impor que o rés-do-chão de qualquer edificação seja projectado por forma a adaptar-se à utilização para actividades comerciais, quer no que se refere aos pés direitos admissíveis como às restantes disposições do projecto.

Artigo 13.º As vedações interiores das parcelas edificáveis e as vedações confinantes com a via pública, não deverão exceder 1,20 m de altura, podendo contudo ampliar-se esta dimensão desde que não se dificulte a visibilidade.

Artigo 14.º No interior dos lotes só é permitida a construção de anexos, isto é, de dependências cobertas, tais como garagens, galinheiros, carvoeiros e lavadouros para uso particular da habitação, construções estas não incorporadas no edifício principal. Os anexos não podem ter mais de um pavimento e a sua área coberta não deve ser superior a 5% da área do lote.

Base IV

Zona habitacional futura

Artigo 15.º Nestas zonas só é de admitir a construção subordinada a planos de pormenor devidamente aprovados no abrigo do Dec.-L.º 46 673, de 29-11-65. Esses planos deverão respeitar a orientação geral estabelecida por este plano ou, caso isso seja impossível, justificar cuidadosamente as alterações propostas.

Artigo 16.º As habitações a prever no artigo anterior deverão obedecer na matéria aplicável às disposições do RGEU sem exceder no entanto o coeficiente de ocupação do solo (COS) de 5 m³ por metro quadrado de lote.

Artigo 17.º O quadro anexo no final deste regulamento resume as condições fundamentais a que deverão obedecer as construções em todas as zonas do antepiano sem prejuízo do COS.

Artigo 18.º Aplicam-se nesta zona o disposto nos arts. 12.º, 13.º e 14.º

Base V

Equipamento público

Artigo 19.º A superfície e localização dos edifícios e instalações de interesse público não poderão, em princípio, ser alterados. Nos casos de força maior, em que uma parte ou a totalidade de área prevista tenha que ser ocupada por outra finalidade deverá ser, previamente, substituída por parcela com a mesma superfície convenientemente escolhida.

Base VI

Espaços livres — verdes públicos

Artigo 20.º A superfície e localização dos espaços livres de interesse público não poderá, em princípio, ser alterada. Nos casos em que uma parte desses espaços vier a ser ocupada, deverá ser substituída por parcela com a mesma superfície anexa à inicialmente prevista.

Artigo 21.º As alterações à área dos espaços livres, quer sejam ou não propriedade particular, só podem ser executados após aprovação do plano de conjunto integrado no plano de urbanização.

Artigo 22.º Os espaços livres vinculados pelo plano não podem ser diminuídos na sua arborização sem prévia autorização da Câmara.

Base VII

Verde a vincular

Artigo 23.º Nestas zonas não será de autorizar qualquer construção que não seja destinada a fins agrícolas, ou então sob justificação fundamentada resultante de situações imprevisíveis decorrentes da própria actuação do antepiano.

Base VIII

Zonas non aedificandi

Artigo 24.º Nestas zonas não é permitida qualquer edificação nova.

As existentes, a demolir logo que seja possível, não poderão ser ampliadas nem melhoradas. A Câmara poderá autorizar porém as obras de limpeza e de conservação que forem indispensáveis enquanto não for possível proceder à sua expropriação para demolição.

Base IX

Zona arqueológica e panorâmica

Artigo 25.º As áreas afectadas pela zona de influência dos valores ambientais panorâmicos e arqueológicos (descritos no capítulo XI, p. 78, vol. I) terão que ser tratadas de acordo com a legislação vigente a este respeito.

Artigo 26.º Os imóveis que definem os núcleos descritos no artigo anterior não poderão ser alterados sem que a Comissão de Arte e Arqueologia dê parecer favorável. As obras nos imóveis situados na respectiva zona de influência deverão atender à presença do imóvel classificado e ficarão também sujeitas ao parecer da Comissão de Arte e Arqueologia. No caso de haver divergência entre a Câmara e a referida Comissão o respectivo processo deverá ser remetido à Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização para decisão definitiva.

Base X

Zona industrial e ferroviária

Artigo 27.º Na presente zona poderão instalar-se os serviços ferroviários e os estabelecimentos e instalações industriais que pelas suas dimensões e características haja conveniência em separar das restantes zonas.

§ único. As instalações industriais deverão ser construídas em obediência às prescrições legais em vigor para a respectiva categoria da classificação da indústria, situando-se em atenção à posição relativa das zonas habitacionais.

Artigo 28.º Na zona industrial não há limite para a altura das edificações, mas não serão permitidas construções em que se exceda o volume de 5 m³ metros cúbicos de edifício por cada metro quadrado de superfície de terreno, edifícios esses que deverão ser implantados, pelo menos, a 7 m dos limites do lote (para permitir o trânsito nos dois sentidos e uma faixa de arvoredo).

Artigo 29.º Nesta zona será de admitir a construção de outras instalações (como certos armazéns, por exemplo) que pela sua finalidade ou natureza não convenha localizar noutras zonas.

Artigo 30.º A Câmara reserva-se o direito de não licenciar, por alvará municipal, os estabelecimentos que, pela sua localização, não se coadunem com as categorias das zonas onde estejam situadas.

Artigo 31.º Não serão permitidas operações de carga e descarga de mercadorias na via pública, pelo que é necessário que no interior de cada estabelecimento esteja prevista área para esse fim.

Artigo 32.º Na zona industrial é proibida a construção de habitações, exceptuando-se as reservadas ao pessoal de guarda das fábricas.

Artigo 33.º Todos os espaços que não sejam ocupados por edificações, arruamentos ou por depósitos ao ar livre, devem ser convenientemente ajardinados e arborizados.

Base XI

Reserva

Artigo 34.º Os terrenos abrangidos por esta zona de reserva só poderão ter apropriação quando estiver extinta, ou quase, a capacidade das restantes zonas ou de algumas delas, ou então sob justificação fundamentada resultante de situações imprevistas decorrentes da própria actuação do antepiano.

Artigo 35.º Nesta zona não será permitido qualquer agrupamento de habitações de carácter urbano, desde que contrarie o estabelecido no artigo anterior.

Artigo 36.º Os edifícios a construir para fins agrícolas devem limitar-se ao estritamente necessário à exploração da propriedade em que se localizem.

§ único. Só será permitida a construção de casa para habitação dos agricultores se a propriedade tiver superfície mínima correspondente à unidade de cultura fixada para esta zona do país segundo a disposição do artigo 1376.º do Código Civil. O Município não se responsabilizará pelo fornecimento de água e de electricidade e pela drenagem dos respectivos esgotos.

Artigo 37.º Quando não houver solução preferível, poderão construir-se nesta zona edifícios de interesse colectivo, tais como hospitais, estabelecimentos de ensino, etc., desde que se situem em terreno com um hectare pelo menos, devendo a área coberta não exceder 3% da superfície total. Desta construção não devem resultar quaisquer encargos para o Município e só é de autorizar se não forem prejudicados os interesses gerais da povoação.

Base XII

Zona rural de protecção

Artigo 38.º A zona rural de protecção é constituída por todos os terrenos que ocupam uma faixa exterior à zona urbana, cujo limite exterior dista 1000 m do limite de urbanização, que deve considerar-se como limite interior.

Artigo 39.º Nesta zona não será permitido qualquer agrupamento de habitações de carácter urbano.

Artigo 40.º Os edifícios a construir para fins agrícolas devem limitar-se ao estritamente necessário à exploração da propriedade em que se localizem.

§ único. Só será permitida a construção de casa para habitação dos agricultores se a propriedade tiver superfície mínima correspondente à unidade de cultura fixada para esta zona do país segundo a disposição do art. 1376.º do Código Civil. O Município não se responsabilizará pelo fornecimento de água e de electricidade e pela drenagem dos respectivos esgotos.

Zonas	Tipo de construção	Utilização	Afastamentos mínimos			Altura máxima das vedações
			Ao alinhamento da rua (m)	Aos limites laterais (m)	Ao limite do lotez (m)	
CE	Condicionada pelo valor máximo do COS 5 m ³ por metro quadrado.	Habitação, comércio, actividades liberais, culturais e de recreio e ainda indústria e artesanato compatíveis com a proximidade de habitação.	100	Condicionados pelas necessidades e possibilidades existentes, sem prejuízo da regulamentação.	—	1,20
IIF	Condicionada pelo valor máximo de COS 15 m ³ por metro quadrado e pelas disposições do Dec. 46 673.	Habitação, comércio, actividades liberais, culturais e de recreio e ainda indústria e artesanato compatíveis com a proximidade de habitação.	100	Condicionados nos planos de pormenor.	—	1,20
TIP	Destinada apenas a edifícios e instalações de interesse público.	—	—	—	—	1,20
EL	Intendida a construção, salvo os de interesse público e em correlação directa com a utilização dos espaços livres.	—	—	—	—	1,20
VP	Intendida a diminuição de arborização.	—	—	—	—	1,20
VV	Construção condicionada.	Fins agrícolas.	—	—	—	—
NF	Intendida a construção salvo casos especiais a considerar isoladamente.	—	—	—	—	—
AP	Condicionada pela zona em que se inscreve, e à legislação existente.	Indústrias, grandes armazéns e feixes de vias.	—	—	—	—
I	Condicionada pelo COS 5 m ³ por metro quadrado.	Indústrias, grandes armazéns e feixes de vias.	—	—	—	1,20
F	—	—	—	—	—	2
R	Utilização condicionada ao abrigo das disposições do art. 1376.º do Código Civil.	—	20	20	20	1,20
RP	—	—	—	—	—	2

P₂

Declaração. — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, por despacho de 18-10-91, proferido ao abrigo da delegação de competências conferida pelo despacho MPAT n.º 47/90, publicado no DR, 2.º, de 10-7-91, ratificou o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Penafiel — 2.ª fase, aprovado pela respectiva Assembleia Municipal em 30-4-91, cujos regulamento e planta de síntese se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral registou o referido plano com o n.º 01.13.11.24/01-92, em 14-1-92.

3-2-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vitor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento

1 — Além das áreas de circulação, estacionamento e arborização estabelecidas e cuja realização é da responsabilidade da entidade promotora, o loteamento industrial abrange ainda dois tipos distintos de áreas a serem comercializadas, sendo um deles constituído por dois lotes (A e B) destinados à implantação de serviços e comércio e a restante área, dividida em fracções, destinada à implantação de unidades industriais.

2 — A parcela mínima a admitir para implantação de uma unidade industrial não poderá ter uma área inferior a 1600 m². Assim, à excepção da fracção n.º 44, a área a adquirir pelos futuros proprietários deverá ser constituída pelo menos por duas fracções.

3 — Índices urbanísticos.

A taxa máxima de ocupação do solo é de 40% quer para os lotes industriais quer nos lotes A e B.

O índice de utilização não poderá ser superior a 0,8 nos lotes industriais, nem a 1,2 nos lotes A e B.

4 — Cérceas.

A cércea máxima admitida é de 11 m.

5 — Afastamentos.

O afastamento das construções não poderá ser inferior a 12 m ao limite frontal dos lotes, nem a 7 m dos restantes limites. No entanto, o afastamento ao limite posterior deverá ser de tal ordem que permita a execução dos taludes necessários ao estabelecimento das plataformas.

6 — Cotas de implantação.

6.1 — Lotes situados abaixo do nível do arruamento.

A cota de soleira do rés-do-chão será, relativamente à cota do arruamento no ponto de acesso, de menos 3 m se o edifício tiver um só piso ou de menos 1,5 m se o edifício tiver dois pisos.

6.2 — Lotes situados acima do nível do arruamento.

A cota de soleira do edifício será de mais 3 m relativamente à cota do arruamento no ponto de acesso, isto se o edifício tiver um só piso ou de mais 1,5 m se o edifício tiver dois pisos.

6.3 — Movimento de terras.

O movimento de terras necessário ao estabelecimento das plataformas de implantação das construções de acordo com a solução adoptada, constitui encargo do adquirente.

7 — Muros de suporte e vedação.

Os muros de suporte de terras e a delimitação do espaço físico dos lotes constitui encargo do adquirente. Os muros de suporte ou de espera não deverão ter altura superior a 2 m. No entanto, os muros confinantes com os arruamentos não deverão ter altura superior a 1 m.

8 — Taludes.

Os taludes a constituir na frente dos lotes, bem assim como todos os outros necessários à implantação das plataformas e construções deverão ser arborizados pelos proprietários.

9 — Áreas verdes.

Todos os lotes deverão arborizar no mínimo uma área correspondente a 6% da área do lote.

10 — Estacionamento.

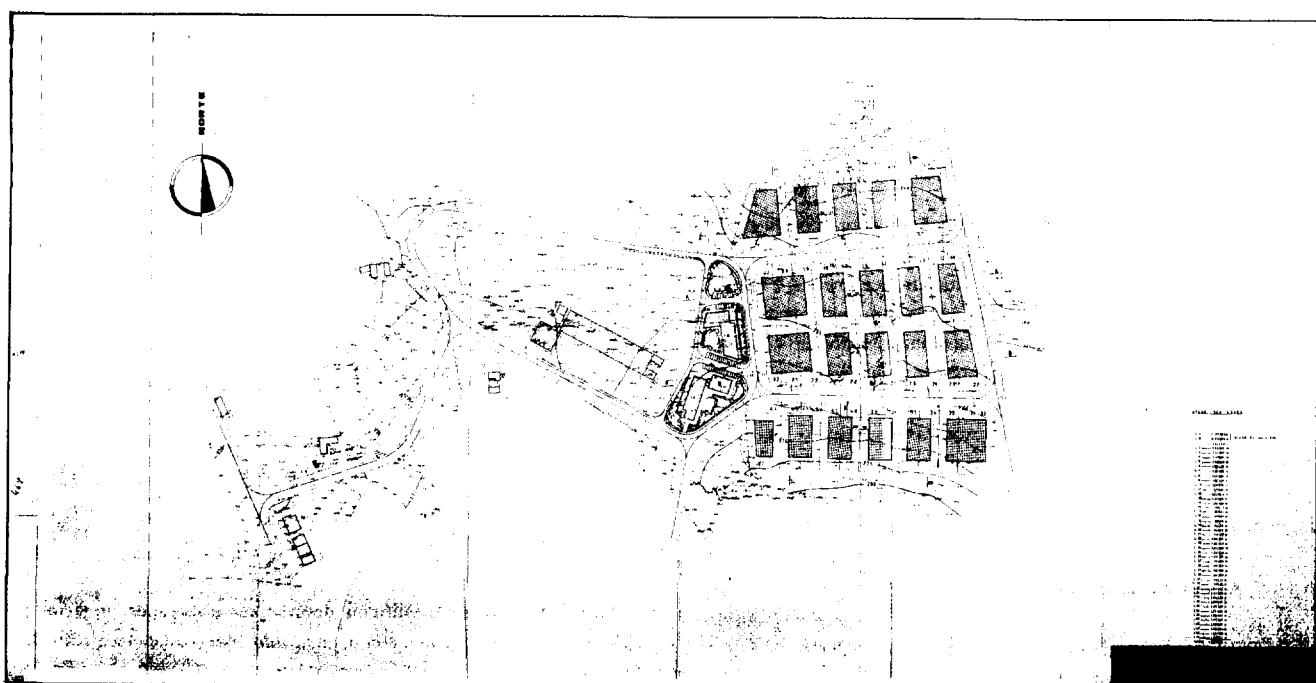
Todos os lotes deverão prever um lugar de estacionamento por cada 150 m² de área coberta.

11 — Acesso ao lote de cargas e descargas.

O acesso aos lotes e a solução a adoptar para cargas e descargas, bem assim como o estudo dos arranjos exteriores farão parte integrante do projecto de licenciamento das unidades industriais a apresentar pelos futuros proprietários.

12 — Não são permitidas indústrias que de algum modo sejam consideradas poluentes.

4.9-90. — A Arquitecta, (*Assinatura ilegível*.)



Declaração. — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou o Plano de Pormenor de Bustos, em Oliveira do Bairro, com o n.º 02.01.14.01/02-91, em 5-3-91, cujos regulamento e planta se publicam em anexo.

3-2-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vítor Manuel Carvalho Melo.*

Regulamento

3.7 — Regulamento:

3.7.1 — Condições gerais:

Artigo 1.º Fazem parte integrante deste regulamento as peças desenhadas n.º 8 e 10.

Artigo 2.º Apenas poderão ser construídos edifícios com a função especificada neste regulamento.

Artigo 3.º As áreas de implantação previstas estão expressas na documentação gráfica apresentada.

Artigo 4.º A distância entre a construção e os arruamentos deverá ser rigorosamente mantida de acordo com essa documentação.

Artigo 5.º As áreas permitidas não podem exceder as apresentadas nas condições especiais.

Artigo 6.º As cotas de soleira deverão ser 0,30 m pelo menos superiores às cotas do correspondente arruamento, referenciadas à perpendicular que passa pela soleira.

Artigo 7.º No interior dos lotes de habitações isoladas ou geminadas, deverá ser previsto pelo menos um local de estacionamento por cada habitação.

3.7.2 — Condições especiais:

O desenho n.º 10 mostra a classificação atribuída ao conjunto dos terrenos, definindo-se as seguintes zonas:

A₁, A₂ — Habitações isoladas ou geminadas;

A₃ — Habitações em banda contínua;

CE — De construção existente;

EP — Equipamentos:

1 — Feira;

2 — De apoio à feira;

3 — Escola primária;

4 — Mercado;

5 e 6 — Complexo destinado a diversas actividades.

A₁ e A₂ — Habitações isoladas ou geminadas:

Artigo 1.º Esta habitações poderão corresponder a um máximo de dois fogos.

Artigo 2.º Os afastamentos às meações serão de, pelo menos, 5 m.

Artigo 3.º Nos lotes deste tipo poderão ser construídos anexos, isto é, dependências cobertas tais como garagens, galinheiros, arrumos e lavadouros para uso exclusivo da habitação desde que não tenham mais que um piso e a sua área não exceda 5% da área total do lote.

Artigo 4.º As habitações não poderão exceder dois pisos

§ único. Pode considerar-se viável o aproveitamento do vão do telhado.

Artigo 5.º As vedações confinantes com a via pública não deverão exceder 1 m de altura.

A₃ — Habitações em banda contínua:

Artigo 6.º Estas habitações não poderão exceder dois pisos.

§ 1.º Poderá permitir-se a inserção de andar recuado.

§ 2.º A cércea definida na 1.ª habitação de cada banda contínua condiciona as restantes.

Artigo 7.º As habitações dos topes de cada banda contínua reservarão uma distância lateral ao limite do lote de, pelo menos, 5 m, podendo ter aberturas laterais de compartimentos habitáveis.

Artigo 8.º Nos lotes deste tipo poderão ser construídos anexos cobertos como garagens, galinheiros, arrumos e lavadouros desde que não tenham mais que um piso e a sua área não exceda 5% da área total do lote.

Artigo 9.º Nas bandas designadas de A₃ poderá considerar-se a inserção de comércio, serviços e artesanato.

A₄ — Habitação em bloco:

Artigo 10.º O número de pisos máximo está indicado no mapa M8.

Artigo 11.º Poderá edificar-se edifício que além da função habitação se destine a comércio e serviços.

Artigo 12.º O acesso automóvel deverá ser feito pelo arruamento poente.

Artigo 13.º Deverá ser reservado estacionamento próprio correspondente a um lugar/fogo e o correspondente ao comércio e serviços a instalar.

CE — Construção existente:

Artigo 14.º Nesta zona devem ser seguidos os alinhamentos de fachadas principais expressos no mapa M8.

Artigo 15.º Esta zona corresponde ao preenchimento de vazios com acessos definidos, considerando-se a manutenção das tipologias e cérceas existentes e os alinhamentos definidos.

Artigo 16.º A ocupação não poderá obstruir caminhos de acesso às áreas agrícolas a preservar.

Artigo 17.º Nesta zona poderão edificar-se ou reconstruir-se edifícios destinados a habitação, podendo ainda servir as funções de comércio, serviços e artesanato.

Artigo 18.º No que se refere a construções novas considera-se parcela edificável respectivamente para banda contínua, geminada ou isolada a que tiver uma frente mínima de 6 m, 12 m e 15 m.

§ único. Não será permitida a subdivisão de lotes existentes quando dessa substituição resultarem lotes que não obedeçam ao disposto neste artigo.

Artigo 19.º Para efeito de inserção de anexos urbanos, considera-se que a profundidade dos lotes é máxima de 40 m.

§ único. Os anexos agrícolas podem executar-se na parte urbana do lote de forma a destruir o mínimo possível de terreno arável.

EP — Equipamentos:

EP₁ — Feira;

EP₂ — De apoio à feira;

EP₃ — Escola primária;

EP₄ — Mercado;

EP₅ e EP₆ — Complexo destinado entre outras às seguintes actividades:

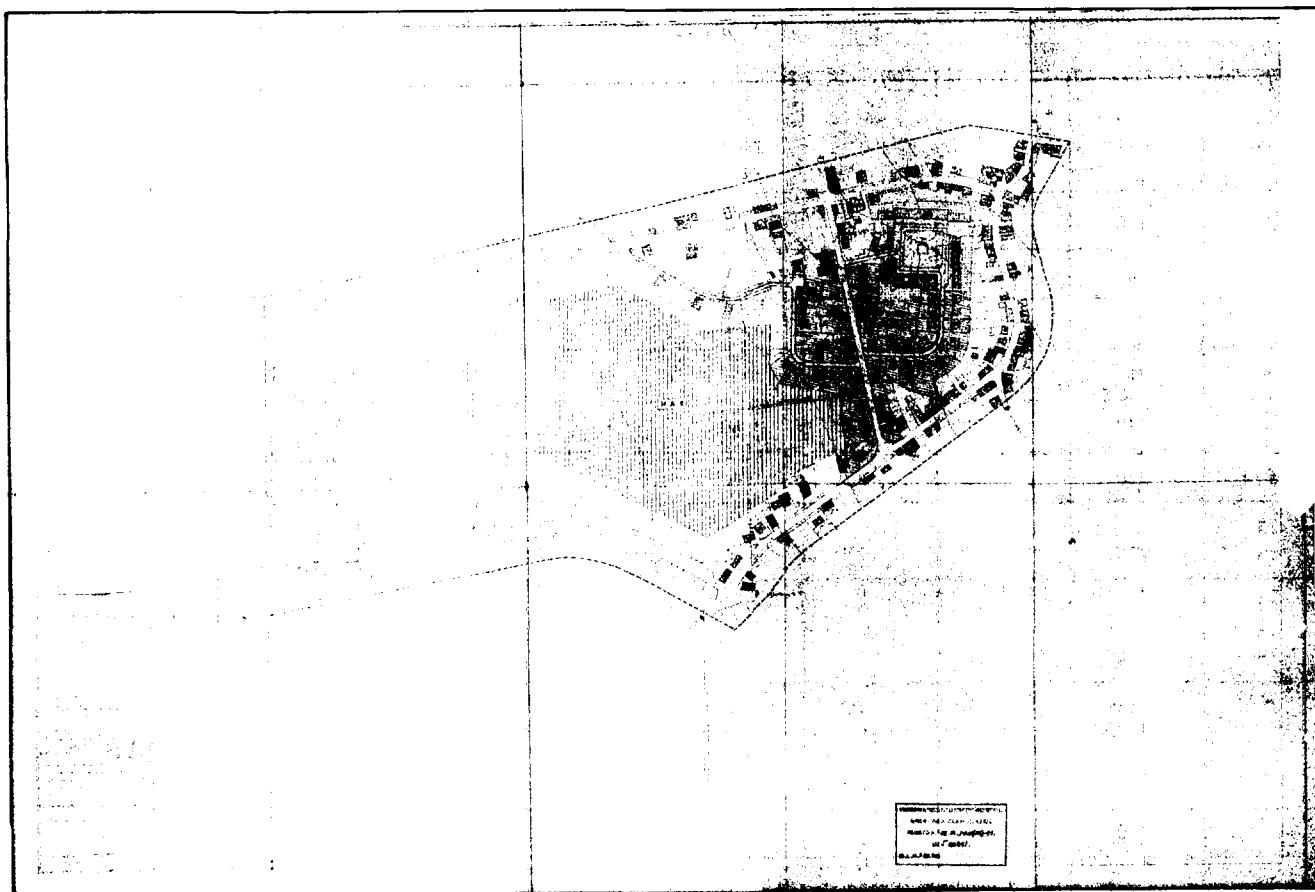
Ocupação de tempos livres para todos os escalões etários;

Culturais;

De recreio e desporto;

De artesanato.

Artigo 20.º Para estes edifícios deverão ser elaborados projectos por técnicos qualificados para o efeito, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei 73/73, de 28-2.



Declaração. — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, por despacho de 28-10-91, proferido ao abrigo da delegação de competências conferida pelo despacho MPAT n.º 47/90, publicado no DR, 2.ª, de 10-7-90, ratificou o Plano de Pormenor da Zona Norte de Mértola, aprovado pela respectiva Assembleia Municipal em 23-2-91, cujos regulamento e planta de síntese se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral registou o referido plano com o n.º 04.02.09.04/02-91, em 22-11-91.

3-2-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vítor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento

Este regulamento complementa as indicações apresentadas na memória descriptiva do plano, e os princípios regulamentadores gerais da revisão de 1988 do Plano Geral de Urbanização para a vila de Mértola.

I — Medidas gerais de protecção ambiental:

1 — Não são permitidos usos que de qualquer forma impliquem riscos para a saúde, segurança e bem-estar dos habitantes ou depreciação da qualidade ambiental da zona.

2 — Não é permitido o escoamento de efluentes não tratados por qualquer parte desta zona ainda que a sua origem possa estar fora dela.

3 — Não é permitida a construção a menos de 3 m de um lado e de outro de qualquer linha de água.

II — Medidas específicas:

Fase 1 — Zona da Rotunda:

1 — Os edifícios indicados para recuperação não poderão ser demolidos e substituídos por nova construção, mas deverão ser objecto de medidas de conservação e recuperação.

2 — É permitido o preenchimento dos espaços entre edifícios existentes por usos que não impliquem um aumento das necessidades de estacionamento público ou de alguma forma aumentem a dificuldade no acesso de tráfego à Rotunda.

3 — Considera-se, por defeito, a dispensa de estacionamento próprio para os edifícios já existentes, nos casos em que aquele não é já manifestamente possível. Para novos edifícios de carácter comercial ou institucional, que, pela sua natureza, gerem necessidades de estacionamento, é obrigatória a provisão de estacionamento próprio numa área igual a pelo menos 50% da área coberta.

4 — Novos edifícios a oeste da rua (IN 122) deverão ter em conta a protecção e segurança da encosta a que ficam adossados, devendo, no ponto mais alto (cota 60) prover uma protecção com um metro de altura, seja ela constituída pela parede da estrutura, parapeito ou guarda separados.

5 — A altura dos edifícios, no lado oeste, não pode exceder a que é determinada pela linha entre o alinhamento proposto junto à rua e a altura máxima junto à encosta (ângulo de 30º). A altura dos edifícios no lado leste não pode exceder a dos edifícios mais altos já existentes, embora o número de pisos possa, ao manter esse limite, ser superior ao existente.

6 — São obrigatórios os alinhamentos definidos no desenho 5.

7 — É obrigatória a apresentação de estudo geotécnico do terreno para todos os edifícios que impliquem cortes extensos na encosta (muros de suporte superiores a 2 m de altura).

Fase 1 — Expansão habitacional:

8 — É definida uma área para expansão habitacional a curto prazo, ocupando os terrenos disponíveis entre a ponte e o complexo escolar. São constituídos 46 lotes com áreas verdes anexas, sistema viário e equi-

pamento comercial de apoio. Deverá ser providenciado um lugar de estacionamento por fogo. As características dos lotes são as que se descrevem no quadro abaixo:

N.º lote	Área (m ²)	Dim. (L × P)	N.º pisos	Ind. ocup. (percentagem)	Área cob. (percentagem)	Log. (percentagem)	Afast. L F T	Observações
1	420	11 × 38	(a) 2,5	60	40	60	Banda	Áreas aproximadas: L = largura F = profundidade
2	365	11 × 33	2,5	60	40	60	Banda	
3	420	11 × 38	2,5	60	40	60	Banda	
4	385	11 × 35	2,5	60	40	60	Banda	
5 a 8	340	11 × 31	2,5	60	40	60	Banda	
9 a 14	330	11 × 30	2,5	60	40	60	Banda	
15								
16	275	11 × 25	2,5	75	40	60	Banda	
17								
18								
19	220	11 × 20	2,5	90	40	60	Banda	
20	240	11 × 22	2,5	100	50	50	Banda	
21								
22	200	11 × 18	2,5	120	60	40	Banda	
23 a 41	200	11 × 18	2,5	100	60	40	Banda	
42								
43	325	13 × 25	2,5	60	40	60	3 3 6	
44	390	13 × 30	2,5	50	40	60	3 3 6	
45								
46	325	13 × 25	2,5	60	40	60	3 3 6	

(a) Sólão ou meio piso em encosta; área cob. inclui anexos (um piso).

Fase 1 — Instalações para equipamento colectivo:

9 — Os equipamentos colectivos indicados em plano estão sujeitos às suas regulamentações específicas.

10 — Os edifícios para a ETAR e central de camionagem deverão seguir os princípios volumétricos, de integração paisagística e de acessibilidade ao público indicados em plano.

11 — Os edifícios destinados a expansão escolar, pavilhão ginnodesportivo e lar e centro de dia de idosos deverão seguir as seguintes especificações: altura máxima: dois pisos, devendo, só excepcionalmente, ser ultrapassada a altura correspondente a um piso do lado da rua à cota mais alta; estacionamento: o conjunto da área de estacionamento público e privado deverá ser igual a pelo menos 50% da área útil dos edifícios; afastamento da rua: os volumes dos edifícios deverão estar afastados segundo um ângulo azimutal de 45° a partir do alinhamento do seu limite de propriedade, ao longo da rua.

12 — As zonas de estacionamento público definidas em desenho no plano não poderão ser ocupadas por quaisquer edifícios.

Área especial:

É a contida no perímetro de protecção às Azenhas do Guadiana, incluindo a sua envolvente paisagística (zonas verdes da fase 1 e toda a fase 2).

São aplicáveis as regulamentações correntes para parques e reservas naturais sem embargo das medidas de protecção específicas visando a conservação e restauro das azenhas e do sítio, como se segue:

13 — Não são permitidas edificações senão as estritamente necessárias pelo serviço essencial à população, que deverão ser de pequeno volume e facilmente integráveis paisagicamente.

14 — Deverá ser proibido e penalizado:

- a) Extração de arcia;
- b) Lavagem e mudança de óleo de automóveis;
- c) Vazamento de lixo.

Fase 2 — Campo da feira e hortas:

15 — Aplica-se ao campo da feira a sua regulamentação específica.

16 — Não são permitidas construções permanentes.

17 — A área destinada a hortas só poderá servir para esse fim ou como reserva verde/viveiro municipal.

18 — Só são permitidas as construções essenciais ao apoio da actividade que deverão ser de carácter precário.

Fase 3 — Expansão habitacional a longo prazo:

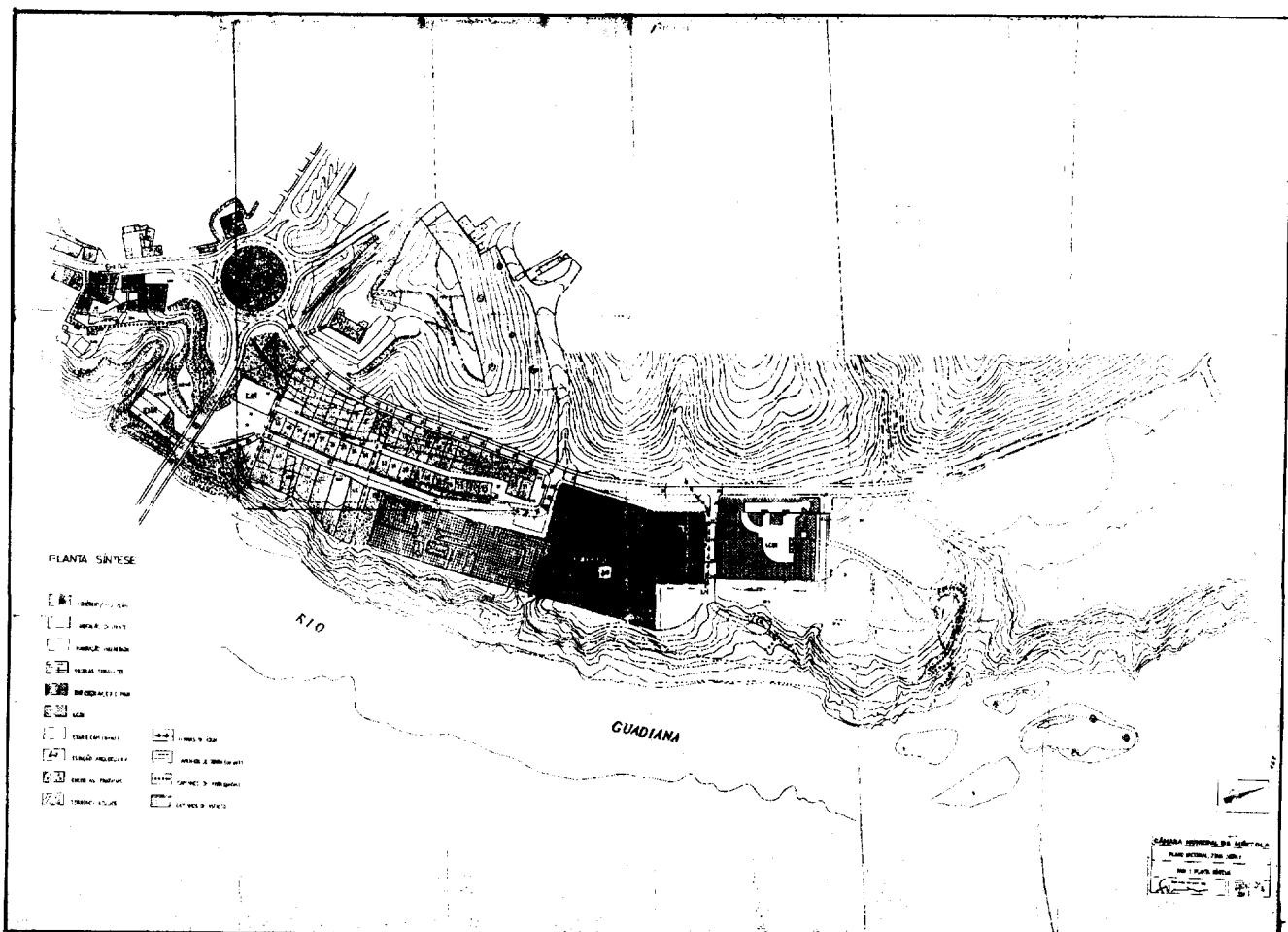
19 — Só poderá ter realização após verificada a saturação do parque habitacional da vila.

20 — Deverá manter a densidade da expansão habitacional da fase 1.

21 — Deverá ser promovido um estacionamento por fogo.

22 — A altura dos edifícios depende da sua inserção na encosta usando-se como regra o estabelecimento de um linha traçada a partir do alinhamento junto da estrada até um metro acima do ponto mais alto da encosta onde os lotes terminam (ângulo de 30°).

23 — É obrigatório o estudo geotécnico do terreno para todas as situações que impliquem cortes extensos na encosta (muros de suporte de altura superior a 2 m).



Declaração. — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, por despacho de 2-1-92, proferido ao abrigo da delegação de competências conferida pelo despacho MPAT n.º 195/91, publicado no DR, 2.º, de 3-12-91, ratificou o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Arcos de Valdevez, aprovado pela respectiva Assembleia Municipal em 28-12-90, cujos regulamento e planta de síntese se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral registou o referido plano com o n.º 01.16.01.00/01-92, em 9-1-92.

3-2-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vitor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento

Artigo 1.º O presente regulamento estabelece as condições de construção e de utilização dos lotes de terreno destinados à instalação de unidades industriais, enquadradas no loteamento industrial de Arcos de Valdevez.

Artigo 2.º O loteamento industrial será apetrechado com as seguintes infra-estruturas a assegurar pela Câmara Municipal:

- Rede de circulação rodoviária, zonas de estacionamento e passadios;
- Rede de distribuição de água e electricidade e saneamento nos termos do regulamento aprovado pela Assembleia Municipal;
- Rede de telecomunicações.

Artigo 3.º O ordenamento, alinhamentos, construção e utilização das instalações, respeitarão as condições e formalidades impostas por este regulamento, peças desenhadas e pelas normas legais aplicáveis à exploração de cada tipo de indústria.

Artigo 4.º A construção das instalações depende do projecto aprovado pela Câmara Municipal e pelas entidades competentes elaboradas nos termos da legislação em vigor.

Artigo 5.º Na apreciação do projecto atender-se-á em especial à conceção arquitectónica, às condições de segurança, de higiene e de salubridade exigidas para cada tipo de indústria.

Artigo 6.º O espaço livre, lateral, entre a construção e o limite da propriedade não poderá ser inferior a 5 m, salvo nos casos previstos na planta síntese.

Artigo 7.º O coeficiente de ocupação do solo não poderá ser superior a 3,5 m² por metro quadrado. Entende-se por coeficiente de ocupação do solo, o volume útil construído (anexos, paredes e pavimentos, compreendidos por metro quadrado de terreno).

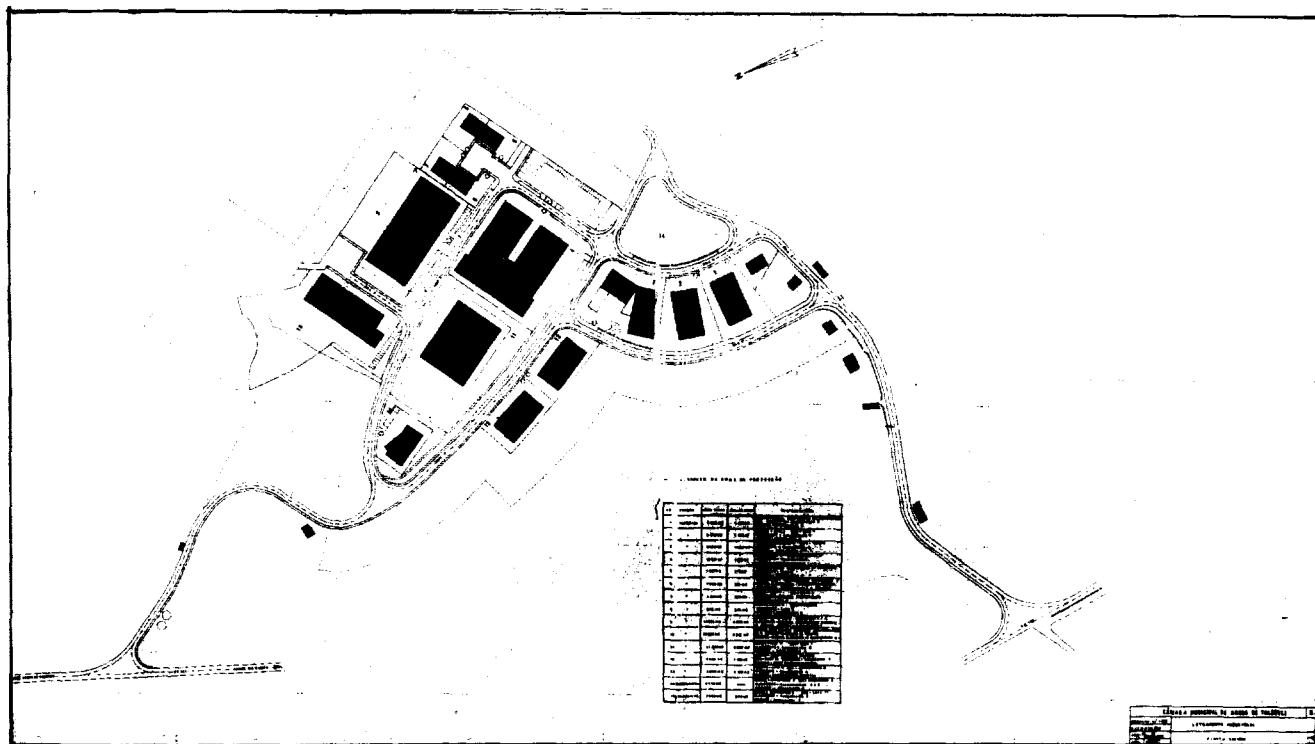
Artigo 8.º Na área do lote, além da construção principal, apenas serão autorizadas construções baixas como portarias e postos de transformação.

Artigo 9.º A vedação dos lotes é obrigatória, e será feita pelos respectivos proprietários não podendo ultrapassar a altura de 2 m. Deverá ser utilizada rede ou outra estrutura reticulada transparente.

Exceptuam-se os casos em que por condicionantes naturais do terreno seja necessária a construção de muros de suporte às terras, que exigam uma altura superior.

Artigo 10.º Nas zonas dos logradouros marginais às vias e passadios, deverá sempre efectuar-se a plantação de árvores ou arbustos além da criação de espaços relvados, de forma a manter essas áreas com bom aspecto e não prejudicar os utentes das vias públicas e dos lotes vizinhos.

Artigo 11.º Qualquer ajuste ou alteração ao previsto neste projecto apenas poderá ser permitido quando não colida com o presente regulamento, seja devidamente justificado, e daí advenha uma melhoria da solução para o empreendimento.



Declaração. — Torna-se público que o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, por despacho de 3-1-92, proferido ao abrigo da delegação de competências, conferida pelo despacho MPAT n.º 195/91, publicado no DR, 2.º, em 3-12-91, ratificou o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure, aprovado pela respectiva Assembleia Municipal em 3-11-90, cujos regulamento e planta de síntese se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral registou o referido plano com o n.º 02.06.15.00/01-92, em 10-1-92.

3-2-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vitor Manuel Carvalho Melo*.

Regulamento do plano de pormenor da zona industrial de Soure

Artigo 1.º O presente regulamento aplica-se na área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Soure (PPZIS) definida pela linha limite de urbanização, conforme a planta de síntese.

Artigo 2.º Serão observadas todas as directivas, normas e regulamentos gerais dos diferentes níveis de planeamento, especificamente deste Plano de Pormenor, do Regulamento Geral das Edificações, Urbanas, do Dec.-Lei 166/70, demais regulamentos em vigor e pareceres prestados.

Artigo 3.º O loteamento obedecerá à subdivisão indicada na planta de síntese, dentro da aproximação que o trabalho de campo permita, devendo oportunamente ser analisados todos os ajustamentos ou modificações sensíveis por razões justificadas. Todas as construções têm obrigatoriedade os edifícios principais com frente e acesso para uma rua ou praça constante do plano.

Artigo 4.º A modelação do terreno e a implantação dos edifícios terão em atenção os declives naturais do terreno, ou sua vegetação, que deverão ser mantidas, evitando-se movimentos de terra que contrariem as melhores condições existentes.

Artigo 5.º A Câmara Municipal (CM) intervirá sempre em primeira instância na seleção das indústrias, conferindo-lhes prioridade e usando as formas de intervenção que activem e orientem o tipo de investimento, de modo a inseri-lo no modelo industrial proposto para o concelho.

Artigo 6.º Não serão estabelecidos critérios de prioridade na seleção das indústrias a instalar na ZI, enquanto no concelho de Soure não se atingirem os índices da industrialização aceitável para a sua dimensão, de acordo com o regulamento do Sistema de Incentivos de Base Regional.

a) Salvaguarda-se a situação das indústrias cuja laboração preveja à partida qualquer grau de poluição do ambiente ou dos próprios

esgotos, que só serão autorizadas após provas de que os métodos e sistemas a introduzir darão plena garantia de que a poluição será compatível com parâmetros aceitáveis.

Artigo 7.º Condições de instalação e de funcionamento de estabelecimentos industriais:

- a) A viabilidade de instalação carece sempre de parecer da CM. O pedido de viabilidade de construção deverá ser constituído por extracto do plano de pormenor, com as construções a levar a efecto devidamente localizadas, indicação do tipo de indústria a instalar e número de postos de trabalho a criar;
- b) A instalação (ou alteração ou ampliação) dos estabelecimentos industriais de 1.ª classe só poderá ser efectuada depois da aprovação do respectivo projecto pelos serviços competentes do Ministério da Indústria e Energia, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente do Dec.-Lei 46 923, de 28-3-66, e Dec.-Lei 46 924, de 28-3-66;
- c) A instalação (ou alteração ou ampliação) dos estabelecimentos industriais de 2.ª classe é licenciada na vistoria industrial, antes do inicio da laboração, a requerimento do interessado;
- d) A laboração dos estabelecimentos industriais não poderá ser iniciada sem que as respectivas instalações sejam vistoriadas e aprovadas, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente do Dec.-Lei 46 924, de 28-3-66;
- e) O detentor de resíduos industriais deverá promover a sua recolha, armazenagem, transporte e eliminação ou utilização de acordo com o estipulado no Dec.-Lei 488/85, de 25-11, e legislação complementar;
- f) A CM poderá impor aos utentes da ZI a instalação e funcionamento de instalações de pré-tratamento dos efluentes líquidos de modo a garantir que as águas residuais saídas da ETAR da ZI satisfazem integralmente aos parâmetros estabelecidos pela legislação em vigor.

Artigo 8.º Condições de ocupação dos lotes:

- a) A percentagem de ocupação do solo não poderá por cada lote ser superior a 60% de área da mesma, sendo a restante distribuída por arruamentos e estacionamentos (20%) e enquadramento paisagístico e ou equipamentos colectivos (20%);
- b) A CM poderá autorizar, em casos especiais, a junção de vários lotes para instalação de uma só indústria, salvaguardando o disposto na alínea anterior;

- c) A altura das edificações não poderá ser superior a 10 m ao beiral das coberturas;
- d) Em todos os lotes deve ser previsto espaço para estacionamentos de automóveis leigeiros, para funcionários das indústrias e armazéns e de carros pesados da firma, assinalados nos projectos de obra, em planta à escala 1/100 ou 1/200, com indicação do limite do lote e com um mínimo de um lugar de estacionamento por cada 150 m² da área de construção;
- e) Os acessos aos lotes deverão ser assegurados pelos respectivos proprietários, permitindo fáccis e seguras manobras;
- f) Os muros a construir nos limites dos lotes deverão respeitar os seguintes parâmetros: os muros confinantes com a via levarão um soco de 0,50 m de altura em alvenaria e uma gradilha superior com um máximo de 0,70 m de altura; os muros laterais e posteriores, não confinantes com a via pública, levarão igualmente um soco de 0,50 m de altura em alvenaria e uma vedação superior, que poderá ser rede, com o máximo de 1,50 m de altura;
- g) A implantação do edifício principal deve respeitar os afastamentos mínimos de 5 m, 6 m e 6 m aos limites laterais, posteriores e frontal dos lotes, respectivamente, podendo ser exigidos afastamentos superiores, pela CM.

Artigo 9.º A área mínima a construir na 1.ª fase deverá ocupar, pelo menos, 20% da área coberta máxima.

Artigo 10.º Como ocupação especial poderá ser prevista, por unidade industrial, uma habitação para o guarda, de preferência integrada no edifício principal.

Artigo 11.º Pela sua localização e porque se pretende manter um quadro ecológico equilibrado, as zonas demarcadas como zonas de protecção serão escrupulosamente mantidas e fiscalizada a sua manutenção.

Artigo 12.º A CM reserva o direito e após a apreciação da implantação do futuro edifício das fábricas, exigir a manutenção, em zonas que determinará, da vegetação que dentro de cada lote não prejudique o pleno funcionamento da unidade fabril e que potencialmente não se torne minimamente perigosa ou ameaçadora de qualquer desastre.

Artigo 13.º Todos os lotes terão que ter áreas livres envolventes das edificações que permitam o livre e fácil acesso a viaturas de bombeiros.

Artigo 14.º Quaisquer omissões ou dúvidas surgidas na aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal de Soure.

Abril de 1990.



Declaração. — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oiã, Oliveira do Bairro, com o n.º 02.01.14.03/06-91, em 7-3-91, cujos regulamento e planta se publicam em anexo.

3.2.92. — O Director-Geral, em substituição, *Vitor Manuel Carvalho Melo.*

Regulamento de ocupação

Artigo 1.º Fazem parte integrante deste regulamento os arts. 17.º, 18.º, 19.º, 20.º e 21 do regulamento de funcionamento e de acesso aos lotes, que se publica na íntegra em anexo (anexo I).

Artigo 2.º Fazem parte integrante deste Regulamento, os desenhos n.º 3 e 4 do plano de pormenor.

Artigo 3.º Apenas poderão ser construídos edifícios com as funções especificadas neste regulamento e de acordo com o estabelecido nos desenhos n.º 3 e 4.

Artigo 4.º As áreas máximas de ocupação permitidas estão expressas no desenho n.º 4.

§ único. Se a implantação necessária for inferior, deverão sempre seguir-se os alinhamentos principais expressos na mesma peça desenhada.

Artigo 5.º A distância entre a construção e os arruamentos deverá ser rigorosamente mantida, de acordo com o expresso no desenho n.º 4.

§ único. A configuração do remate entre o muro confinante com a via pública e o portão de acesso, deverão ser definidos de forma a que permitam a manobra de entrada dos veículos pesados utilizados.

Artigo 6.º As cotas de soleira deverão ser, pelo menos, 0,30 m superiores às cotas do arruamento, referenciadas à perpendicular que passa pela soleira.

Artigo 7.º As vedações confinantes com a via pública não deverão exceder 1 m em altura.

§ único. Se por razões de segurança da unidade for necessário aumentar aquela altura, ela não deverá exceder 2,50 m sendo executado o excedente do metro, em rede.

Artigo 8.º Cada estabelecimento industrial deverá ter em todo o perímetro, arruamento de, pelo menos, 5 m de largura.

§ único. Nos lotes do tipo A, poderá reduzir-se o arruamento para 3 m de largura.

Artigo 9.º Todos os espaços que não sejam ocupados por edificações, depósitos ao ar livre ou arruamentos, deverão ser devidamente arborizados e jardinhados.

Artigo 10.º Só serão permitidas ampliações nas unidades existentes, desde que a ocupação total não exceda 40% da área total do respectivo lote e que se cumpram as demais condicionantes deste plano.



Declaração. — Torna-se público que o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, por despacho de 29-6-83, aprovou o Plano de Pormenor de Expansão Oeste de Nossa Senhora de Machede, em Évora, cujos regulamento e planta de síntese se publicam em anexo.

Mais se torna público que esta Direcção-Geral registou o referido plano com o n.º 04.07.05.03/3-92, em 16-1-92.

3-2-92. — O Director-Geral, em substituição, *Vítor Manuel Carvalho Melo.*

Regulamento

Todas as construções respeitarão a área de implantação, vocação funcional e alinhamentos propostos.

1 — Alinhamento, pela linha (1) a 6 m do fundo do lote, com exceção dos projectos evolutivos que em futuro venham a cumprir este alinhamento.

2 — Implantação dos anexos, na frente do lote (a).

3 — Índice de ocupação 0,55 (b), anexos 50 m² inclusive (c).

4 — Superfície útil coberta 2.º piso 50% da superfície de implantação habitável no 1.º piso (d).

5 — Altura máxima à linha de cumeira 7 m (d); altura máxima dos anexos, 2,4 m à frente 3 m atrás. Excepção coberturas em terraço, guarda 3,5 m; altura dos muros dos logradouros 1,20 m/2,40 m; vãos dos muros de lotes ao longo da estrada iguais ou inferiores a 1,20 m.

6 — Revestimentos exteriores cor base branco, cor secundária azul liso (qualquer material), azulejos só serão aplicados em panos de fachada recuados no 1.º piso, nas cores azul liso ou branco, ou no máximo de duas cores com fundo branco.

7 — Cobertura telha lisa à cor natural.

8 — Caixilharias:

Alumínio — a cor bronze;

Ferro — branco, castanho, azul;

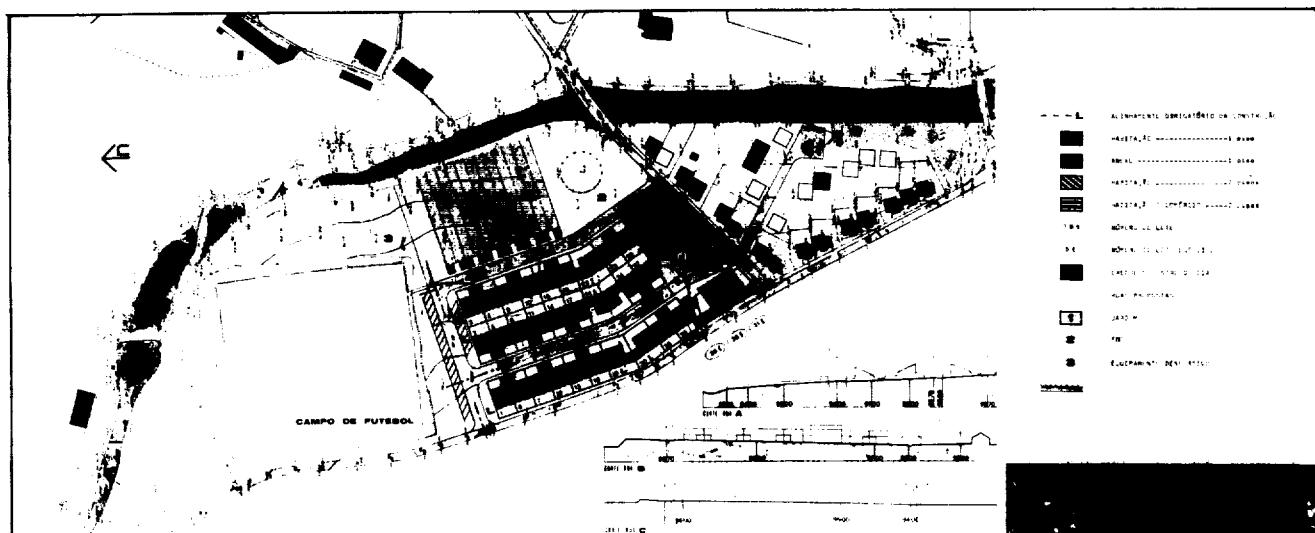
Madeira — branco, castanho, azul.

(a) Excepção lotes 21E, 22E, 30E, 31E.

(b) Excepção lotes 29E, 30E, 31E.

(c) Excepção lotes 30E, 31E.

(d) Excepção lotes 21E, 29E, 30E, 31E



Inspecção-Geral da Administração do Território

Por despacho do Ministro do Planeamento e da Administração do Território, de 2-12-91, reconhecida a urgente conveniência de serviço à rectificação da lista de transição do pessoal afecto à Inspecção-Geral da Administração do Território, provido no quadro único do Ministério do Planeamento

e da Administração do Território, que transita para o quadro privativo constante do mapa IV, anexo ao Dec.-Lei 272/91, de 7-8, nos termos do seu art. 2.º, à qual foi reconhecida urgente conveniência de serviço, por despacho de 12-8-91 do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (nos termos do Desp. 154/91, de 24-7, do Ministro do Planeamento e da Administração do Território):

Nome	Situação no quadro único			Transição para o quadro privativo			
	Categoria	Escalão/ Índice	Modalidade de nomeação	Categoria	Escalão/ Índice	Modalidade de nomeação	Normativo de transição
Maria Adelina Paninho Gonçalves Marques (a)	Escriturária-dactilógrafa.	8/125	Provimento definitivo.	Escriturária-dactilógrafa.	8/125	Provimento definitivo.	Al. a) do n.º 1 do art. 2.º do Dec.-Lei 272/91, de 7-8.
Gertrudes Clara Mirinha Ferrão	Auxiliar administrativo.	3/130	Idem.	Auxiliar administrativo.	3/130	Idem.	Idem.

a) Foi nomeada, precedendo concurso, em comissão de serviço, terceiro-oficial do quadro único do Ministério da Administração Interna. (Visto, TC, 9-7-91, proc. 39 560, publicado no DR, 2.º, 274, de 31-7-91.)

(Visto, TC, 14-1-92.)

10-2-92. — O Inspector-Geral, *Nuno da Silva Salgado*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA****Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior**

Por despacho de 7-2-92 do director regional de Agricultura da Beira Interior:

Lista nominativa do pessoal do quadro próprio da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior que se encontra provido em carreiras inseridas na área de informática, constantes do mapa anexo ao Dec. Regul. 56/86, de 8-10, e que transita para os lugares criados pela Port. 1221/91, de 30-12, pela forma prevista nos n.º 1 e 3 do art. 15.º do Dec.-Lei 23/91, de 11-1:

Nome	Categoria actual	Categoria que resultará da aplicação do art. 15.º do Dec.-Lei 23/91
Maria Luísa Barreiros dos Santos Goulão	Analista de sistemas de 1.ª classe	Técnico superior de informática de 1.ª classe.
Alfredo Manuel Martins Maia	Operador de 2.ª classe	Operador de sistemas de 2.ª classe.
Luís Miguel Caiola Ribeiro	Operador de 2.ª classe	Operador de sistemas de 2.ª classe.

(Isento de fiscalização prévia do TC.)

10-2-92. — O Director Regional, *Guilhermino Manuel Martins de Carvalho*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO SISTEMA EDUCATIVO****Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário****Escola Preparatória e Secundária (C + S) de Grilo (528)**

Ano de 1991

Lista de antiguidade ao abrigo dos n.º 1 e 2 do art. 93.º do Dec.-Lei 497/88, para efeitos do disposto nas alfs. a), b) e c):

Nome	Categoria	Início do exercício de funções na categoria (a)	Número de dias descontados nos termos da lei (b)	Tempo contado para antiguidade		
				Anos	Meses	Dias
Camila Amorim F. Figueiredo	Auxiliar de acção educativa ...	1-1-89	—	2	10	10
M. José Ferreira Bernardes	Auxiliar de acção educativa ...	1-1-89	36	2	10	29
M. Fernanda T. Alves Leal D. Alão	Auxiliar de acção educativa ...	25-1-89	6	2	11	5
Isaura Graciosa de Sousa Moreira	Auxiliar de acção educativa ...	25-5-89	38	2	5	28

Nome	Categoria	Início do exercício de funções na categoria (a)	Número de dias descontados nos termos da lei (b)	Tempo contado para antiguidade		
				Anos	Meses	Dias
M. José Alves M. Guerra Martins	Auxiliar de acção educativa ...	17-2-89	—	2	10	12
Laura Fernanda F. S. Domingues	Auxiliar de acção educativa ...	28-10-82	—	9	2	5
Teodora Guilhermina S. Couto	Auxiliar de acção educativa ...	28-10-82	—	9	—	29
Palmira Feiteira S. Cruz Silva	Auxiliar de acção educativa ...	(f) 2-7-90	—	5	2	17
M. Marlene Soares P. Oliveira	Auxiliar de acção educativa ...	8-4-91	—	—	8	28
Amélia M. Conceição M. Azevedo	Ajudante de cozinha	(f) 2-7-90	—	5	10	8
Ana M. de Jesus Fernandes	Ajudante de cozinha	(f) 2-7-90	—	4	1	9
Elísio da Silva Pereira	Ajudante de cozinha	(f) 2-7-90	—	1	6	2
M. Luísa F. Gomes Oliveira (d)	Auxiliar de acção educativa ...	30-11-88	—	3	1	2
M. Fernanda T. da Silva Castro (d)	Auxiliar de acção educativa ...	2-12-88	—	3	1	1
Maria de Oliveira Valente (d)	Auxiliar de acção educativa ...	18-12-90	—	1	—	14
Eduardo Manuel do Couto Passos	Auxiliar de manutenção	(f) 2-7-90	—	1	6	3
José da Silva Pereira (e)	Guarda-nocturno	(f) 2-7-90	—	5	3	19

(d) Contratos a prazo certo.

(e) A partir de 19-9-91, mudou para o Ministério da Administração Interna.

(f) Nesta data passou ao quadro de vinculação do distrito do Porto.

31-1-92. — O Presidente do Conselho Directivo, *Eduardo José Alves Carreira da Fonseca*.

Lista de antiguidade ao abrigo dos n.º 1 e 2 do art. 93.º do Dec.-Lei 497/88, para efeitos do disposto nas al. a), b) e c):

Nome	Categoria	Início do exercício de funções na categoria (a)	Número de dias descontados nos termos da lei (b)	Tempo contado para antiguidade		
				Anos	Meses	Dias
M. Luísa Pires Frescata P. Mota	Chefe de serviços de administração escolar	1-10-86	—	5	3	2
António Pimentel de Paiva	Primeiro-oficial	10-10-86	—	5	2	23
M. Aurora Sousa Maia Pereira	Segundo-oficial	26-11-86	—	5	1	6
António Manuel Santos Freitas	Segundo-oficial	1-6-87	—	4	7	4
Natália Augusta C. J. Faustino	Terceiro-oficial	8-7-86	—	5	4	11
Laurinda Ferreira G. C. e Silva	Escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe	21-12-87	—	4	—	11
Dalma Pinto da Silva Sá Couto	Escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe	4-3-89	—	2	10	3
Alexandra Maria Alão S. Pereira (a)	Escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe	7-2-91	—	—	10	24
Fernanda Maria Alves S. Tavares (a) ...	Escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe	15-2-91	—	—	10	16

(a) Contratos a termo certo.

31-1-92. — O Presidente do Conselho Directivo, *Eduardo José Alves Carreira da Fonseca*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

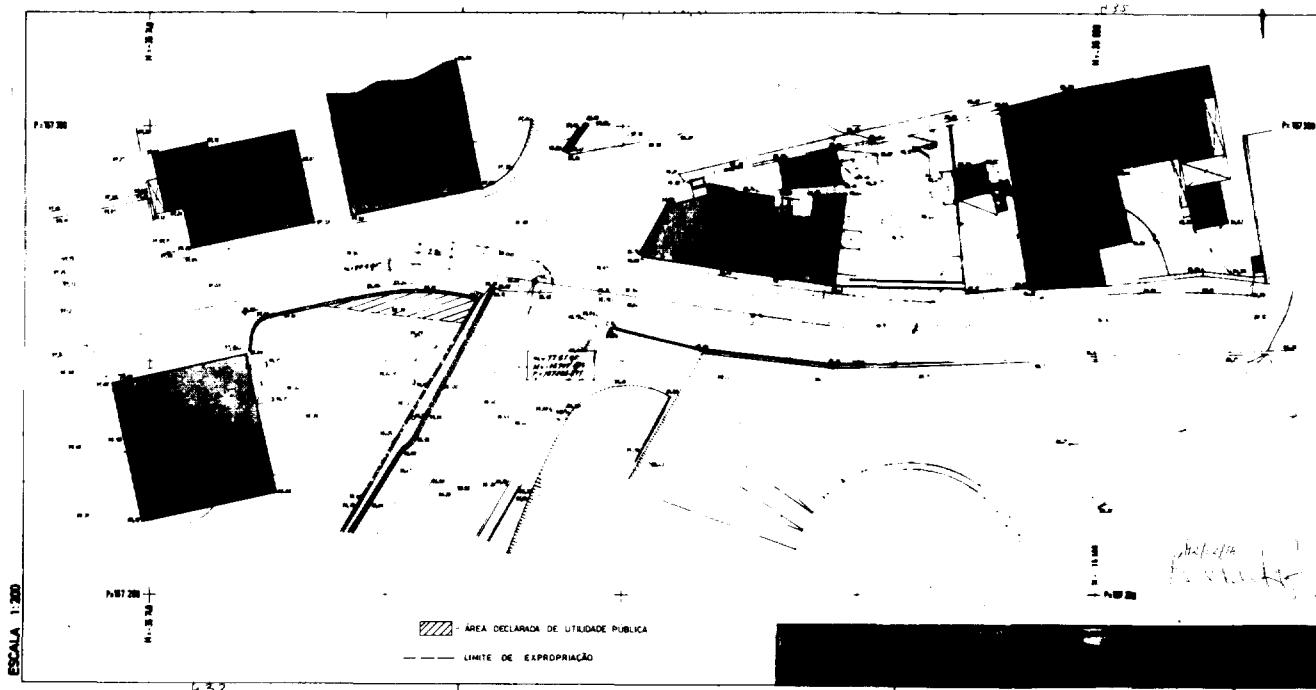
Despacho MOPTC n.º 10-XII/92. — A construção da passagem de peões 1, decorrente da execução do projecto de construção do restabelecimento 1, embora desenvolvendo-se em toda a sua extensão sob o eixo da Rua da Nau Vitória, determina a necessidade de expropriar uma área restrita de cerca de 39 m², identificada como parcela n.º 7 daquele empreendimento, a qual não foi abrangida pelo despacho MOPTC n.º 64/89-XI, de 16-10-89, publicado no DR, 2.º, 227, de 2-12-89.

Por tal motivo, a requerimento do Gabinete do Nô Ferroviário do Porto e nos termos da al. a) do n.º 1 do art. 10.º e do art. 14.º, ambos do

Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhes foi dada pelo Dec.-Lei 154/83, de 12-4, declaro a utilidade pública e a urgência da expropriação do bem imóvel e direitos a ele relativos, correspondentes à área adicional devidamente identificada na planta anexa, sita no concelho do Porto, necessária à construção da passagem de peões 1.

Verificando-se a necessidade de dar início aos trabalhos, nos termos do n.º 1 do art. 17.º e do art. 19.º do Dec.-Lei 845/76, de 11-12, o primeiro com a redacção dada pelo Dec.-Lei 154/83, de 12-4, e o segundo com a redacção introduzida pelo Dec.-Lei 32/82, de 1-2, autorizo o Gabinete do Nô Ferroviário do Porto a tomar posse administrativa do imóvel que integra a área acima referida.

6-2-92. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Joaquim Ferreira do Amaral*.



GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS

Despacho SEOP n.º 8-XII/92. — Considerando que:

Após a publicação do Dec.-Lei 347/86, de 15-10, a promoção e coordenação de todas as actividades relacionadas com a implantação da gare de mercadorias de São Mamede de Infesta são da responsabilidade do Gabinete do Nô Ferroviário do Porto;

Desde a publicação do despacho MOPTC n.º 62/86 e com o desenvolvimento da elaboração do projecto de execução, surge a necessidade pontual de alteração dos limites das parcelas a expropriar para a implantação da gare de mercadorias de São Mamede de Infesta;

São diversos os proprietários dos terrenos onde se pretende executar o empreendimento da gare de mercadorias de São Mamede de Infesta, com os quais não foi possível chegar a acordo para a sua aquisição;

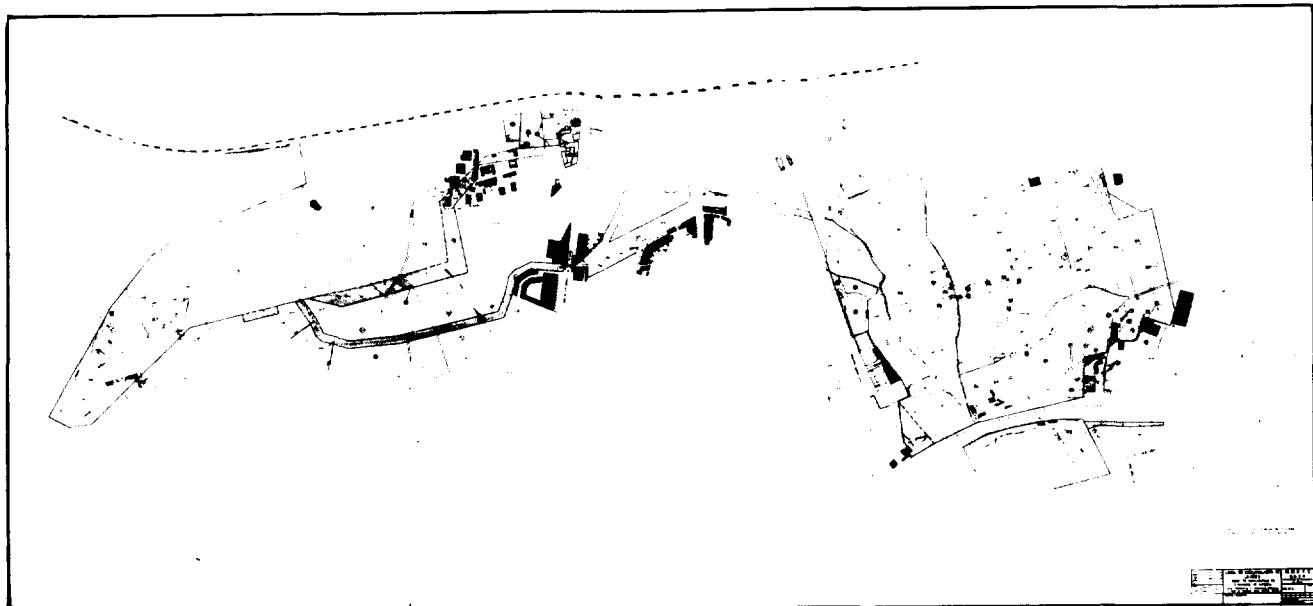
A requerimento do Gabinete do Nô Ferroviário do Porto e de acordo com a CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., autorizo aquele organismo a substituir esta empresa pública como entidade expropriante com a trans-

missão de todos os direitos e obrigações já assumidas e a assumir na aquisição dos terrenos abrangidos pela declaração de utilidade pública — despacho MOPTC n.º 62/86, inserto no DR, 2.º, 169, de 25-7-86, que assim se mantém e se renova, com a alteração acima mencionada relativa à entidade expropriante.

Ainda a requerimento do Gabinete do Nô Ferroviário do Porto e nos termos da al. a) do n.º 1 do art. 10.º e do n.º 1 do art. 14.º, ambos do Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhes foi dada pelos Decs.-Leis 154/83, de 12-4, e 413/83, de 23-11, declaro a utilidade pública e urgente da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles relativos, da área adicional devidamente identificada na planta anexa, necessária à execução do projecto da gare de mercadorias de São Mamede de Infesta, cujo estudo prévio mereceu já anterior aprovação ministerial.

Verificando-se a necessidade de, com urgência, se dar início aos trabalhos, autorizo o Gabinete do Nô Ferroviário do Porto, ao abrigo do disposto do n.º 1 do art. 17.º do Dec.-Lei 845/76, com a redacção dada pelo Dec.-Lei 154/83, a tomar posse administrativa dos referidos imóveis.

23-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Álvaro Magalhães.



Junta Autónoma de Estradas

Direcção de Serviços Regionais de Estradas do Centro

Desp. SEOP. — Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 10.º do Código das Expropriações, aprovado pelo Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhe foi dada pelo art. 1.º do Dec.-Lei 154/83, de 12-4, e atento o despacho de 12-7-90 do vice-presidente da Junta Autónoma de Estradas, engenheiro Rangel de Lima, que aprovou a planta parcelar e o mapa de expropriações relativas à obra da estrada nacional n.º 356 — Variante da Batalha declaro, por delegação do MOPTC constante do despacho 17-XII-91, de 5-12, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do art. 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela

Lei 2037, de 19-8-49, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra acima referida, identificadas nos mapas anexos pelo nome dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Junta Autónoma de Estradas a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

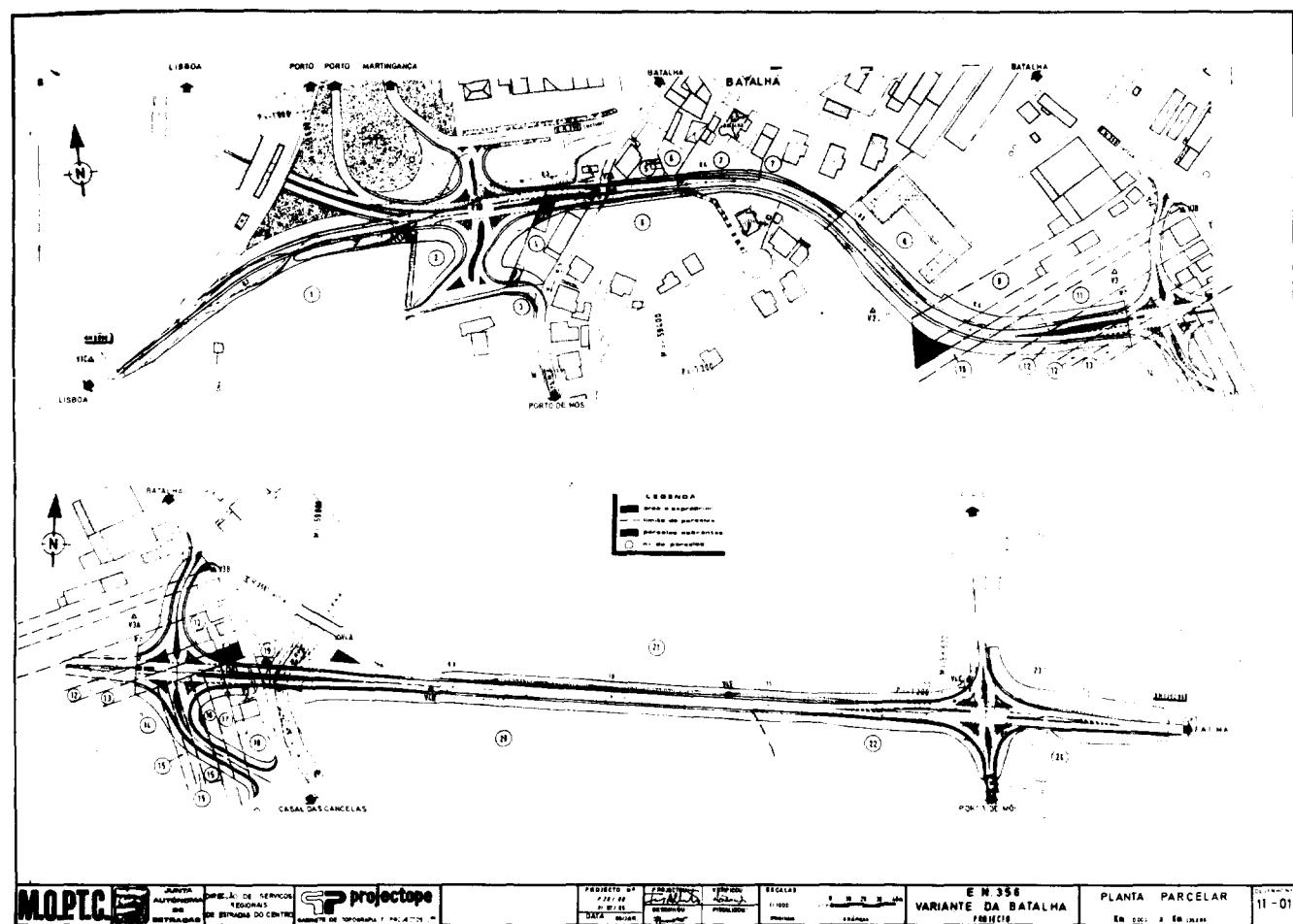
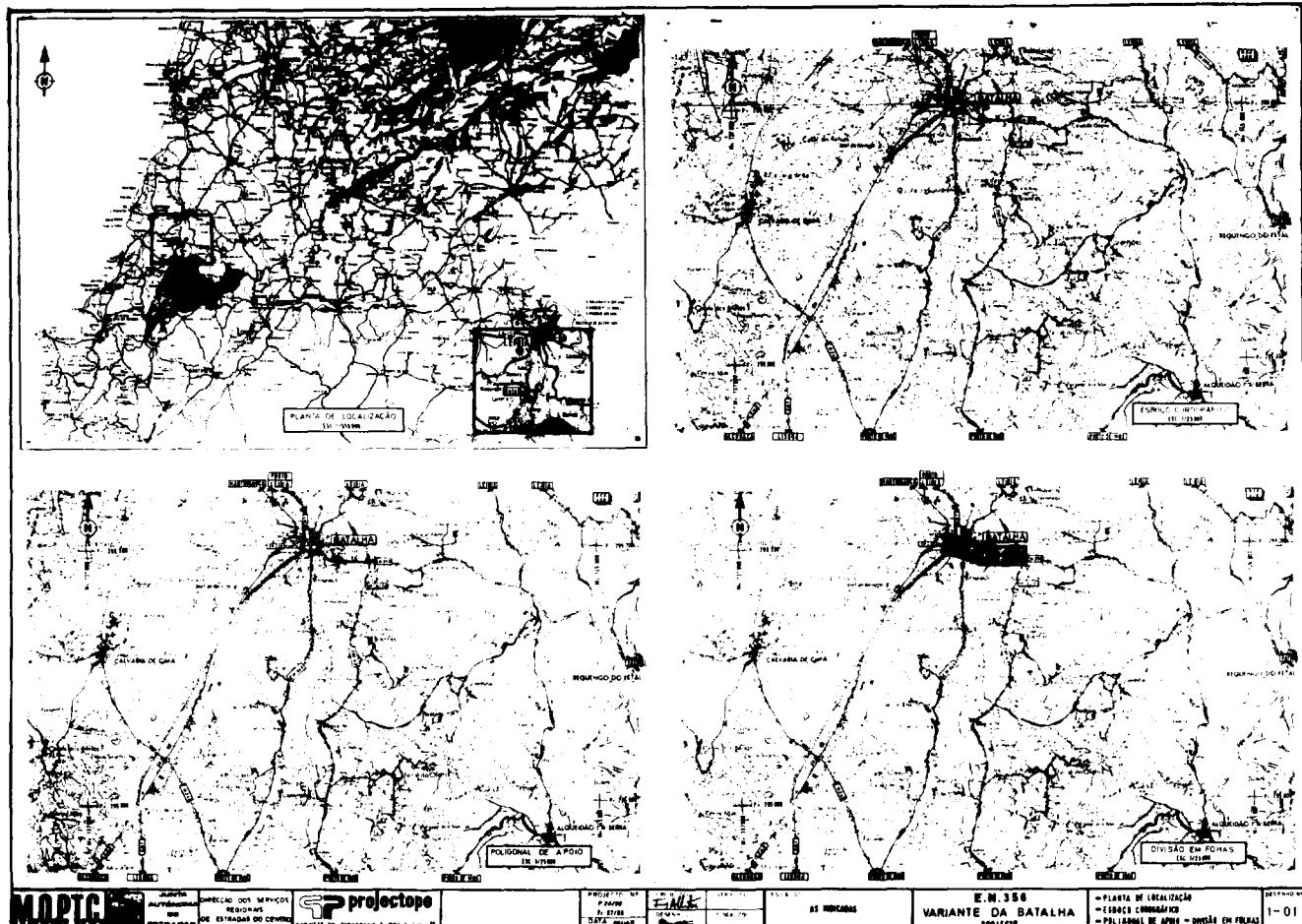
Os encargos com as expropriações em causa são da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas que dispõe da correspondente cobertura financeira.

14-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Magalhães*.

Mapa de expropriações

Parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza das parcelas	Áreas e ou quantidades
1	Maria C. de Oliveira Zuquete, Batalha	Lavrado Oliveiras médias	1 850 8
2	Viúva de Joaquim Monteiro, Batalha	Lavrado	3 280
3	Dr. Caldas Saraiva, Batalha	Lavrado Muro	40 25
4	Maria Gabriela Ramos Monteiro, Batalha	Lavrado Edificações Muro	550 290 35
5	Santa Casa da Misericórdia, Batalha	Lavrado Muro	400 90
6	Júlio Pinheiro, Batalha	Logradouro Muro	25 8
7	Câmara Municipal da Batalha	Logradouro Muro	1 500 50
8	Bombeiros Voluntários da Batalha	Logradouro	1 600
9	Bernardo Monteiro da Silva, Batalha	Lavrado	1 140
10	Joaquim Germano Monteiro, Batalha	Lavrado Pomar	125 280
11	Joaquim Rodrigues Valverde, Batalha	Lavrado Pomar	310 870
12	Jaime dos Santos Monteiro, Batalha	Pomar Poço	2 600 1
13	Manuel dos Santos Monteiro, Batalha	Pomar	570
14	António Vicira Trovão, Batalha	Pomar	205
15	José Vicira Trovão, herdeiros, Batalha	Lavrado	1 010
16	António Jordão, Rua do Rio Lena, Batalha	Pomar	330
17	António Vicira Trovão, Batalha	Pomar	435
18	António Jordão, Rua do Rio Lena, Batalha	Pomar .. Logradouro	310 360
19	António Carlos Costa Jordão, Batalha	Lavrado Arrecadação	110 25
20	Maria Cecília Zuquete, Batalha	Pomar	2 540
21	Maria Amélia Oliveira, Batalha	Lavrado	1 230
22	Fernando Grosso Azoia, Codiciceira	Vinha	1 050
23	Maria Amália Sales Simões, Batalha	Mato/pinhal	1 050
24	João Monteiro, herdeiros, Carvocira	Lavrado	720
PS 9	Bernardo Monteiro da Silva, Batalha	Lavrado	330
PS 12	Jaime dos Santos Monteiro, Batalha	Pomar	150
PS 13	Manuel dos Santos Monteiro, Batalha	Lavrado Arrecadação	120 36
PS 15	José Vicira Trovão, herdeiros, Batalha	Lavrado	24
PS 20	Maria Cecília Zuquete, Batalha	Pomar	55

Observação. — Todas as áreas referentes a lavoura, edificações, logradouro, pomar, arrecadações, vinha e mato/pinhal são expressas em metros quadrados. Todas as medições relativas a muros e a poços são expressas em metro linear e em unidades, respectivamente.



Desp. SEOP. — Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 10.º do Código das Expropriações aprovado pelo Dec.-Lci 845/76, de 11-12, com a redacção que lhe foi dado pelo art. 1.º do Dec.-Lci 154/83, de 12-4, e atento o despacho de 5-6-90 do vice-presidente da Junta Autónoma de Estradas, engenheiro Rangel de Lima, que aprovou a planta parcelar e o mapa de expropriações relativas à obra da estrada nacional n.º 351, Casal Novo — Oleiros, declaro, por delegação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, constante do Desp. 17-XII/91, de 5-11, publicado no supl. ao DR, 2.º, 290, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do art. 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei 2037, de 19-8-49, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção

da obra acima referida, identificadas nos mapas anexos pelo nome dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Junta Autónoma de Estradas a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa são da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas que dispõe da correspondente cobertura financeira.

28-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Magalhães*.

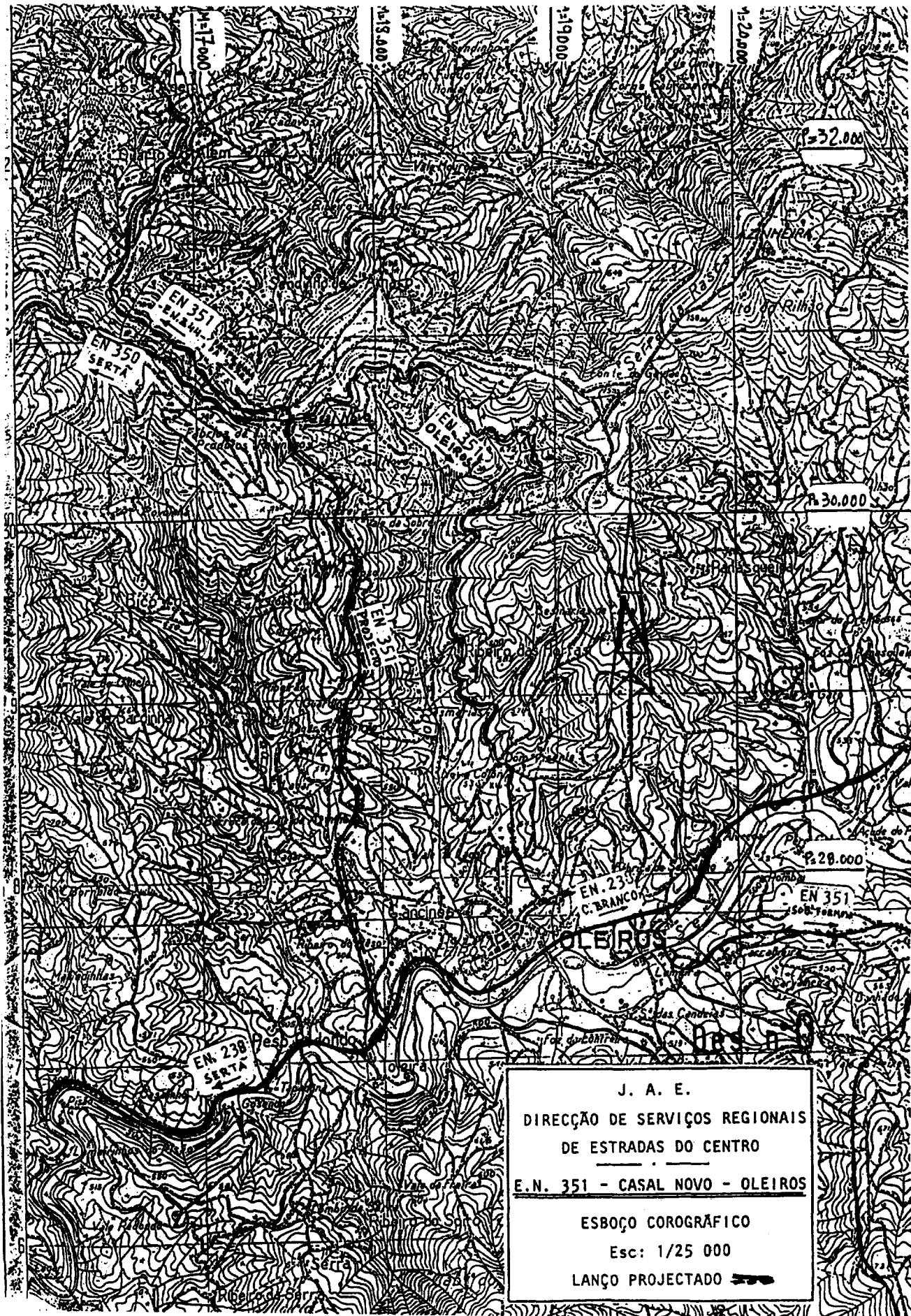
MAPA 1

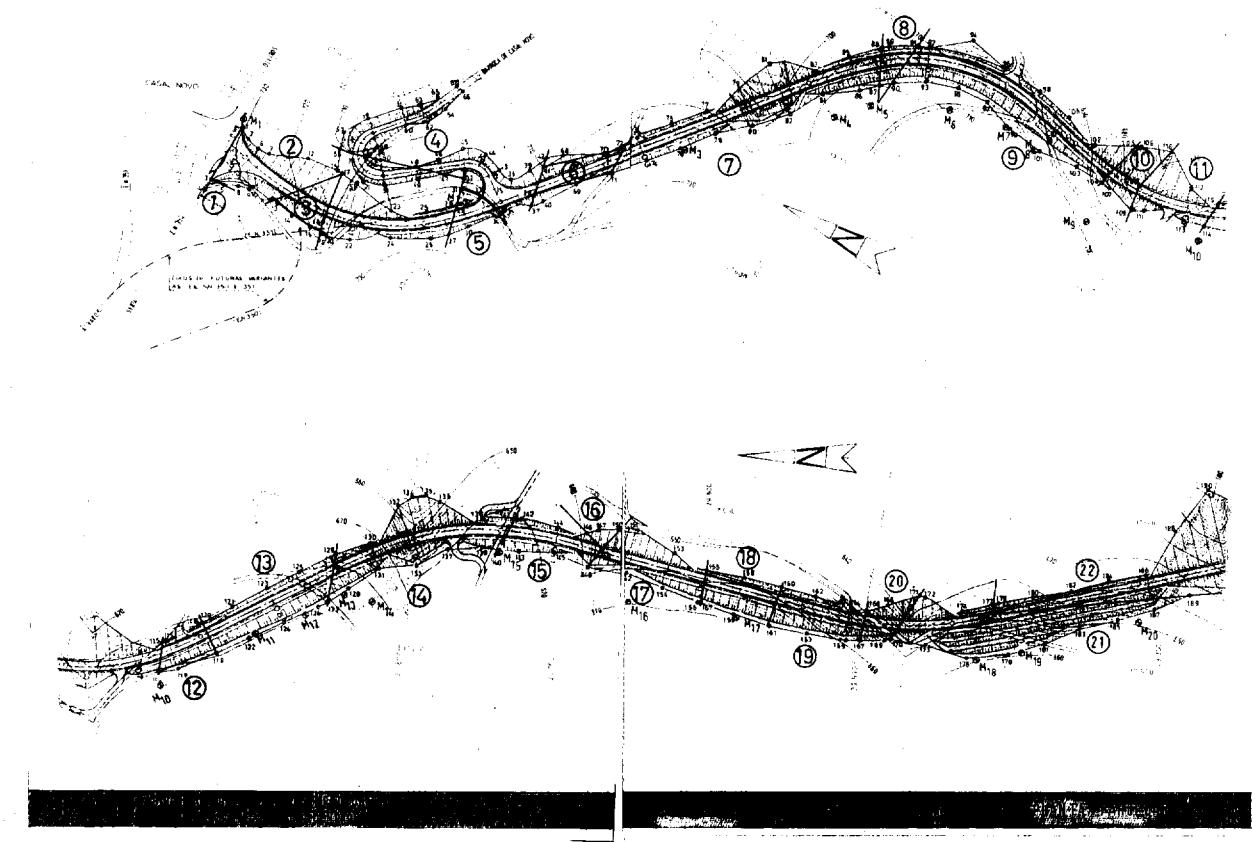
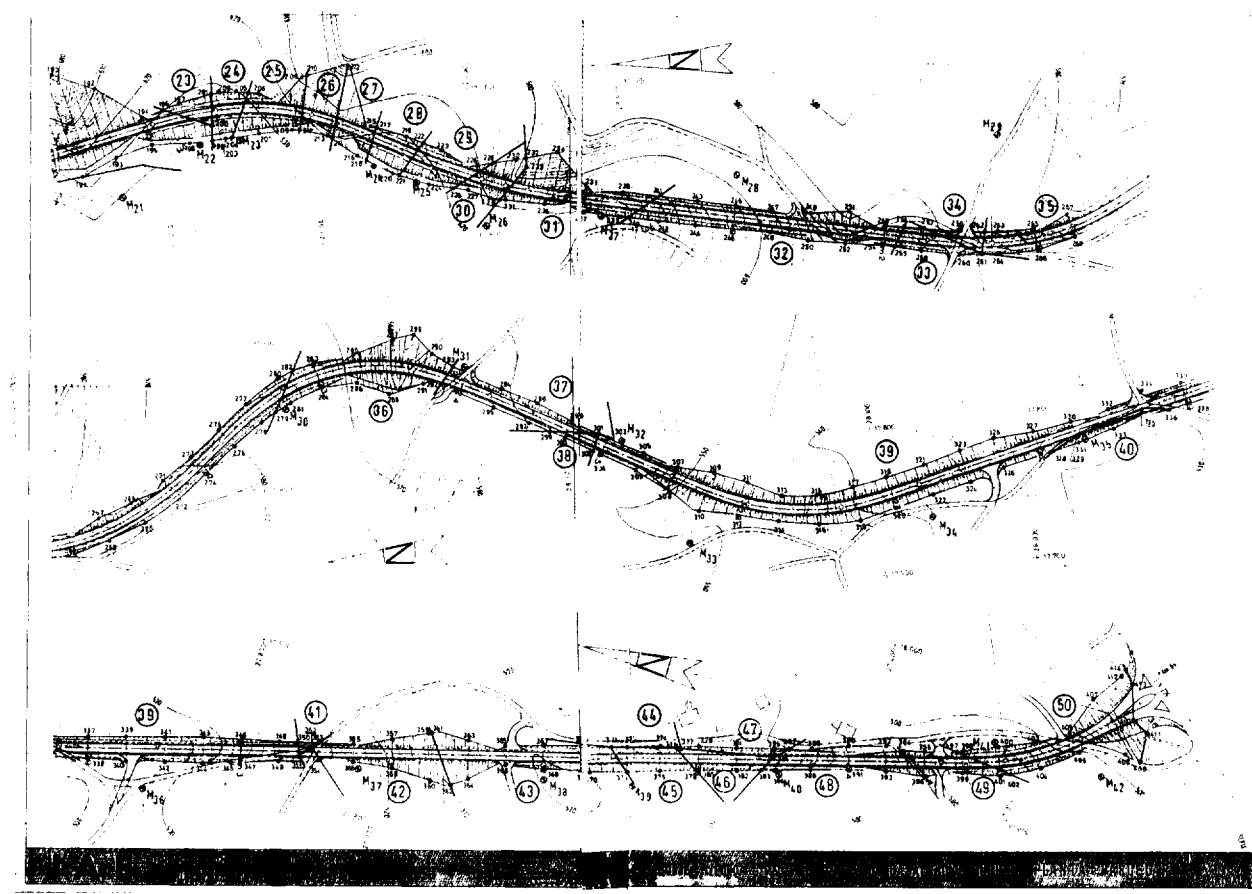
Expropriações

Estrada nacional n.º 351 Casal Novo — Oleiros

Número da parcela	Nome do proprietário	Natureza da parcela	Área (m ²)
1	Alfredo da Silva Fernandes, Oleiros	Pátio	49
2	Engenheiro Joaquim de Mendonça Barata Correia e Dr. Eduardo de Mendonça Barata Correia: Rua de Pedro Atenquer, 123, 7.º esquerdo, 4100 Porto. Feitor: António Lopes, Pedrógão Pequeno, 3270 Pedrógão Grande. O mesmo, área sobrante	Mato	4 682
		Mato	1 017
3	Iherdeiros de Macário Martins Casal Novo, Oleiros	Horta com reg. Tília g. Macieiras g. Pereira g. Oliveira m. Pés de videira	830 1 unidade 3 unidades 1 unidade 5 unidades 20 unidades
4	Palmira de Jesus, Scendinho, Santo Amaro, Oleiros	Mato	2 577
5	João Alves Garcia, Casal Novo, Oleiros	Mato	450
6	António Antunes, Gavião, Oleiros	Mato	851
7	António Lopes Agostinho, Oleiros	Mato/cucaliptal Cultivo com reg. 1 barraco Pés de vinha Oliveiras m.	3 439 700 20 18 unidades 2 unidades
8	Delfim Conceição Pereira, Casal Novo, Oleiros	Pinhal	392
	O mesmo, área sobrante	Pinhal	45
9	António Fernandes, Casal Novo, Oleiros	Pinhal	4 017
10	Francisco Domingues, Cancinos, Oleiros	Pinhal	895
11	José Fernandes, Cancinos, Oleiros	Pinhal	1 318
12	José Antunes dos Santos, Oleiros	Pinhal	732
13	José Garcia, Oleiros	Pinhal	2 296
14	José Fernandes, Cancinos, Oleiros	Pinhal/cucaliptal	3 770
15	João Antunes Facucho, Oleiros	Pinhal	1 227
16	José Martins Carvalheira, Oleiros	Pinhal	147
17	José Augusto Santos Fernandes, Oleiros	Pinhal	1 890
18	Natário Martins Lopes, Oleiros	Pinhal	1 291

Número da parcela	Nome do proprietário	Natureza da parcela	Área (m ²)
19	João Antunes Facucho, Oleiros	Pinhal	1 521
20	Câmara Municipal de Oleiros	Mato	560
21	José Augusto Santos Fernandes, Oleiros	Pinhal	3 585
22	José Antunes dos Santos, Oleiros	Pinhal	6 560
23	José Martins, Carvalheira, Oleiros	Pinhal	370
24	João Antunes, Facucho, Oleiros	Pinhal	581
25	José Antunes dos Santos, Oleiros	Pinhal	1 305
26	José Augusto Santos Fernandes, Oleiros	Pinhal	1 096
27	Natário Martins Lopes, Oleiros	Pinhal	907
28	José Martins, Carvalheira, Oleiros	Pinhal	708
29	José Augusto Lourenço, Oleiros	Pinhal	919
30	António Batista, Oleiros	Pinhal	622
	O mesmo, área sobrante	Pinhal	110
31	Francisco Lourenço, Oleiros	Pinhal	2 129
32	Valentina Lucas Madeira Gonçalves, Oleiros	Pinhal	2 672
33	José Augusto Fernandes, Oleiros	Pinhal	533
	O mesmo, área sobrante	Pinhal	30
34	José Ramos, Oleiros	Pinhal	3 292
35	José Augusto Antunes, Oleiros	Pinhal	3 292
36	Santa Casa da Misericórdia de Oleiros	Pinhal	2 680
37	Francisco Domingues, Cancinos, Oleiros	Pinhal	1 254
38	João Salgueiro, Cancinos, Oleiros	Pinhal	187
39	Alfredo Silva Fernandes, Oleiros	Pinhal/mato	9 103
40	Francisco Boaventura, Oleiros	Pinhal	182
41	Herd. de Teresa Martins Romão, Oleiros	Pinhal	32
42	Francisco Lourenço, Vale Grande, Oleiros	Pinhal	1 548
43	João Lourenço, Foz de Lentreira, Oleiros	Pinhal	2 237
44	Acácio Esteves, Oleiros	Pinhal	60
45	Teotónio Barata, Oleiros	Pinhal	844
46	António Ventura Antunes e Armindo Tomé, Cancinos, Oleiros	Pinhal	652
	O mesmo, área sobrante	Pinhal	530
47	Herd. de Manuel Antunes, Cancinos de Baixo, Oleiros	Pinhal	333
48	José Luís Domingues, Oleiros	Pinhal	1 501
49	José Domingues Ladeira, Oleiros	Pinhal	748
50	Augusto José Lourenço, Tojeira de Cima, Oleiros	Pinhal	2 093
	O mesmo	Cultivo com reg.	550
		<i>Soma das áreas</i>	<i>84 746</i>
		<i>A deduzir áreas sobrantes</i>	<i>1 732</i>
		<i>Área total ocupada pela estrada</i>	<i>83 014</i>





Desp. SEOP. — Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 10.º do Código das Expropriações aprovado pelo Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhe foi dada pelo art. 1.º do Dec.-Lei 154/83, de 12-4, e atento o despacho do vice-presidente da Junta Autónoma de Estradas, engenheiro Santinho Ilorta, de 7-1-92, que aprovou a planta parcelar e o mapa de expropriações relativos ao projecto do lanço de IC3 — EE.NN. 342, 347 e 110 — beneficiação entre Condeixa e Pontão, declaro, por delegação de Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, constante do Desp. 17/XII/91, de 5-11, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do art. 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei 2037, de 19-8-49, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra acima referida, identifi-

cadas nos mapas anexos pelos nomes e moradas dos seus proprietários, natureza e área de cada uma.

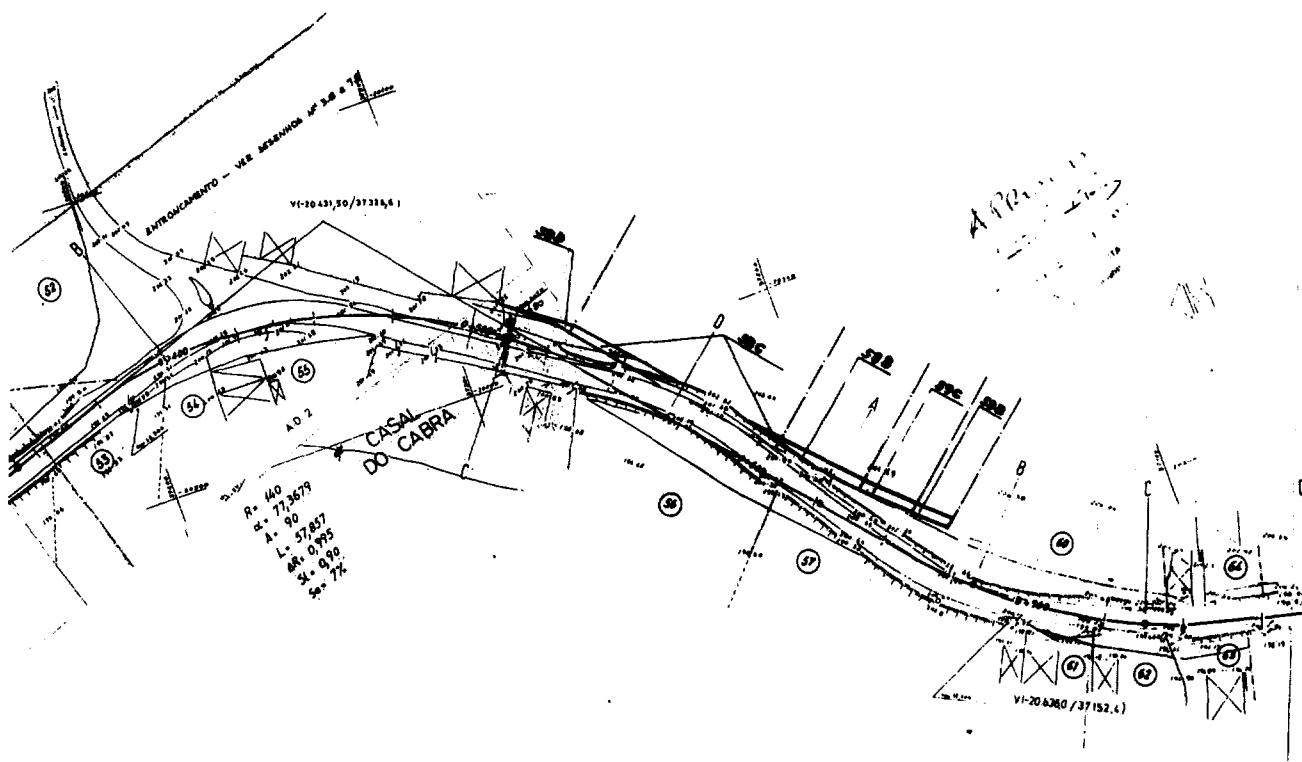
Mais declaro autorizar a Junta Autónoma de Estradas a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início ou prossecução ininterrupta dos trabalhos sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa são da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas que dispõe da correspondente cobertura financeira.

21-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Magalhães*.

IC3 — EE.NN. 342, 347, 110 — Beneficiação entre Condeixa e Pontão

Número da parcela	Nome do proprietário	Natureza do terreno	Superfície (m ²)	Importâncias		Identificação do prédio
				Preços unitários	Preços globais	
59 - B	Felismina de Jesus residente em São Simão, freguesia de São Miguel, Penela	Logradouro	45	350\$00	13 500\$00	Art. rústico n.º 6676 e 6677, da freguesia de São Miguel, concelho de Penela.
59 - C	Arménio Augusto Iria Simões, residente em São Simão, freguesia de São Miguel, Penela	Logradouro	65	300\$00	19 500\$00	Art. rústico n.º 6678, 6679 e 6680, freguesia de São Miguel, concelho de Penela.
58 - B	Ramiro Duarte, residente no Pastor, freguesia de São Miguel, Penela	Pinhal	70	300\$00	21 000\$00	Art. rústico n.º 6 681, da freguesia de São Miguel, concelho de Penela.
58 - C	Mário Mendes dos Santos, residente em São Simão, Penela	Pinhal	110	300\$00	33 000\$00	Art. rústico n.º 6682, da freguesia de São Miguel, concelho de Penela.
58 - D	Guilherme Rodrigues, residente em São Simão, freguesia de São Miguel, Penela	Logradouro	30	300\$00	9 000\$00	Art. rústico n.º 6683, da freguesia de São Miguel, concelho de Penela.
				1 550\$00	96 000\$00	



PLANTA PARCELAR nº 08

Desp. SEOP. — Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 10.º do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhe foi dada pelo art. 1.º do Decreto-Lei 154/83, de 12-4, e atento o despacho de 20-12-91 do vice-presidente da Junta Autónoma de Estradas, engenheiro Rangel de Lima, que aprovou a planta parcelar e o mapa de expropriações relativas à obra do IC8 — lanço n.º auto-estrada/Pombal, declaro, por delegação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, constante do Desp. 17-XII/91, de 5-11, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do art. 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei 2037, de 19-8-49, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção da obra

acima referida, identificadas nos mapas anexos pelo nome dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Junta Autónoma de Estradas a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa são da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas que dispõe da correspondente cobertura financeira.

21-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, *Álvaro Magalhães*.

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
1	1.1	José de Sousa, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	100
	1.2	Herdeiro de José Duarte, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	490
			Sobrante	140
	1.3	João de Sousa, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	340
	1.4	Manuel Jesus de Sousa, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	420
	1.5	António Domingos, Granja, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 200
	1.6	José de Sousa Cordeiro, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	460
	1.7	Herdeiros de Amadeu Pinto, Barros da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	980
	1.8	Herdeiros de Manuel Henriques, Pombal	Pinhal e eucaliptal	340
	1.9	Manuel dos Santos Lagoa, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	200
			Sobrante	10
	1.10	António Alves, Granja, Pombal	Pinhal e eucaliptal	370
	1.11	António Domingos, Granja, Pombal	Pinhal e eucaliptal	430
	1.12	Herdeiros de Joaquim Lagoa, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	590
			Sobrante	40
	1.13	Manuel Cordeiro e Manuel Jesus de Sousa, Assanha da Paz, Pombal ...	Pinhal e eucaliptal	4 295
	1.14	José de Sousa Cordeiro, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	3 985
	1.15	José de Sousa Cordeiro, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	797
			Sobrante	83
	1.16	Augusto da Silva Palhais, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	320
	1.17	Artur Terezo, Gregarias de Cima, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 300
	1.18	José Pedro dos Santos, Matoso, Pombal	Pinhal e eucaliptal	7 368
	1.19	Aníbal da Silva Ferreira, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 800
	1.20	Francisco de Jesus Fernandes	Pinhal e eucaliptal	8 670
	1.21	José Jordão dos Santos	Pinhal e eucaliptal	9 740
	1.22	Manuel da Conceição Fernandes, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	3

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	1.23	Fernando Gonçalves Cordeiro	Pinhal e eucaliptal	290
	1.24	Daniel de Oliveira, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	8 760
	1.25	Herdeiros de Augusto Silva, Escoural, Pombal: António Gameiro Martins, Assanha da Paz, Manuel da Silva, Santorum, António da Silva, Escoural, Joaquim Gameiro, Santorum e Lita Ferreira, Granja	Pinhal e eucaliptal	8 478
	1.26	Mário Gonçalves, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	5
	1.27	Herdeiros de Florêncio Gonçalves, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 200
			Sobrante	30
	1.28	Manuel Ferreria Gomes, Ranha de Cima, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 560
2	2.1	Herdeiros de Manuel da Silva e Manuel Lagoa Júnior: Dr. José Carlos (delegado de saúde de Pombal)	Pinhal e eucaliptal	13 458
			Tanque em ruínas	1
			Poço com 3 m e profundidade dc 18 m	1
	2.2	Manuel Joaquim (Lameiro), Catrofe, Pombal	Semeadura	2 770
			Sobrante	230
	2.3	Adelino Custódio Domingues, Granja, Pombal	Semeadura	600
	2.3 A	Abílio Ferraz, Granja, Pombal	Semeadura	195
	2.4	Adelino Custódio Domingues, Granja, Pombal	Semeadura	960
			Sobrante	30
	2.5	António Matos Duarte, Estreões, Pombal	Pinhal e eucaliptal	260
	2.6	Câmara Municipal de Pombal	Mato	1 640
	2.7	Fernando Gonçalves Cordeiro, Assanha da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	430
	2.8	Manuel Pedrosa Ramos, Escoural, Pombal	Pinhal e eucaliptal	290
	2.9	Aníbal Pinto, Barros da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	380
	2.10	António Alves, Granja, Pombal	Semeadura	390
	2.11	Adelino Gonçalves, Santorum, Pombal	Semeadura	2 220
	2.12	Artur Jorge, Granja, Pombal	Semeadura	640
			Oliveiras	18
	2.13	Júlio Gameiro Gonçalves, Granja, Pombal	Pinhal e eucaliptal	3 000
			Sobrante	108
	2.14	José Ferraz, Ribeira da Palha, Pombal	Semeadura	2 040
			Oliveiras	15
	2.15	António Gameiro, Pinheirinho, Pombal	Semeadura	2 080
			Oliveiras	23
	2.16	Aires da Silva, Fonte Nova, Pombal	Semeadura	2 680
			Oliveiras	25

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	2.17	António Domingues e Abílio Ferraz	Semeadura Oliveiras	4 380 12
	2.18	Manucl da Silva, Santorum, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 210
	2.19	António Domingues, Quinta, Pombal	Semeadura	220
	2.20	Manuel Junqueira, Souto, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 080
	2.21	Carlos Ferraz, Granja, Pombal	Semeadura	1 720
	2.22	Joaquim Brito, Granja, Pombal	Semeadura	350
	2.23	Herdeiro de Carolino Pascoal, Catrofe, Pombal	Semeadura	1 170
	2.24	Manuel Sedino, Estrada, Pombal	Semeadura	2 210
	2.25	Elídio Pascoal, Granja, Pombal	Semeadura	910
	2.26	José Pascoal, Assanha da Paz, Pombal	Semeadura (casa de apoio à agricultura)	1 450
	2.27	Manuel Ferraz, Quinta, Pombal	Semeadura	870
	2.28	José Elói dos Santos, Granja, Pombal	Semeadura	1 460
	2.29	Manuel Jorge, Catrofe, Pombal	Semeadura	2 330
	2.30	Manuel Pascoal, Artur Jorge e Manuel Pereira, Catrofe, Pombal .. Manuel Faustino, Estrada, Pombal	Semeadura	5 650
			Sobrante	40
	2.31	Joaquim Gameiro, Escoural .. António Inácio da Silva, Granja, Pombal	Semeadura	3 040
	2.32	Elísio Domingos e Aires dos Santos, Granja, Pombal	Semeadura	2 540
			Sobrante	8
	2.33	Carlos Ferraz, Quinta, Pombal	Semeadura	2 010
	2.34	Manuel Rodrigues, Assanha da Paz, Pombal	Semeadura	190
	2.35	Mário Cordeiro (sapateiro), Bairro da Paz	Semeadura	880
	2.36	António Ferraz, Quinta, Pombal	Semeadura	510
	2.37	Herdeiro de José Neto, Reguengo, Pombal	Semeadura	1 010
	2.38	Manuel Jorge, António Jorge, Maria da Câmara, José Jorge, Mário Jorge, Américo Jorge e Aires Jorge, Granja, Pombal	Semeadura	442
	2.39	Albino da Silva, Granja, Pombal	Semeadura	1 030
			Pinhal	880
			Oliveiras	19
3	3.1	Câmara Municipal de Pombal	Pinhal e eucaliptal	40 390
	3.2	João Cordeiro, Carrascal, Pombal	Pinhal e eucaliptal	830

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	3.3	Amadeu Severino, Estrada, Pombal	Semeadura Oliveiras	400 2
	3.4	Gracinda Figueiredo, Estrada, Pombal	Semeadura	370
	3.5	Maria Nogueira Carlos, a/c de José Jorge, Carrasco, Pombal	Semeadura	600
	3.6	José Francisco Catarro, Estrada, Pombal	Semeadura	910
	3.7	Manuel dos Santos (Aniceto), Estrada, Pombal	Semeadura	800
4	4.1	Herdeiro de Manuel Henriques e Manuel Lagos Júnior: Dr. José Carlos (delegado de saúde de Pombal)	Semeadura	6 295
	4.2	António da Silva Carloto, Barros da Paz, Pombal	Semeadura	250
	4.3	Herdeiro de José Ferreira, Carrasco, Pombal	Semeadura Sobrante	850 40
	4.4	Herdeiro de José de Campos, Estrada, Pombal	Semeadura	1 110
	4.5	Manuel dos Santos (Aniceto), Estrada, Pombal	Semeadura	510
	4.6	Manuel Galego, Escoural, Pombal	Semeadura	3 400
	4.7	Fernando Turra, Vicentos, Pombal	Semeadura	360
	4.8	José Joaquim Gameiro, Estrada, Pombal	Semeadura	260
	4.9	Fernando Gomes, Souto, Pombal	Semeadura	200
	4.10	Herdeiro de Joaquim Ferraz, Granja, Pombal	Semeadura	470
	4.11	Manuel Gomes Júnior, Carrasco, Pombal	Semeadura	30
	4.12	Herdeiro de José Ferreira, Carrasco, Pombal	Semeadura	50
	4.13	José Francisco Catarro, Estrada, Pombal	Semeadura	530
	4.14	Manuel Gomes, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	700
	4.15	Joaquim da Silva Gameiro, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	300
	4.16	Gracinda Gameiro, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	570
	4.17	Ilda Gameiro, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 020
	4.18	Herdeiro de José Campos, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 390
	4.19	Joaquim da Silva Gameiro, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 640
	4.20	Manuel Gomes, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 490
	4.21	Luís Lisboa, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 830
	4.22	Joaquim da Silva Gameiro, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	560
	4.23	Herdeiro de José Carvalho, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	7 190

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	4.24	Joaquim Pedrosa, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	600
	4.25	Fernando Gomes, Souto, Pombal	Pinhal e eucaliptal	705
	4.26	Amadeu Mendes, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 120
			Sobrante	70
	4.27	Domingos Camelo, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	575
	4.28	Adelino Vaz, Barros da Paz, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 050
	4.29	Aires Lameira, Granja, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 500
	4.30	Manuel Gomes Júnior, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	4 385
	4.31	João Vaz, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 070
5	5.1	Manuel dos Santos (Aniceto), Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	4 854
			Sobrante	160
	5.2	Manuel Gomes, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	330
	5.3	Maria da Conceição Mendes, Estrada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	4 215
	5.4	Manuel da Conceição Gomes, Estrada, Pombal	Semeadura	1 950
			Charco em forma de tanque com as paredes em terra	1
	5.5	Maria da Luz, Aldeia dos Anjos, Pombal	Semeadura	412
	5.6	Domingos Camelo, Aldeia dos Anjos, Pombal	Semeadura	795
	5.7	Maria da Luz, Aldeia dos Anjos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	210
			Sobrante	50
	5.8	João Ferreira Nogueira, Carrascos, Pombal	Semeadura	845
			Poço com 3 m e profundidade de 5 m	1
	5.9	José Jorge, Carrascos, Pombal	Semeadura	1 145
			Sobrante	140
	5.10	Aldeia da Silva, Granja, Pombal	Vinha	515
		Adelino Ferreira, Santorum, Pombal	Sobrante	8
	5.11	Rosa Ferreira, Granja, Pombal	Semeadura	478
	5.12	João Ferreira Nogueira	Semeadura	451
	5.13	Herdeiro de António Ferreira, Clementino Gameiro, Estrada, Pombal ..	Semeadura	1 960
	5.14	Manuel Pedrosa, Escoural, Pombal	Vinha	3 370
	5.15	Manuel Ramos, Pombal	Vinha	1 600
	5.16	Manuel Teixeira Rodrigues, Place de la Gare, 5, 1110 Mokges, Suisse — procurador: Manuel de Jesus Francisco, Estrada, Pombal	Semeadura	3 610
			Sobrante	218

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	5.18	Luís Lisboa, Escoural, Pombal	Semeadura	4 385
6	6.1	Mário Bicho, Currasqueira do Cardal, Pombal	Semeadura	3 010
	6.2	Manuel Seco, Estrada, Pombal	Semeadura	340
			Vinha	364
	6.3	Mário Gomes, Rua da Figueira da Foz, 27, 1.º, Pombal	Semeadura	1 081
	6.4	Herdeiros de Iduíno Figueiredo: Gracinda Figueiredo, Celeste Figueiredo e Júlia Figueiredo, Estrada, Pombal	Semeadura	510
	6.5	Mário Gomes, Rua da Figueira da Foz, 27, 1.º, Pombal	Semeadura	650
	6.6	Herdeiro de Manuel Henriques e Manuel Lagoa Júnior: Dr. José Carlos (delegado de saúde de Pombal)	Semeadura	120
	6.7	Manuel Gomes Sódino, Aldeia dos Anjos, Pombal	Semeadura	890
			Oliveiras	8
	6.8	Manuel Mendes Rato, Estrada, Pombal	Semeadura	840
			Oliveira	1
	6.9	José da Cruz Gomes Rato, Estrada, Pombal	Semeadura	305
			Vinha	305
	6.10	Manuel Cruz Mendes, Estrada, Pombal	Semeadura	250
			Oliveiras	10
	6.11	Bernardino Carvalho e Manuel da Cruz Mendes, Estrada, Pombal	Semeadura	3 530
			Oliveiras	3
			Poço com 3 m e profundidade de 5 m	1
			Casa do motor em tijolo 2 × 2	1
	6.11-A	Herdeiro do engenheiro Guilherme Santos Escorial, Pombal — herdeiro, Bernardino Carvalho, Estrada, Pombal	Semeadura	1 755
	6.12	Luís Gonçalves e Fernando Cordeiro Moncalva, Pombal	Semeadura	510
			Vinha	510
			Macieiras	4
	6.13	Luís Gonçalves, Moncalva, Pombal	Semeadura	6 420
			Oliveiras	4
			Poço com 3 m e profundidade de 5 m	1
	6.14	Masnuel Lourenço Mendes, Machada, Pombal	Vinha	1 250
			Semeadura	1 250
			Macieiras	56
			Poço com 3 m e profundidade de 6 m	1
	6.15	Luís Gonçalves de Abreu Barrocal, Pombal	Semeadura	1 790
			Oliveiras	6
	6.16	Joaquim Gonçalves Machada, Barrocal, Pombal	Semeadura	340
			Oliveiras	6
			Macieiras	3

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	6.17	Manuel Rodrigues Cordeiro, Machada, Pombal	Semeadura Oliveiras	1 290 11
7	7.1	Luís Vieira, Folgado, Pombal	Vinha	1 590
	7.2	Fernando Cordeiro, Machada, Pombal	Semeadura	1 380
	7.3	Herdeiro de António Marques, Moncalva, Pombal	Semeadura	4 500
			Sobrante	2 040
	7.4	José Nogueira Carlos, Moncalva, Pombal	Semeadura	5 100
			Sobrante	1 635
	7.5	Joaquim Nogueira Carlos, Moncalva, Pombal	Semeadura	4 800
			Sobrante	872
	7.6	António Domingues, Aduguec, Pombal	Logradouro	34
			Muro	35
	7.7	Evangelista Nunes Graça, Aduguec, Pombal	Logradouro	195
	7.8	Mário Courelas, Aduguec, Pombal	Logradouro	80
			Muro	16
	7.9	Albertino Courelas, Aduguec, Pombal	Logradouro	70
			Muro	14
	7.10	Fernando Ferreira de Oliveira, Aduguec, Pombal	Logradouro	205
			Muro	40
	7.11	José Cardoso, Aduguec, Pombal	Semeadura	140
			Logradouro	60
			Muro	35
	7.12	Ramiro Rodrigues, Aduguec, Pombal	Logradouro	220
			Muro	42
	7.13	Herdeiro de Cantante Monteiro (dono da fábrica de descasque de arroz do Louriçal)	Pinhal e eucaliptal	410
	7.14	Evangelista Nunes Graça, Aduguec, Pombal	Parque de estacionamento (restaurante Manjardo Marquês)	1 790
			Muro	80
	7.15	Mário Marques, Aduguec, Pombal	Pinhal e eucaliptal	28 185
	7.16	Justino Gaspar das Neves, Aduguec, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 120
	7.17	Herdeiro de Manuel Gaspar, Aduguec, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 890
	7.18	Joaquim Gaspar Nogueira, Aduguec, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 860
	7.19	Manuel das Neves, Barrocal, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 640
	7.20	Herdeiro de António Gaspar, Aduguec, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 700

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	7.21	Jorge Gaspar, Aduguete, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 590
	7.22	Adelino de Sousa Dias, Aduguete, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 630
	7.23	Maria da Natividade Marques Gaspar, Aduguete, Pombal	Pinhal e eucaliptal	8 185
			Sobrante	350
	7.24	Manuel da Conceição Cordeiro, Moncalva, Pombal	Pinhal e eucaliptal	12 140
	7.25	Fernanda Antunes Pereira, Moncalva, Pombal	Logradouro	30
			Muro	20
	7.26	António do Nascimento Lopes, Moncalva, Pombal	Logradouro	155
			Muro	20
	7.27	Artur da Conceição Rodrigues, Moncalva, Pombal	Logradouro	125
			Muro	22
	7.28	Herdeiro de António Gaspar, Moncalva, Pombal	Servidão	20
	7.29	Andaluga, I.º, Moncalva, Pombal	Logradouro	100
			Muro	22
	7.30	Manuel Lourenço Mendes, Moncalva, Pombal	Logradouro	90
			Muro	18
	7.31	Manuel da Conceição Pedro, Moncalva, Pombal	Logradouro	60
			Muro	18
	7.32	Armando Ferreira, Moncalva, Pombal	Logradouro	90
			Muro	22
	7.33	Hermínio Teixeira Mendes, Moncalva, Pombal	Logradouro	100
			Muro	22
	7.34	Manuel da Conceição Cordeiro, Moncalva, Pombal	Semeadura	260
	7.35	Daniel das Neves Moreira, Moncalva, Pombal	Semeadura	530
			Logradouro	80
			Muro	135
	7.36	Luis Nogueira Mourato, Moncalva, Pombal	Semeadura	2 825
	7.37	Jorge Mendes, Machada, Pombal	Pinhal	710
	7.38	Jorge Mendes, Machada, Pombal	Semeadura	705
	7.39	Manuel Nogueira Carlos, Machada, Pombal	Semeadura	1 910
	7.40	Joaquim Nogueira Carlos, Moncalva, Pombal	Semeadura	1 710
	7.41	Joaquim Nogueira Cardoso, Moncalva, Pombal	Semeadura	6 210
			Sobrante	235
	7.42	Clementino Rodrigues, Machada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	3 020
	7.43	Luis Nogueira Mourato, Moncalva, Pombal	Semeadura	610

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	7.44	David das Neves (Pardinha), Machada, Pombal	Semeadura	2 000
	7.45	Herdeiro de José Gonçalves Fino, Casarinhos, Pombal	Semeadura	210
			Sobrante	150
	7.46	Luís Nogucira Mourato, Moncalva, Pombal	Semeadura	2 310
	7.47	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	220
	7.48	Manuel Ramalheiro, Casarinhos, Pombal	Semeadura	180
			Sobrante	170
	7.49	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Semeadura	285
	7.50	Herdeiro de Adelino Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Semeadura	255
	7.51	Herdeiro de Manuel Gonçalves (Cabaça), Machada, Pombal	Pinhal e eucaliptal	4 125
	7.52	Herdeiro de José Correia, Casarinhos, Pombal	Semeadura	600
	7.53	Manuel Lagoa, Machada, Pombal	Semeadura	445
8	8.1	Herdeiro de Manuel Francisco, Casarinhos, Pombal	Semeadura	550
	8.2	Joaquim Gomes (Cruzinha), Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	5 675
	8.3	Herdeiro de Júlia Antunes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	60
	8.4	Manuel Gaspar Abreu, Casarinhos, Pombal	Pinhal	2 020
	8.5	Herdeiro de Joaquim das Neves, Casarinhos, Pombal	Mato	390
	8.6	José Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura	720
			Sobrante	170
	8.7	António Gaspar, Casarinhos, Pombal	Vinha	1 020
	8.8	José Gaspar, Casarinhos, Pombal	Vinha	1 545
	8.9	Luís Coxo, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 885
	8.10	José Matias, Casarinhos, Pombal	Vinha	340
	8.11	Adelino Matias, Casarinhos, Pombal	Vinha	200
	8.12	José Matias, Casarinhos, Pombal	Vinha	320
	8.13	Manuel Gonçalves, Casarinhos, Pombal	Vinha	160
	8.14	Adelino Matias, Casarinhos, Pombal	Vinha	315
	8.15	Palmira de Jesus, Casarinhos, Pombal	Mato	540
	8.16	Aires Aniceto, Casarinhos, Pombal	Mato	1 050
	8.17	Palmira de Jesus, Casarinhos, Pombal	Mato	405
	8.18	Herdeiro de Manuel dos Santos Próspero, Casarinhos, Pombal	Vinha	615
			Sobrante	100

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	8.19	Herdeiro de José Gaspar das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha	60
	8.20	José Matias, Casarinhos, Pombal	Vinha, Sobrante	165 20
	8.21	Herdeiro de José Gaspar das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha, Sobrante	160 20
	8.22	Herdeiro de Manuel dos Santos Próspero, Casarinhos, Pombal	Vinha, Sobrante	200 5
	8.23	Herdeiro de José Gaspar das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha	200
	8.24	Herdeiro de António Domingues, Casarinhos, Pombal	Pinhal, Vinha	370 470
	8.25	Herdeiro de Manuel Lopes Oliveira, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	835
	8.26	Herdeiro de Adelino Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	900
	8.27	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal, Sobrante	900 70
	8.28	Herdeiro de Joaquim Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 760
	8.29	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 970
	8.30	Herdeiro de João Ferreira, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 030
	8.31	Manuel Matias Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal, Sobrante	910 42
	8.32	Manuel Martins, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	810
	8.33	Herdeiro de António Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura, Oliveiras	205 4
	8.34	Manuel Rito, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	50
	8.35	Manuel Gonçalves, Casarinhos, Pombal	Mato	70
	8.36	Herdeiro de Joaquim Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal, Sobrante	80 130
	8.37	Manuel Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal, Sobrante	100 70
	8.38	Maria Lopes de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	730
	8.39	Manuel da Cruz, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	780
	8.40	Manuel Domingues Mouco, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal, Sobrante	120 140
	8.41	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	970
	8.42	Herdeiro de João Ferreira, Barrocal, Pombal	Pinhal e eucaliptal	390
	8.43	Manuel Matias Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	340

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	8.44	Herdeiro de Joaquim Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	420
	8.45	Herdeiro de Manuel Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	2 088
	8.46	Herdeiro de António Domingues, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 990
	8.47	Amadeu das Neves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	140
	8.48	Adelino Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	70
9	9.1	José Gonçalves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	938
	9.2	José António Fernandes (Carvalho), Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	462
	9.3	Herdeiro de Manuel de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	40
	9.4	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	640
			Sobrante	60
	9.5	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	70
	9.6	Manuel Francisco, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	425
			Sobrante	180
	9.7	Adelino Mendes Matias, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	560
	9.8	Herdeiro de Adelino Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	610
	9.9	Joaquim Leal, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	288
	9.10	Manuel Lopes Oliveira, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	762
	9.11	Manuel Matias Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	580
			Sobrante	34
	9.11-A	Herdeiro de Adelino Lopes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	150
	9.12	Herdeiro de Adelino Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	485
			Sobrante	10
	9.12-A	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	70
	9.13	Manuel António, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	320
	9.14	Joaquim Leal, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	380
	9.15	Herdeiro de Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	354
	9.16	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	410
	9.17	Herdeiro de José Domingues, Casarinhos, Pombal	Vinha	280
	9.18	José da Silva, Casarinhos, Pombal	Vinha	1 910
	9.19	Joaquim Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Vinha	420
	9.20	António Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	65

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	9.21	Manuel Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Vinha	585
	9.22	Herdeiro de Manuci das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha	175
	9.23	Manuel António Laranjo, Casarinhos, Pombal	Vinha	200
	9.24	Manuel Gaspar, Casarinhos, Pombal	Vinha	17
	9.25	Herdeiro de Manuel Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura	55
	9.26	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Vinha	195
	9.27	António Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Poço com 3 m e profundidade de 5 m	800 1
	9.28	Manuel da Silva Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura	30
	9.29	José Francisco de Sousa, Casarinhos, Pombal	Semeadura	30
	9.30	Alberto das Neves, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Sobrante	450 4
	9.31	Adelino Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Sobrante	445 100
	9.32	Manuel Domingues, Casarinhos, Pombal	Pinhal	2 120
	9.33	Adelino Rodrigues Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	335
	9.34	Carlos da Silva, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	1 470
	9.35	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	335
	9.36	Adelino Gonçalves Natário, Casarinho, Pombal	Pinhal e eucaliptal	400
	9.37	Manuel Antunes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	215
	9.38	Manuel Lopes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	470
	9.39	Manuel Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	1 090
	9.40	José das Neves Eufrásio, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	710 8
	9.41	Manuel Antunes, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	550 3
	9.42	Manuel Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	520 4
	9.43	Manuel Lopes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	665
	9.44	Francisco Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Poço com 4 m e profundidade de 6 m	985 1

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	9.45	Herdeiro de Manuel António, Casarinhos, Pombal	Semeadura Poço com 3 m e profundidade de 5 m	700 1
	9.46	José António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	300 3
	9.47	Luísa Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	400
	9.48	Manuel Domingos, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	375
	9.49	José Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura	100
	9.50	José das Neves, Casarinhos, Pombal	Semeadura	2
	9.51	José Francisco de Sousa, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	660 10
	9.52	Manuel dos Santos Correia, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	620
	9.53	Manuel Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	100
	9.54	Manuel Matias Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura Poço com 2 m e profundidade de 8 m	590 1
	9.55	José das Neves, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	180 1
	9.56	José Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura	95
	9.57	Manuel Lopes Serralheiro, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	615
	9.58	José Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	720
	9.59	Alberto das Neves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	360
	9.60	Herdeiro de Manuel das Neves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	217
	9.61	António Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	202
	9.62	Herdeiros de Manuel das Neves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal Sobrante	460 2
	9.63	José Eusébio, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	500
10	10.1	Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	420
	10.2	Herdeiro de Manuel das Neves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	160
	10.3	Manuel Matias, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	370
	10.4	Herdeiro de Domingos Joaquim, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	880
	10.5	Diamantino Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal Sobrante	190 95

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	10.6	Herdeiro de Manuel Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal Sobrante	230 70
	10.7	Francisco Matias Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura	580
	10.8	Herdeiro de Manuel Gaspar, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	210
	10.9	José das Neves, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	210
	10.10	Herdeiro de Domingos Joaquim, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	780
	10.11	Adelino Matias, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	295
	10.12	Herdeiro de José Matias, Casarinhos, Pombal	Semeadura	260
	10.13	Abílio dos Santos, Casarinhos, Pombal	Semeadura	45
	10.14	José Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	1 095
			Poço com 4 m e profundidade de 5 m	1
	10.15	Manuel dos Santos Correia, Casarinhos, Pombal	Semeadura	600
	10.16	José dos Santos, Casarinhos, Pombal	Semeadura	260
	10.17	Manuel dos Santos Próspero, Casarinhos, Pombal	Semeadura	230
			Sobrante	29
	10.18	Herdeiro de José Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	215
			Sobrante	60
	10.19	Manuel dos Santos Próspero, Casarinhos, Pombal	Semeadura	1 170
			Poço com 1,5 m e profundi- dade de 5 m	1
	10.20	José dos Santos, Casarinhos, Pombal	Semeadura	350
			Sobrante	12
	10.21	Maria de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Semeadura	106
	10.22	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Semeadura	630
	10.23	Herdeiro de Joaquim Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Semeadura	435
	10.24	António Matias Chã, Casarinhos, Pombal	Semeadura	100
			Oliveiras	10
	10.25	Herdeiro de José Domingos, Casarinhos, Pombal	Semeadura	730
	10.26	Maria Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Semeadura	105
			Oliveiras	20
	10.27	José Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Semeadura	1 180
			Eira de terra batida	1
	10.28	Jorge Domingos, Casarinhos, Pombal	Vinha	230
			Oliveiras	3

Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	10.29	Manuel Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Vinha Oliveiras	390 2
	10.30	José Matias, Casarinhos, Pombal	Pinhal e eucaliptal	355
	10.31	Augusto Monteiro, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Sobrante	960 17
	10.32	Herdeiro de José das Neves, Casarinhos, Pombal	Semeadura	350
	10.33	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Vinha .. Sobrante	195 40
	10.34	Manuel Pataco Duarte, Casarinhos, Pombal	Vinha .. Sobrante .. Poço com 1 m e profundidade de 6 m	190 90 1
	10.35	Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Vinha	290
	10.36	Manuel Francisco, Casarinhos, Pombal	Vinha	450
	10.37	Maria Estrela, Casarinhos, Pombal	Vinha .. Oliveira .. Macieiras	310 1 8
	10.38	Herdeiro de Manuel Gaspar Serrano, Casarinhos, Pombal	Semeadura	230
	10.39	Adelino José Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Vinha	390
	10.40	Herdeiro de Manuel das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha	630
	10.41	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Vinha	580
	10.42	Maria de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Vinha	1 315
	10.43	Manuel Lopes Serralheiro, Casarinhos, Pombal	Vinha .. Oliveiras .. Macieiras	230 1 3
	10.44	Manuel Pinto, Aldeia dos Redondos, Pombal	Vinha	280
	10.45	Maria de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Vinha	210
	10.46	Herdeiro de José das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha	240
	10.47	José Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Vinha	280
	10.48	Joaquim Antunes, Casarinhos, Pombal	Vinha	320
	10.49	Adelino José Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Vinha	310
	10.50	Albertina Pinto, Casarinhos, Pombal	Vinha	300
	10.51	Fernando Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Vinha	460
	10.52	Manuel Gonçalves, Casarinhos, Pombal	Vinha	680

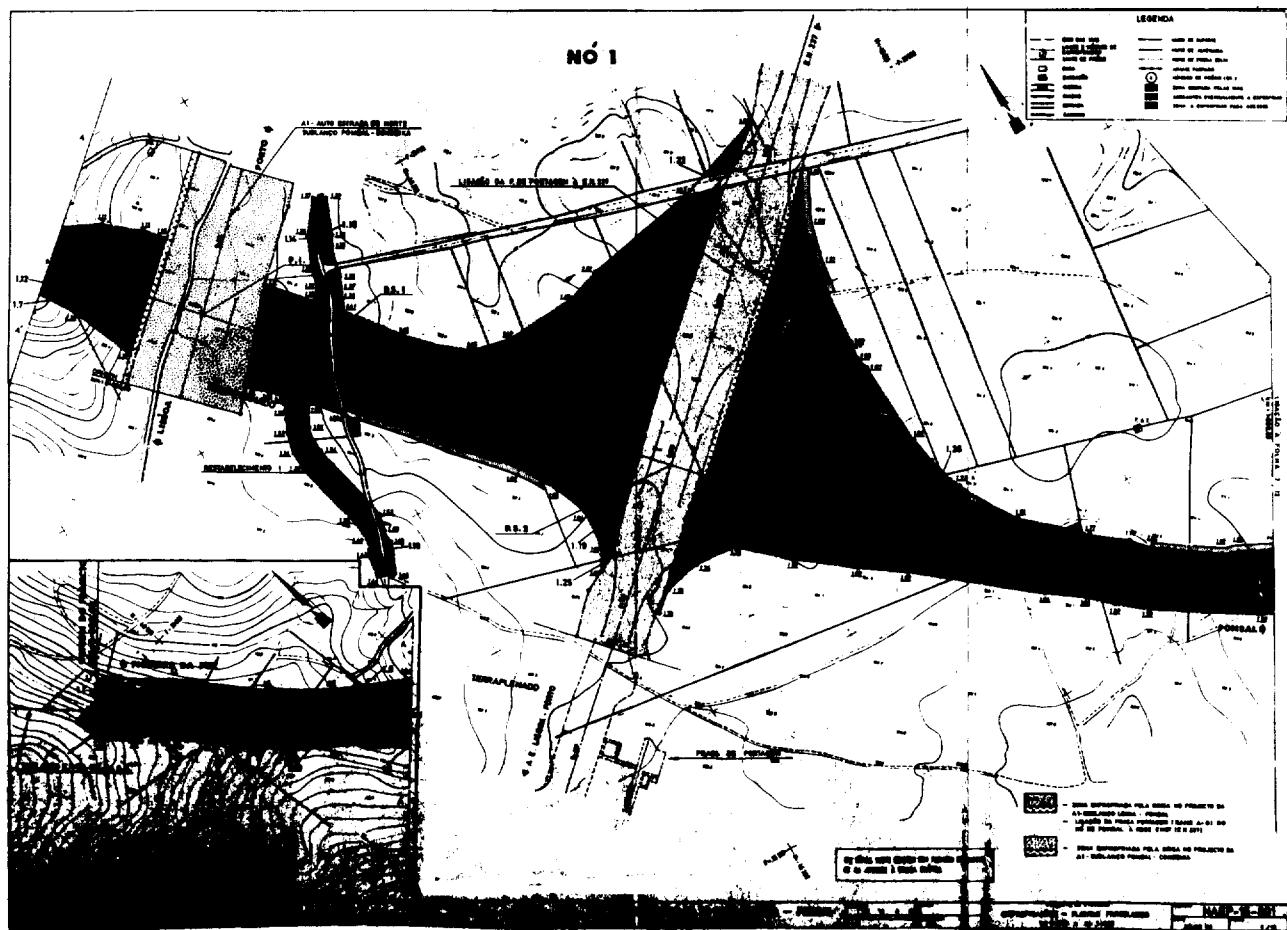
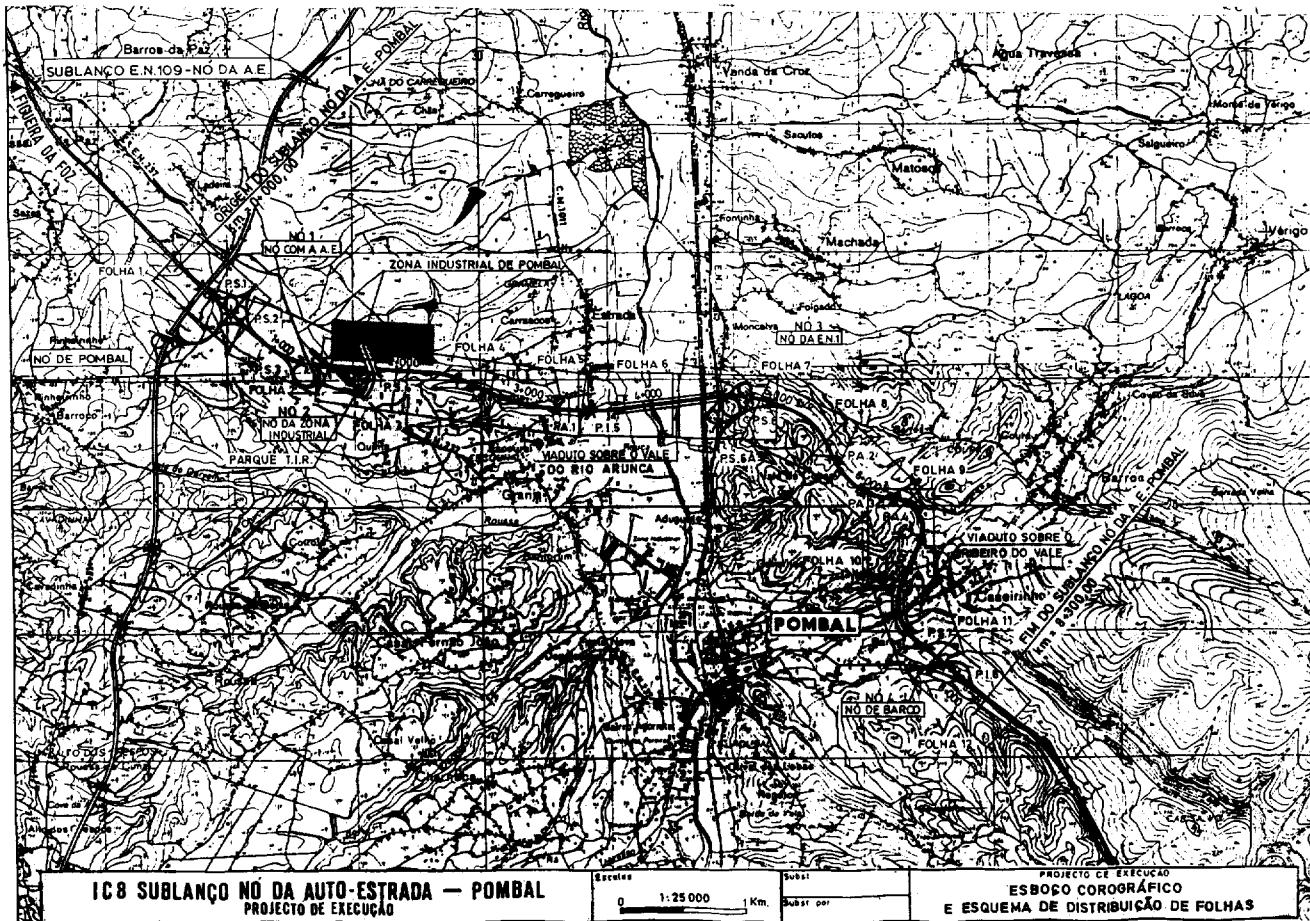
Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	10.53	José Gonçalves, Casarinhos, Pombal	Vinha	440
	10.54	José Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Vinha	610
	10.55	Alberto das Neves, Casarinhos, Pombal	Vinha	1 700
	10.56	Maria Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Vinha	960
	10.57	Herdeiro de Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura e olival	1 155
	10.58	José Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	1 270
	10.59	Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura	570
			Oliveiras	2
	10.60	Herdeiro de Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura	450
			Oliveiras	8
			Figueira	1
	10.61	Manuel Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	445
	10.62	Herdeiro de Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura	198
			Oliveiras	6
	10.63	José Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura	190
11	11.1	Carlos Rodrigues da Silva, Casarinhos, Pombal	Semeadura	495
			Oliveiras	5
	11.2	José Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura	860
			Oliveiras	5
	11.3	Herdeiros de Manuel dos Santos: Glória Encarnação e Júlia dos Santos, Casarinhos, Pombal	Semeadura	770
	11.4	José Francisco, Casarinhos, Pombal	Semeadura	270
	11.5	Herdeiros de Manuel dos Santos: José da Silva Martins e Alfredo Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	170
			Figueiras	2
	11.6	António Matias Chã, Casarinhos, Pombal	Semeadura	910
	11.7	António Matias Chã, Casarinhos, Pombal	Semeadura	510
			Oliveiras	2
	11.8	Maria de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Semeadura	560
			Oliveiras	2
	11.9	Manuel Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	195
			Vinha	200
	11.10	José António Fernandes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	90
	11.11	Alfredo Monteiro Fernandes e José da Silva Martins, Casarinhos, Pombal	Semeadura	610
	11.12	Maria de Oliveira, Casarinhos, Pombal	Semeadura	760

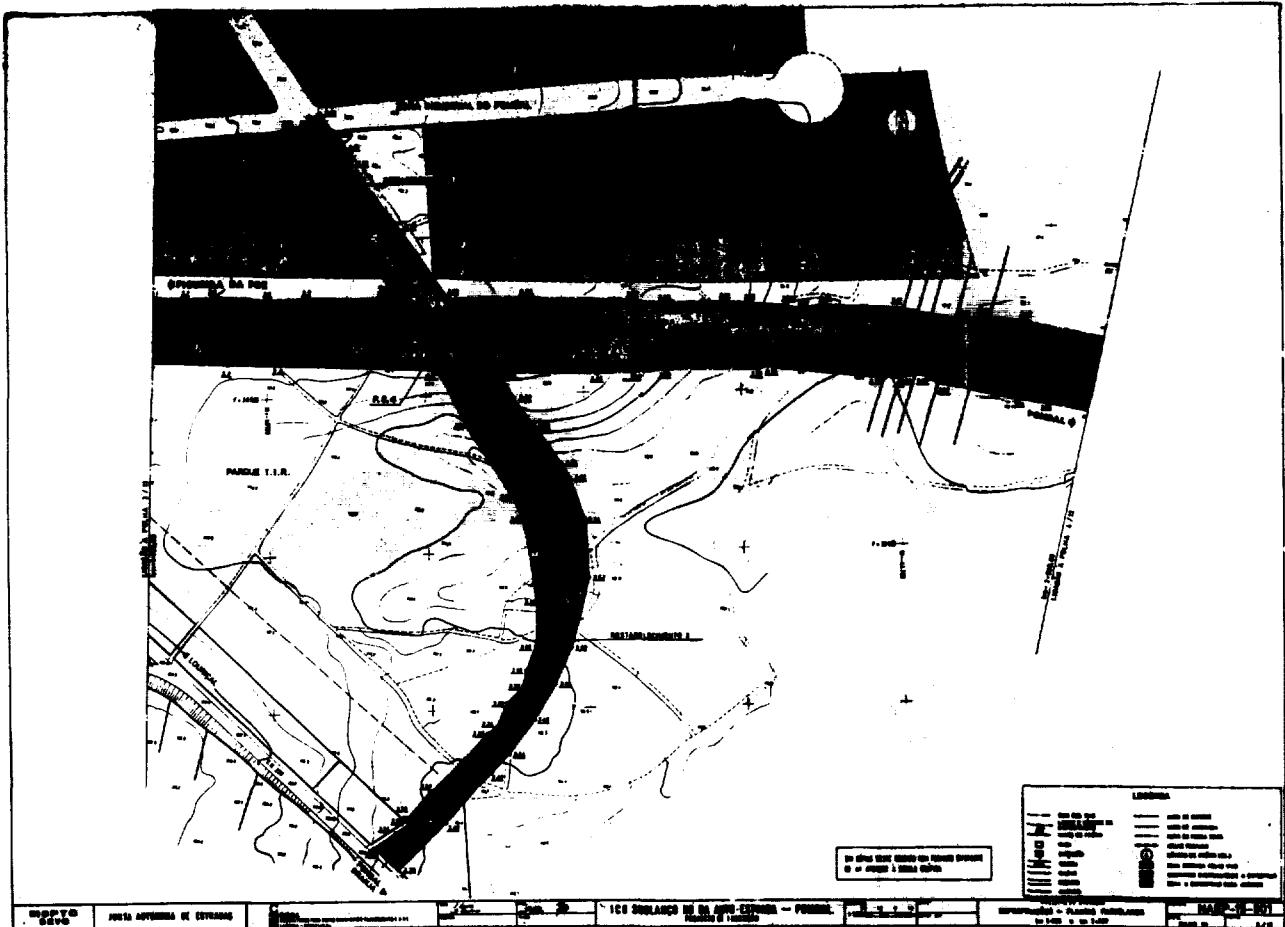
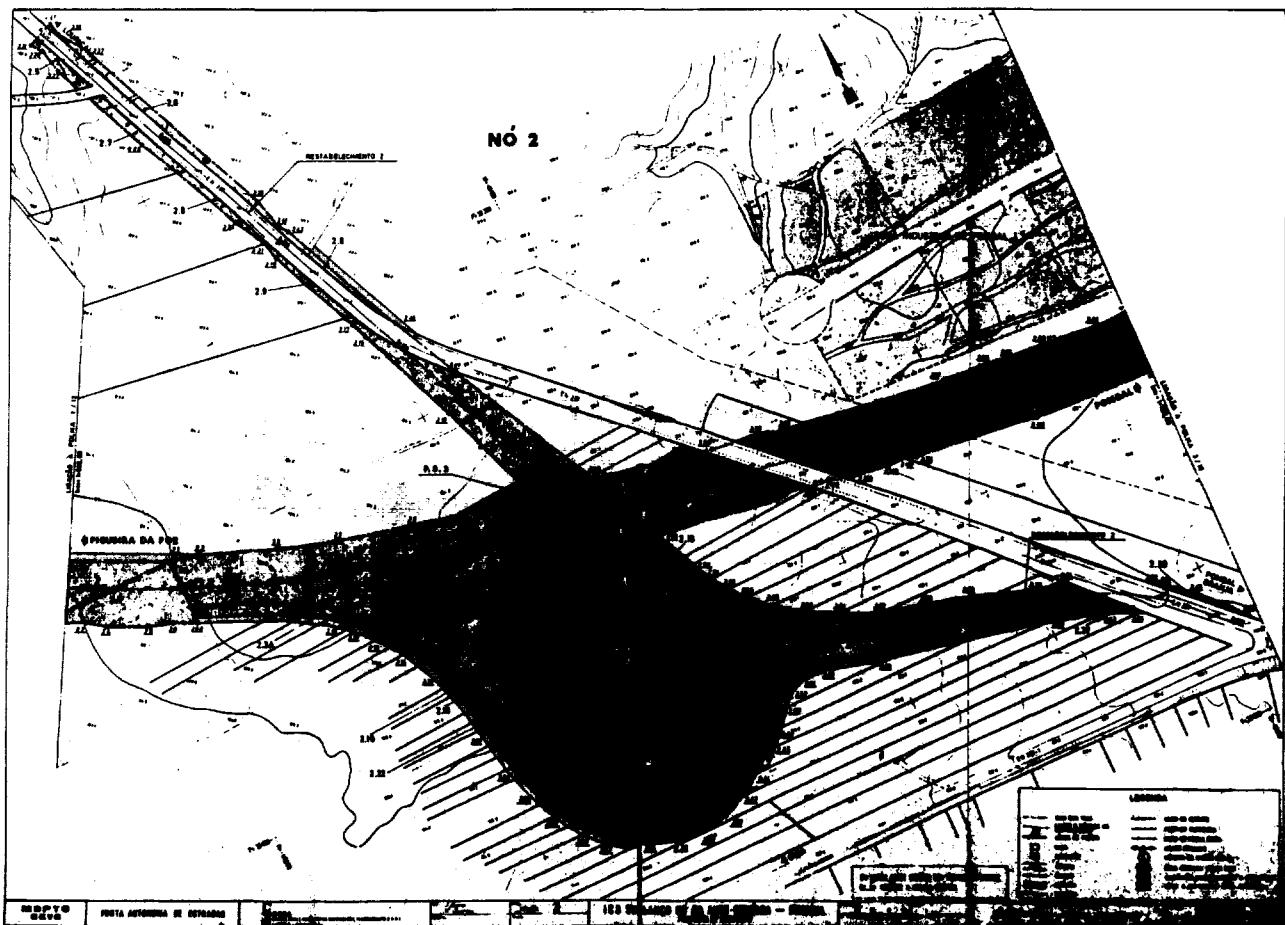
Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	11.13	Alfredo Monteiro Fernandes e Josme da Silva Martins, Casarinhos, Pombal	Semeadura Poço com 3 m e profundidade de 6 m	1 395 1
	11.14	Carlos Rodrigues da Silva, Casarinhos, Pombal	Semeadura	355
	11.15	António Nunes Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura Poço com 3 m e profundidade de 5 m	300 1
	11.16	Florinda Espanhola e Manuel Gaspar, Casarinhos, Pombal	Semeadura	255
	11.17	Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura	270
	11.18	José da Silva Martins, Casarinhos, Pombal	Semeadura Poço com 2 m e profundidade de 4 m	620 1
	11.19	Manuel António Lourenço, Casarinhos, Pombal	Semeadura	215
	11.20	Público	Sobrante	200 24
	11.21	Alfredo Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Pomar Sobrante	910 4
	11.22	Manuel Ribeiro da Cruz, Casarinhos, Pombal	Semeadura Poço com 4 m e profundidade de 8 m	2 850 1
	11.23	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Oliveiras	40
	11.24	Manuel Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	170 2
	11.25	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura Casa tosca feita em pedra	670 1
	11.26	Manuel Próspero, Casarinhos, Pombal	Eira em pedra e em ruína	111 7 1
	11.27	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	1 230 16 1
	11.28	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	700 10
	11.29	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	350 2
	11.30	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Semeadura	315 2
				200
				270

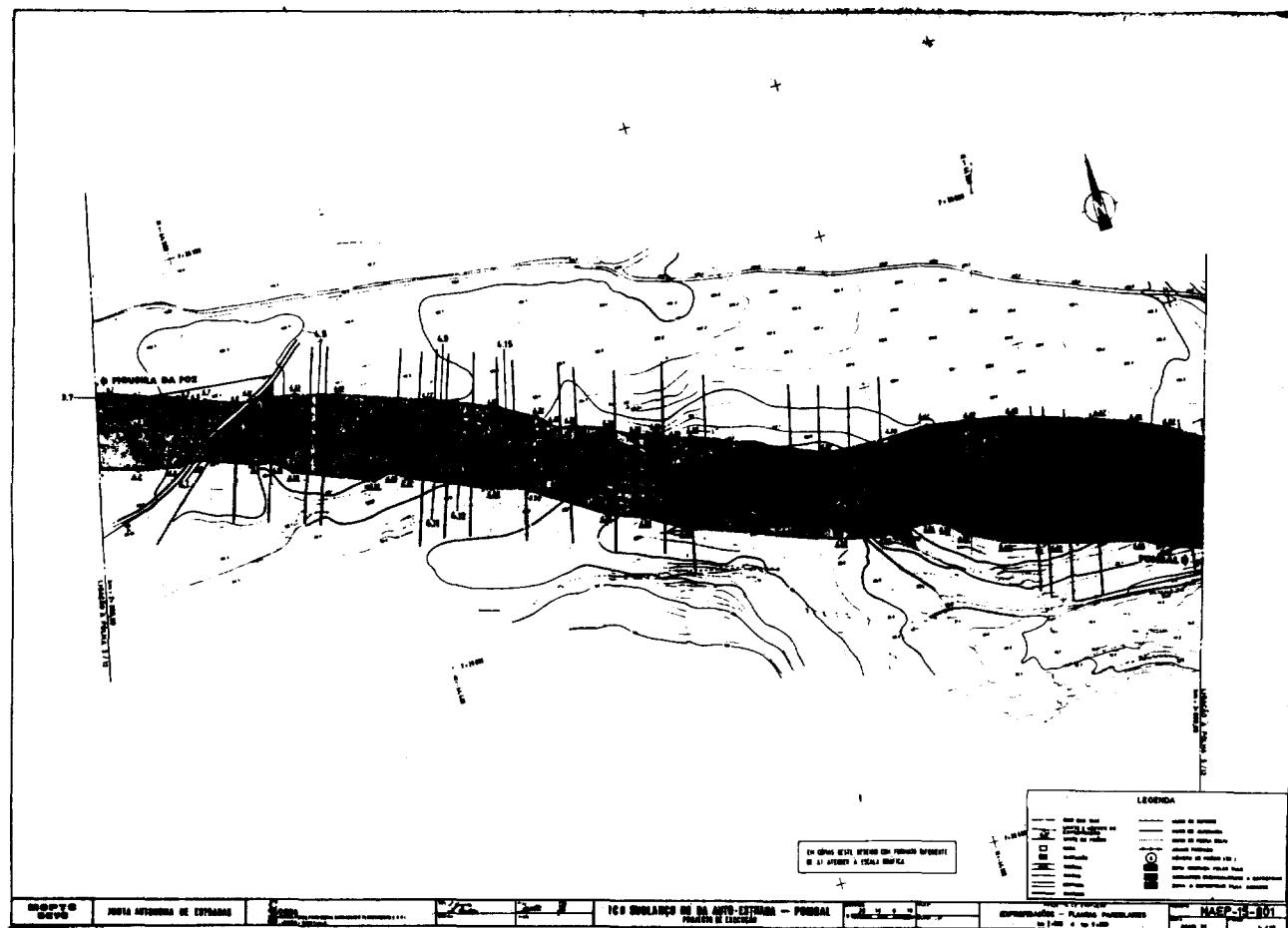
Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	11.31	Manuel Luís Ferreira, Várzea da Mona, Pombal	Semeadura Vinha Oliveiras Poço com 1 m e profundidade de 3 m	235 235 3 1
	11.32	João Luís, Lameira, Pombal	Semeadura Oliveiras	605 12
	11.33	Carlos Domingues, Lameira, Pombal	Semeadura Oliveiras Figueiras	6 325 25 3
	11.34	Herdeiro de Adelino Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	22 2
	11.35	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	60 2
	11.36	Manuel Mendes, Casarinhos, Pombal	Semeadura Oliveiras	410 8
	11.37	Amadeu Lopes (Pinto), Barco, Pombal	Lotamento Mato	1 032 3 261
	11.38	José Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Mato	650
	11.39	Manuel Lopes Oliveira, Casarinhos, Pombal	Mato	390
	11.40	Joaquim Antunes, Casarinhos, Pombal	Mato	260
	11.41	Maria da Estrela, Casarinhos, Pombal	Pinhal	110
	11.42	Herdeiro de José Lagoa e Manuel dos Santos, Escoural, Pombal	Pinhal	16
12	12.1	Manuel Carrasqueira, Pousios, Pombal	Mato Sobrante	1 340 30
	12.2	Herdeiro de Joaquim Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Mato Sobrante	1 040 140
	12.3	Manuel Lopes Oliveira, Casarinhos, Pombal	Mato Sobrante	1 346 338
	12.4	Joaquim Antunes, Casarinhos, Pombal	Mato Sobrante	440 40
	12.5	José Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Mato	450
	12.6	Herdeiro de José das Neves, Casarinhos, Pombal	Mato Sobrante	760 30
	12.7	Herdeiro de Adelino Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Mato	590
	12.8	Alberto das Neves, Casarinhos, Pombal	Mato	170
	12.9	Manuel das Neves, Catrofe, Pombal	Não é expropriado devido a correcções efectuadas.	—

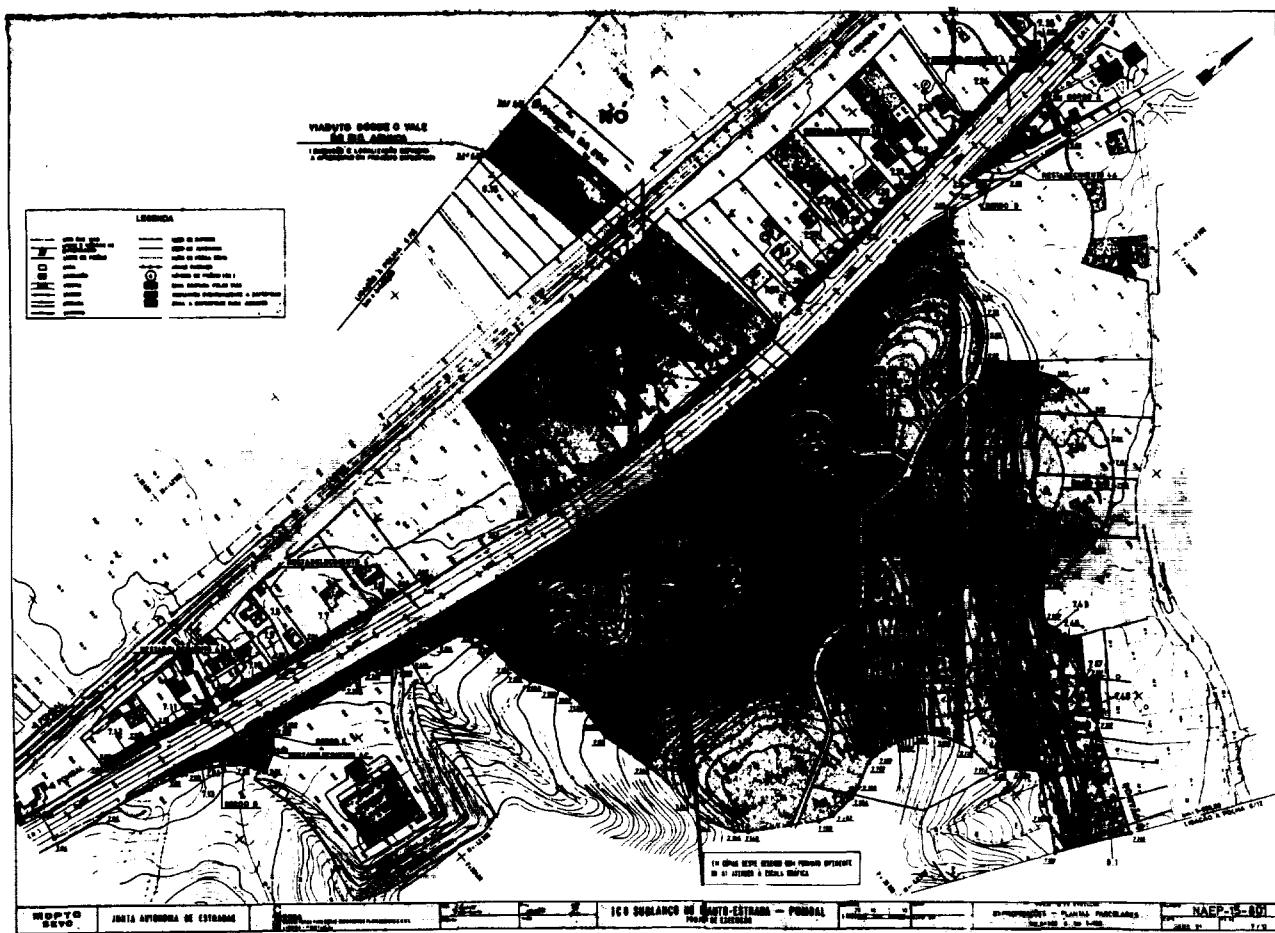
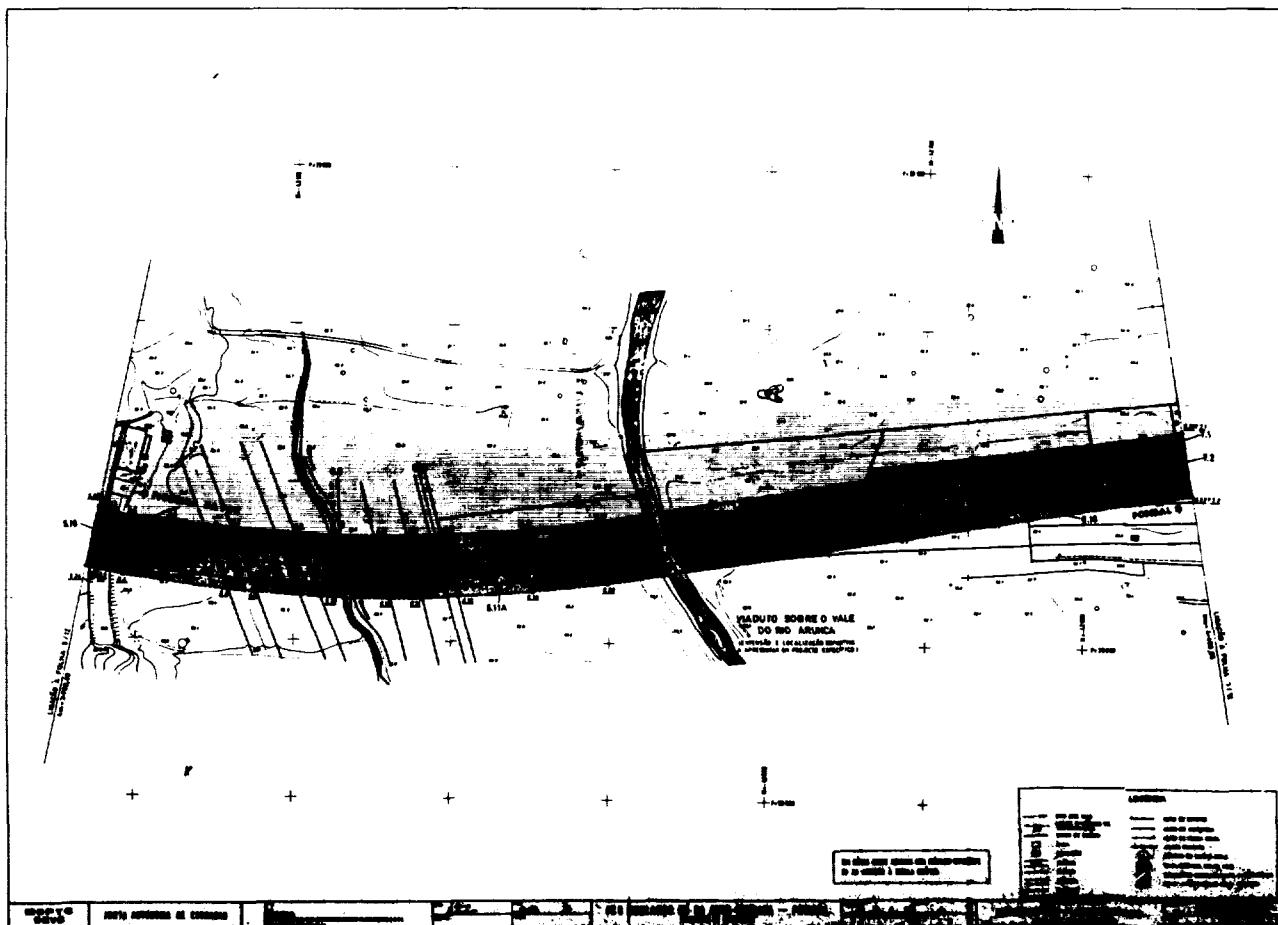
Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	12.10	Manuel Lopes Oliveira, Casarinhos, Pombal	Mato	50
	12.11	Herdeiro de José Domingues, Casarinhos, Pombal	Mato	650
	12.12	José Monteiro Fernandes, Casarinhos, Pombal	Mato	600
	12.13	Herdeiro de Joaquim Brito, Pousios, Pombal	Semeadura	460
			Oliveiras	6
	12.14	Augusto Monteiro, Casarinhos, Pombal	Semeadura	300
			Oliveiras	7
	12.15	Manuel Matias, Casarinhos, Pombal	Semeadura	310
			Oliveiras	5
	12.16	Manuel Gonçalves Barquicero, Lugar de Barco, Pombal	Semeadura	400
	12.17	José Nunes Lopes, Barco, Pombal	Semeadura	710
	12.18	Manuel Mendes, Casarinhos, Pombal	Mato	980
			Sobrante	160
	12.19	Herdeiro de Adelino Rodrigues, Casarinhos, Pombal	Mato	576
			Sobrante	144
	12.20	José Francisco, Barrocal, Pombal	Mato	567
	12.21	Herdeiros de Adelino Antunes: Maria Alice Antunes, Maria Adelina Antunes e Maria Ilcena Antunes, Pombal	Mato	1 634
	12.22	Armando Lopes, Casarinhos, Pombal	Semeadura	1 030
	12.23	Adelino Matias, Casarinhos, Pombal	Semeadura	220
	12.24	José Matias, Casarinhos, Pombal	Semeadura	114
			Mato	16
	12.25	Manuel Gonçalves Barquicero, Barco, Pombal	Semeadura	150
			Oliveiras	1
			Mato	60
	12.26	Manuel de Jesus Subtil, Barco, Pombal	Mato	882
	12.27	Herdeiro de Joaquim Domingues, Casarinhos, Pombal	Mato	744
	12.28	Maria Joaquina Rosa (tremocceira), Pousios, Pombal	Mato	866
	12.29	Herdeiro de Joaquim Rodrigues Pinto, Casarinhos, Pombal	Mato	982
	12.30	Manuel Domingues, Casarinhos, Pombal	Não é expropriado devido a correcções efectuadas.	—
	12.31	Joaquim Gaspar, Barco, Pombal	Semeadura	3 560
			Oliveiras	10
			Mato	150

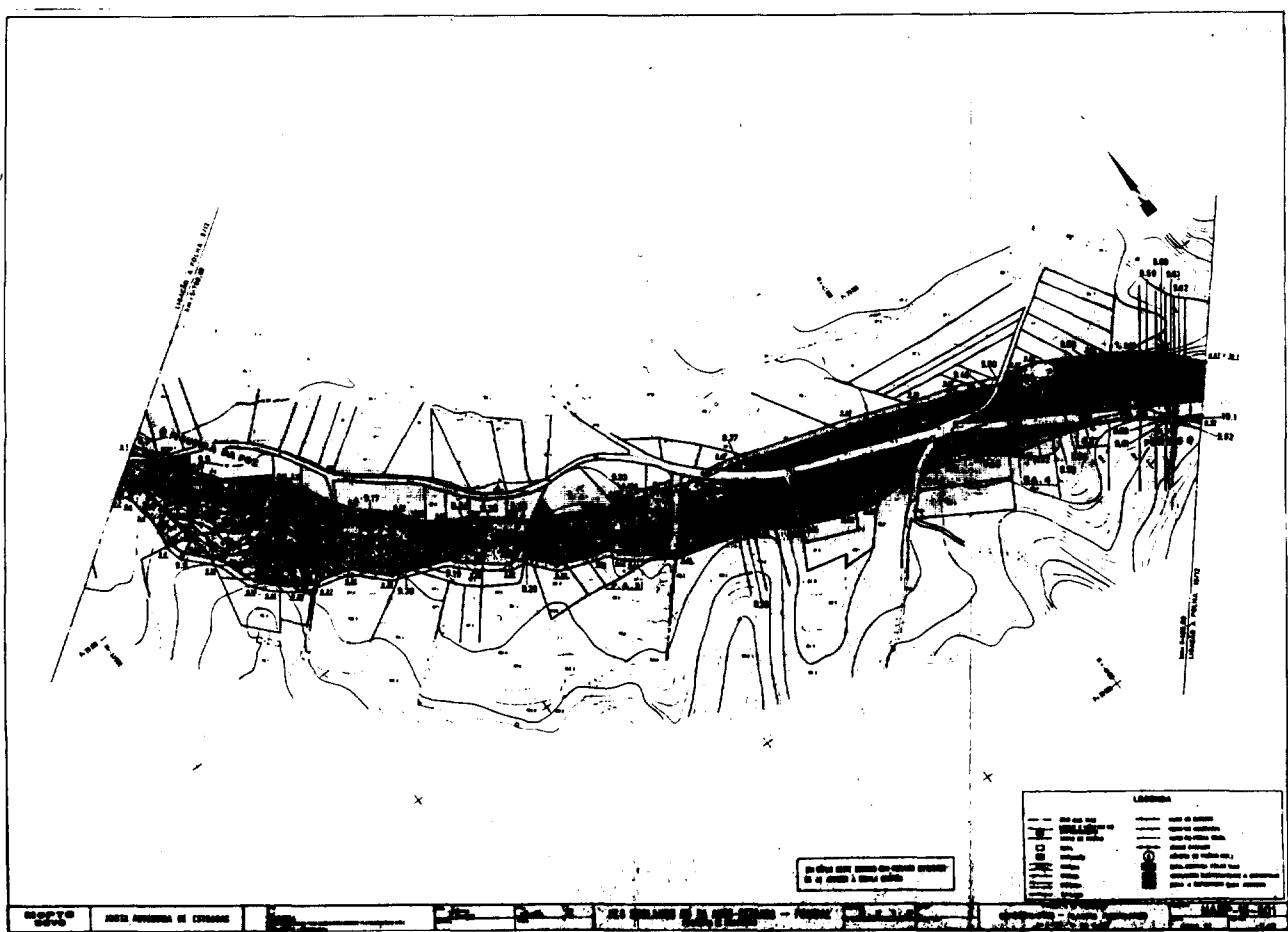
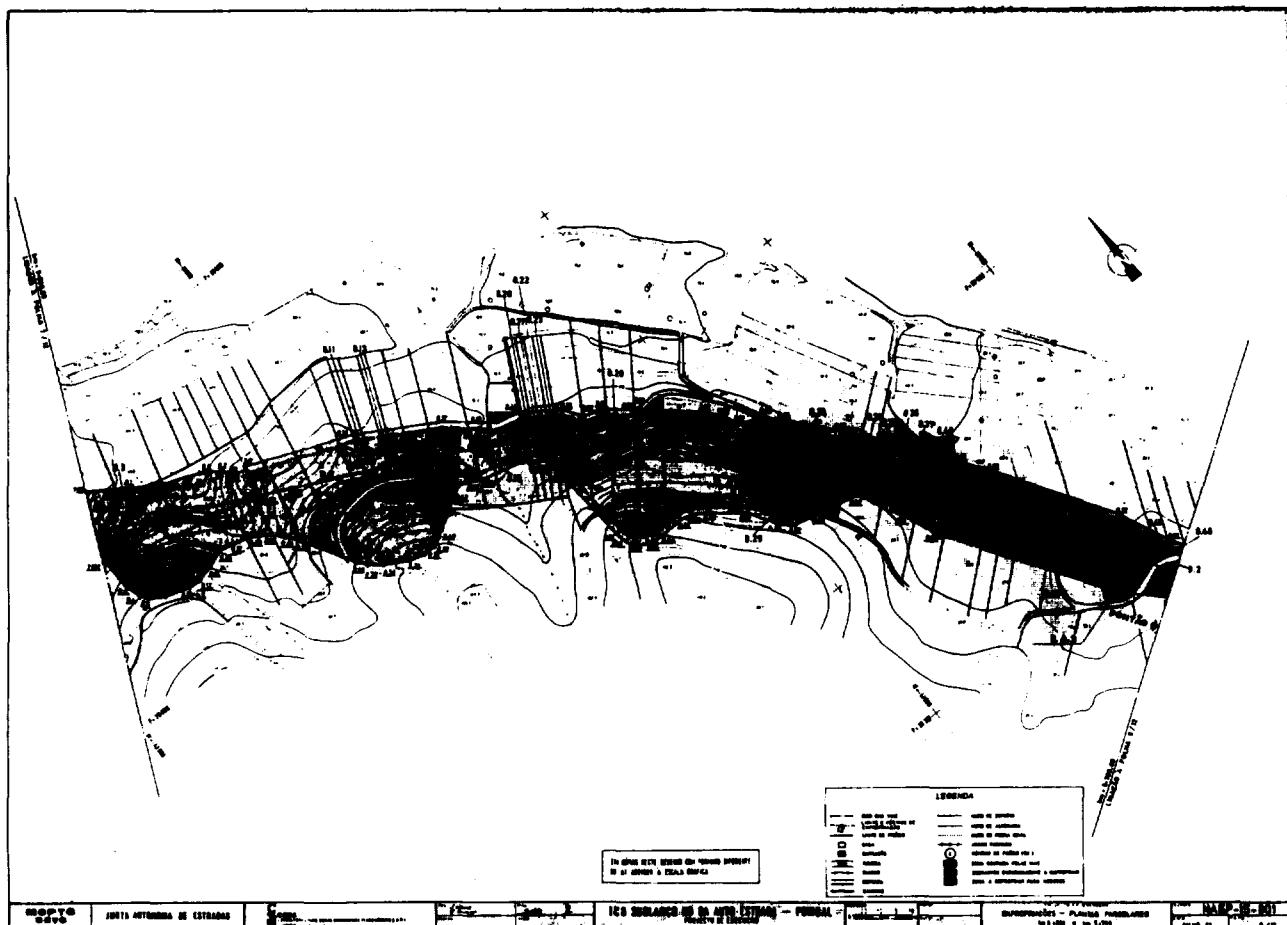
Número da folha	Número da parcela	Nome e morada do proprietário	Natureza da parcela (ocupação actual)	Área ou quantidade a expropriar (metros quadrados)
	12.32	José Gonçalves Barqueiro, Lugar de Barcos	Mato Sobrante	970 150
	12.33	Manuel Lopes Serralheiro, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Mato	220 140
	12.34	José Nunes Lopes, Barco, Pombal	Mato .. Sobrante	824 90
	12.35	Manuel Rodrigues Barroca, Casarinhos, Pombal	Mato .. Sobrante	878 160
	12.36	José Francisco, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Mato	65 45
	12.37	Maria de Lurdes Augusto, Casal António Braz, Santiago da Guarda, Pombal	Mato .. Sobrante	700 300
	12.38	António Matias Chã, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Mato	55 45
	12.39	Rui Carvalho (Tel. 22310), Pombal	Mato	362
	12.40	José Nunes Lopes, Barco, Pombal	Semeadura .. Mato .. Oliveiras	152 68 1
	12.41	José Gonçalves Barqueiro, Barco, Pombal	Semeadura .. Mato	134 136
	12.42	Manuel Domingos Ribeiro, Pousio, Pombal	Mato	220
	12.43	Manuel Marinheiro, Artela, Pombal	Semeadura .. Mato	10 202
	12.44	José da Silva Cantante de Freitas, professor cantante, Barco, Pombal ...	Mato	1 100
	12.45	Dr. Mário Diogo, Pombal	Pinhal e eucaliptal	580
	12.46	Silvino Gomes Ferreira, Portela do Fojo, Abiul, Pombal	Mato	266
	12.47	Manuel Gonçalves Domingues, Agência Imobiliária, Pombal	Mato	140
	12.48	Manuel Francisco, Vila Chã, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	640 8
	12.49	José Matias, Casarinhos, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	70 2
	12.50	Manuel Gonçalves Barqueiro, Barco, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	70 2
	12.51	Herdouro de José das Neves, Pousios, Pombal	Semeadura .. Oliveiras	80 3



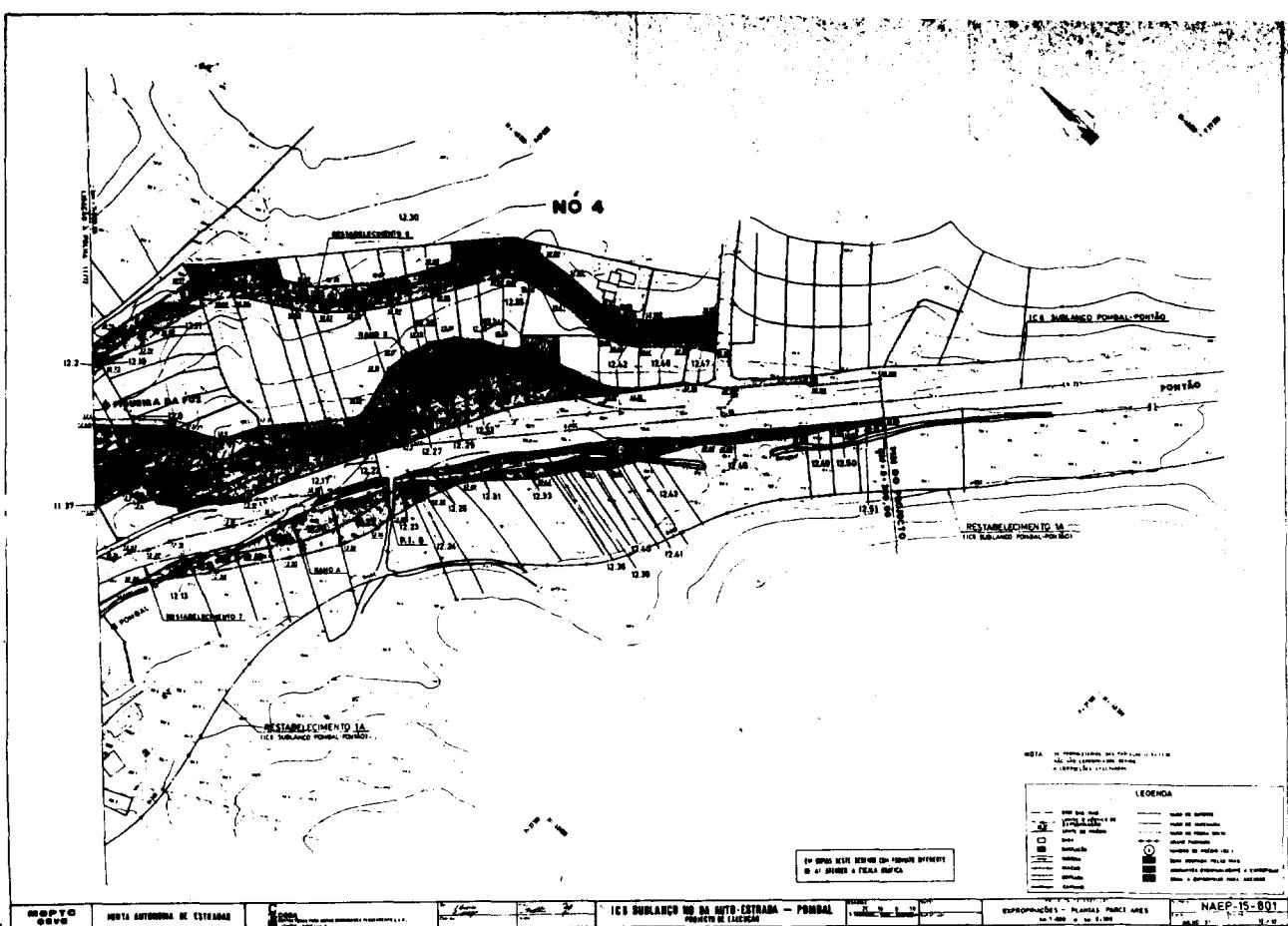












Direcção dos Serviços de Conservação

Despacho. — Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 10.º do Código das Expropriações aprovado pelo Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhe foi dada pelo art. 1.º do Dec.-Lei 154/83, de 12-4, e atento o despacho de 9-3-89 do Secretário de Estado das Obras Públicas que aprovou o projecto e o mapa de expropriações relativo às parcelas, declaro, por delegação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, constante do Desp. 17-XII/91, de 5-11, publicado no DR, 2.º, 290, de 17-12-91, a utilidade pública, com carácter de urgência, ao abrigo do art. 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei 2037, de 19-8-49, das expropriações das parcelas de terreno necessárias às «estradas nacionais n.º 206 e 315 — Beneficiação do Cruzamento da Bouça» abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial.

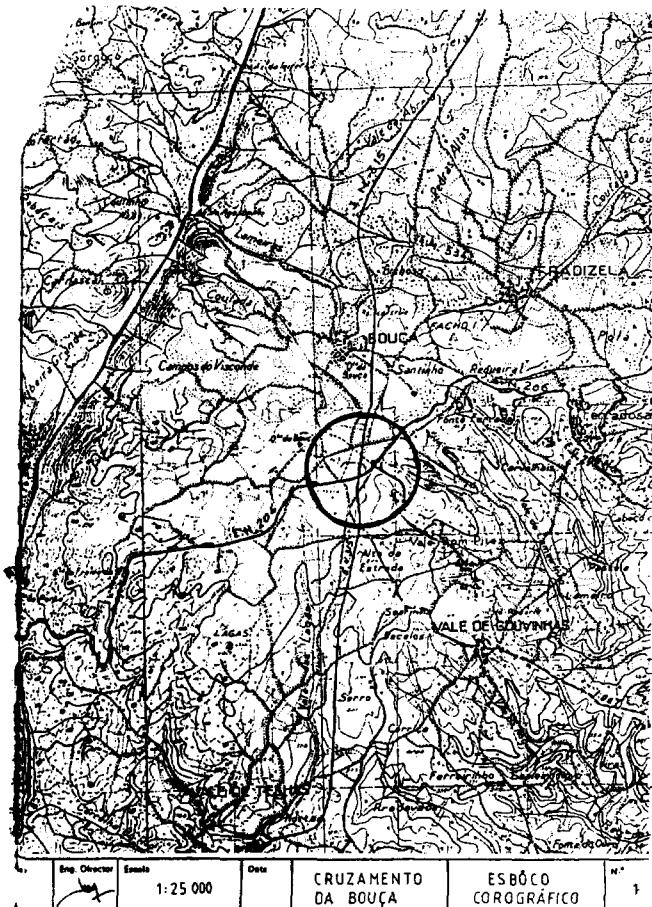
Mais declaro autorizar a Junta Autónoma de Estradas a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projectada seja executada o mais rapidamente possível.

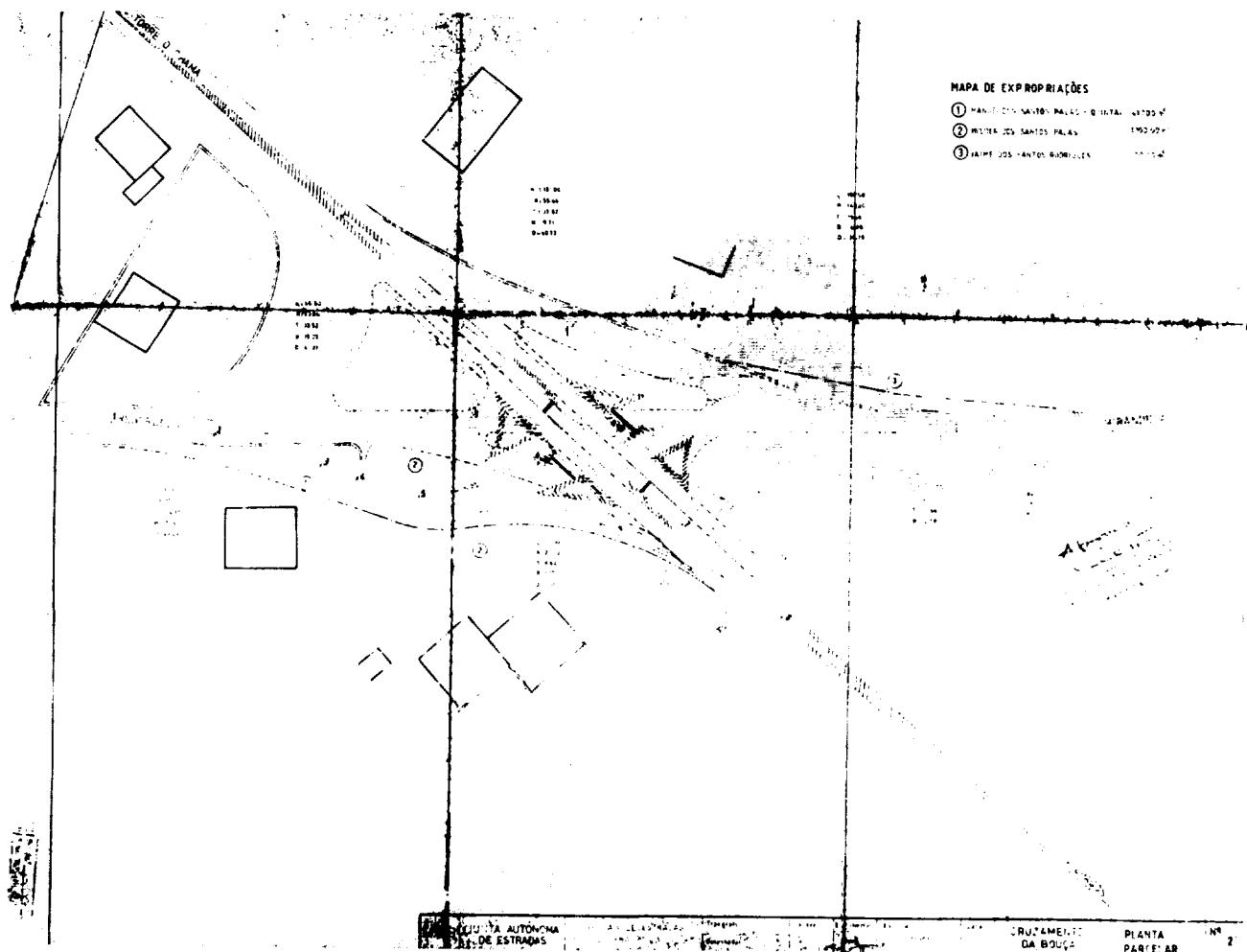
Os encargos com as expropriações em causa são da responsabilidade da Junta Autónoma de Estradas que dispõe da correspondente cobertura financeira.

15-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Álvaro Magalhães.

MAPA 1
Expropriações

Número da parcela	Nome do proprietário	Natureza dos prédios	Áreas a expropriar ou quantidades (m ²)
1	Manuel dos Santos Palas	Quintal	417
2	Hélder dos Santos Palas	Quintal	1 100
3	Jaime dos Santos Rodrigues ...	Quintal	300





Direcção de Empreendimentos Concessionados

Desp. SEOP. — Nos termos do disposto na al. a) do n.º 1 do art. 10.º do Código das Expropriações aprovado pelo Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção que lhe foi dada pelo art. 1.º do Dec.-Lei 154/83, de 12-4, e atento o meu despacho de 14-1-92 que aprovou a planta parcial n.º C1-E-202-13-09G e os respectivos mapas de áreas, relativos ao sublanço Estádio Nacional-Cascais, declaro, por delegação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, constante do Desp. 17-XII/91, de 5-12, a utilidade pública com carácter de urgência, ao abrigo do art. 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei 2037, de 19-8-49, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção do sublanço Estádio Nacional-Cascais, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial — dos direitos e ônus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Brisa a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas na planta anexa, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que as obras projectadas sejam executadas o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa são da responsabilidade da Brisa, Auto-Estradas de Portugal, S. A.

14-1-92. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Álvaro de Magalhães.

N.º do Processo	Nome e número da Propriedade Adquirida	REFÉRENCIAS			ÁREAS (m²)			VALORES (€)			
		Nº	Nome	União	Referência	Concessão	Propriedade	Terreno	Av. Direito	Av. Titular	Outros
316	N/ Identificado				Arta 100 Dec. 49 (parte)			474	474	—	—
316/1	N/ Identificado				Arta 100 Dec. 49 (parte)			330	330	—	—
316/2	N/ Identificado				Arta 100 Dec. 49 (parte)			363	363	—	—
316/3	N/ Identificado				Arta 100 Dec. 49 (parte)			211	211	—	—
		TOTAL							—	—	—

N.º do Processo	Nome e número da Propriedade Adquirida	REFÉRENCIAS			ÁREAS (m²)			VALORES (€)			
		Nº	Nome	União	Referência	Concessão	Propriedade	Terreno	Av. Direito	Av. Titular	Outros
316/4	José Joaquim Matelhe e Outros Braga.				Arta 100 Dec. 49 (parte)			834	834	—	—
317	N/ Identificado				Arta 100 Dec. 49 (parte)			329	329	—	—
318	Pedro Lopes Jesus e Outros Braga.				Arta 249 Dec. 49			2211	11 165	23 527	48 1470
323	Ramalho Monte e Outros N.º da CILVAGEM, 6 — 10 Dec Braga.				Arta 227 Dec. 49 (parte)			1519	650	—	48 001 48 000
		TOTAL							—	—	—

EXPROPRIAÇÕES MAPA DE ÁREAS												
CONCELHO DE CARCAIS FREGUESIA DE ESTORIL												
AUTO ESTRADA AL-COSTA DO ESTORIL-ORDEM N.º C1-B-202-13-080 LARGO ESTADÃO NACIONAL/CARCAIS												
N.º de Processo	Referências Número Unidade		ÁREAS (m²)									
	Nome	Unidade	Município	Distrito	Lote	Fazenda	Parcela	Unidade	Nome + Nro.	Unidade	Nome	Nome
323/1	José Francisco Vas ESTORIL	Arto 327 Sec. 49 (parte)							954 677 — a) 194 b) 323			
323/2	Francisco Cândido Neves ESTORIL	Arto 327 Sec. 49 (parte)							679 23 — a) 696			
324	Azizra Ozturk Lourenço e Outros ESTORIL								5255 1059 — a) 2391 b) 1905			
325	Raimundo Alves Filipe e Outros ESTORIL	Arto 100 Sec. 49 (parte)							816 816 — —			
326	Joséquin Coimbra Belalha e Outro ESTORIL	Arto 100 Sec. 49 (parte)							860 860 — —			
TOTAIS									— — —			

EXPROPRIAÇÕES MAPA DE ÁREAS												
CONCELHO DE CARCAIS FREGUESIA DE ESTORIL												
AUTO ESTRADA AL-COSTA DO ESTORIL-ORDEM N.º C1-B-202-13-080 LARGO ESTADÃO NACIONAL/CARCAIS												
N.º de Processo	Referências Número Unidade		ÁREAS (m²)									
	Nome	Unidade	Município	Distrito	Lote	Fazenda	Parcela	Unidade	Nome + Nro.	Unidade	Nome	Nome
335	Alfredo de Assunção Rodrigues R. Benito de Jesus Coimbra, 1648 VILA PRIMAS DE XIMA	Arto 100 Sec. 49 (parte)							208,5 309 — —			
337/1	N/ Identificado	Arto 100 Sec. 49 (parte)								494 321 — —	a) 173	
337/2	N/ Identificado	Arto 100 Sec. 49 (parte)								172 172 — —		
337/3	N/ Identificado	Arto 100 Sec. 49 (parte)								730 511 — —	a) 219	
TOTAIS									— — —			

EXPROPRIAÇÕES MAPA DE ÁREAS												
CONCELHO DE CARCAIS FREGUESIA DE ESTORIL												
AUTO ESTRADA AL-COSTA DO ESTORIL-ORDEM N.º C1-B-202-13-080 LARGO ESTADÃO NACIONAL/CARCAIS												
N.º de Processo	Referências Número Unidade		ÁREAS (m²)									
	Nome	Unidade	Município	Distrito	Lote	Fazenda	Parcela	Unidade	Nome + Nro.	Unidade	Nome	Nome
328/3	Pereira Serrano e Outros Rte. 128-Belvedere - Galiza ESTORIL	Arto 100 Sec. 49 (parte)							400 400 — —			
327	Ronaldo Costa Carvalho e Outros Algarve ESTORIL	Arto 87 Sec. 49	Educa 1790	3160	3160	3160	11 400 21 183 31 599	c) 200 — —	a) 405 b) 104 d) 590 e) 600			
329	Julio dos Santos Brás Av. Eça, 114 - 7B LISBOA	Arto 100 Sec. 49 (parte)							559 559 — —			
329/1	João dos Santos Brás Av. Eça, 114 - 7B LISBOA	Arto 100 Sec. 49 (parte)							443 195 — —		a) 248	
TOTAIS									— — —			

EXPROPRIAÇÕES MAPA DE ÁREAS													
CONCELHO DE CARCAIS FREGUESIA DE ESTORIL													
AUTO ESTRADA AL-COSTA DO ESTORIL-ORDEM N.º C1-B-202-13-080 LARGO ESTADÃO NACIONAL/CARCAIS													
N.º de Processo	Referências Número Unidade		ÁREAS (m²)										
	Nome	Unidade	Município	Distrito	Lote	Fazenda	Parcela	Unidade	Nome + Nro.	Unidade	Nome	Nome	
345	José Manuel Bettencourt Vila Real, Rte. 3 do Douro ESTORIL	Arto 100 Sec. 49								11816 3056 — —	a) 8760		
346	Manuel Pereira de Castro Calc. da Bentosa, 168 10 Bloq. LISBOA									N.L.	130 — —		
346/1	Leandro Pereira R. Bento Góis, 12 Bloq. Dpt. LISBOA									640	470 — —	a) 190	
346/2	Ribeiro Afonso Antas de Oliveira R. de Maceio, 4 30 LISBOA									N.L.	2135 — —		
344	Henrique de Armando José da Cunha Estilo e Outros ESTORIL	Arto 246 Sec. 49								4000	2677 — —	a) 1080 b) 243	
TOTAIS									— — —				

EXPROPRIAÇÕES MAPA DE ÁREAS													
CONCELHO DE CARCAIS FREGUESIA DE ESTORIL													
AUTO ESTRADA AL-COSTA DO ESTORIL-ORDEM N.º C1-B-202-13-080 LARGO ESTADÃO NACIONAL/CARCAIS													
N.º de Processo	Referências Número Unidade		ÁREAS (m²)										
	Nome	Unidade	Município	Distrito	Lote	Fazenda	Parcela	Unidade	Nome + Nro.	Unidade	Nome	Nome	
347	GRU-Grupe Representador Industrial, Lda. Bairro de Ameixoeira, zona C, Lote 31 R/C CARCAIS	Arto 82 Sec. 49 49 e 59							64834 Ficha 00761 Prev. Estoril	N.L.	7112 11 730 — —	a) 4667 b) 1211	
348/1	António Manuel Neto Ortig Qta. da Graciosa - Alto das Galas ESTORIL									N.L.	112 — —		
350	Tratar c/ Joaquim Nunes Neto Av. Pontes Peixoto de Melo, 47 30 Bloq. LISBOA	Arto. 81 Sec. 48	745 Faz. 16v. Lote. B-3	308,5	209	209			1132 Faz. 16v. Lote. B-4	N.L.	18125 21 922 31 833 —	a) 138 b) 19889	
350/1	Câmara Municipal de Cascais									N.L.	290 — —		
TOTAIS									— — —				

EXPROPRIAÇÕES MAPA DE ÁREAS													
CONCELHO DE CARCAIS FREGUESIA DE ESTORIL													
AUTO ESTRADA AL-COSTA DO ESTORIL-ORDEM N.º C1-B-202-13-080 LARGO ESTADÃO NACIONAL/CARCAIS													
N.º de Processo	Referências Número Unidade		ÁREAS (m²)										
	Nome	Unidade	Município	Distrito	Lote	Fazenda	Parcela	Unidade	Nome + Nro.	Unidade	Nome	Nome	
361	Carlos Alberto Mendes Rego CARCAIS	Arto 65 Sec. 46								3273	2033 — —	a) 1240	
TOTAIS									— — —				

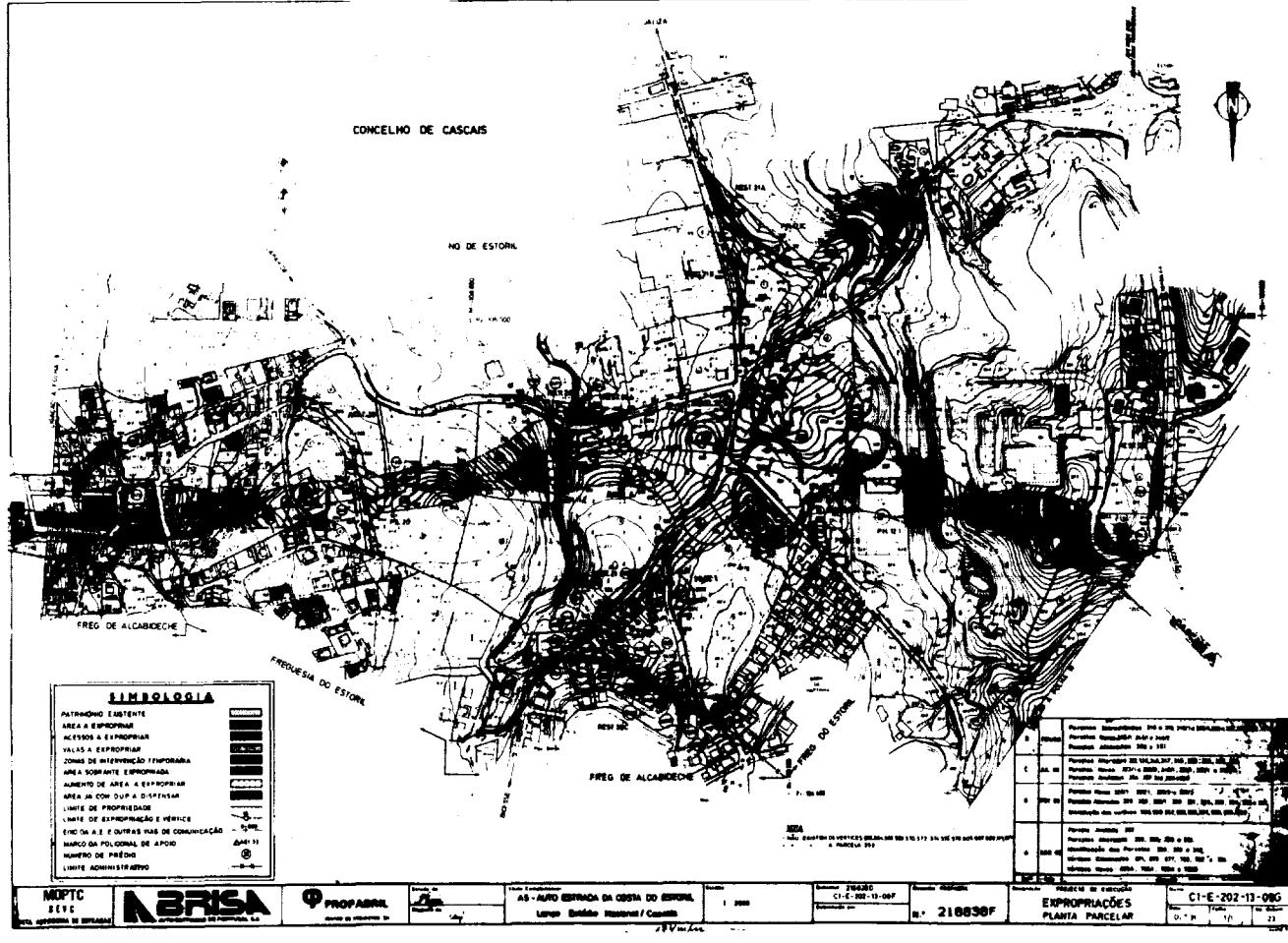
EXPROPRIAÇÕES			CONCELHO DE CASCAIS		
MAPA DE ÁREAS			PROGRAMA DE ESTORIL		
DATA 31/12/.....			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
AUTO Estrada A1-COSTA DO ESTORIL, desenho n.º C1-E-202-12-08G			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
N.º	Nome e Local de Proprietário do Imóvel	REFÉRENCIAS		ÁREA(S) (m ²)	
		Nome Unico	Arto.	União	Localização
			Portaria	Portaria	Portaria
		Código	Referência	Portaria	Portaria
353/8	Nuno Alves da Silveira	Arto.	8724	360	103
	77 des. 48 (parte)	Fls. 20v. LIV. B-34		11) 39	-
353/14	Nº Identificado	Arto. 77		360	93
	des. 48 (parte)			-	a) 300
353/16	Alfredo Borges Rapaldino e Outros Casa dos Rapaldino - ESTORIL	Arto. 77 des. 48 (parte)		0.L.	44
353/20	Câmara Municipal de Cascais CASAIS	Arto. 700 des. 48		60	45
	* Aumento de Área a expropriar			-	a) 15
				1	1
	TOTALIS			39	-

EXPROPRIAÇÕES			CONCELHO DE CASCAIS		
MAPA DE ÁREAS			PROGRAMA DE ESTORIL		
DATA 31/12/.....			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
AUTO Estrada A1-COSTA DO ESTORIL, desenho n.º C1-E-202-12-08G			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
N.º	Nome e Local de Proprietário do Imóvel	REFÉRENCIAS		ÁREA(S) (m ²)	
		Nome Unico	Arto.	União	Localização
			Portaria	Portaria	Portaria
		Código	Referência	Portaria	Portaria
356	Maria Izabel Isquino Reis e Costa ESTORIL	Arto. 78 des. 48			2141
356/1	Maria Luísa Ribeiro Paixão de Lourenço e Outro	Arto. 836 des. 58 (parte)	01394 Ficha	0.L.	3099
	Av. do Largo, 448 - 108 LRS/09				-
					a) 100
					a) 1000
					-
	TOTALIS				-

EXPROPRIAÇÕES			CONCELHO DE CASCAIS		
MAPA DE ÁREAS			PROGRAMA DE ESTORIL		
DATA 31/12/.....			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
AUTO Estrada A1-COSTA DO ESTORIL, desenho n.º C1-E-202-12-08G			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
N.º	Nome e Local de Proprietário do Imóvel	REFÉRENCIAS		ÁREA(S) (m ²)	
		Nome Unico	Arto.	União	Localização
			Portaria	Portaria	Portaria
		Código	Referência	Portaria	Portaria
353/21	Nº Identificado	Arto. 48 (parte)		0.L.	-
353/22	Nº Identificado	Arto. 372		260	100
353/23	Detonante Pacheco A.H.G. Almeida ou R.P.	Arto. 456 (parte)		0.L.	66
353/24	António Vieira Coimbra Alto das Gatas, Lt. 1A ESTORIL	Arto. 450		490	75
				-	a) 415
	TOTALIS				302

EXPROPRIAÇÕES			CONCELHO DE CASCAIS		
MAPA DE ÁREAS			PROGRAMA DE ESTORIL		
DATA 31/12/.....			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
AUTO Estrada A1-COSTA DO ESTORIL, desenho n.º C1-E-202-12-08G			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
N.º	Nome e Local de Proprietário do Imóvel	REFÉRENCIAS		ÁREA(S) (m ²)	
		Nome Unico	Arto.	União	Localização
			Portaria	Portaria	Portaria
		Código	Referência	Portaria	Portaria
353/25	Fernando Luís Martins Gomes	Arto. 430 (parte)		355	100
353/26	António Vieira Coimbra Alto das Gatas, Lt. 4A ESTORIL	Arto. 436 (parte)		0.L.	110
353/27	Baldaciano Coelho Barreiro de Martimho Viv. Coelho ESTORIL	Arto. 435		0.L.	4
	* Área com DIF e dispensa			-	-
					172
	TOTALIS				-

EXPROPRIAÇÕES			CONCELHO DE CASCAIS		
MAPA DE ÁREAS			PROGRAMA DE ESTORIL		
DATA 31/12/.....			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
AUTO Estrada A1-COSTA DO ESTORIL, desenho n.º C1-E-202-12-08G			LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS		
N.º	Nome e Local de Proprietário do Imóvel	REFÉRENCIAS		ÁREA(S) (m ²)	
		Nome Unico	Arto.	União	Localização
			Portaria	Portaria	Portaria
		Código	Referência	Portaria	Portaria
361	José Cardoso	Arto. 915 des. 48		0.L.	11 260
	Marcos S. Mário Costa Ferreira LIMA, 15 A 70 Esp.			21 140	-
					a) 200
					a) 200
361/1	José Francisco da Mota Raposo e Outros	Arto. 916 des. 48		0.L.	1840
	R. Dr. Marques da Mata, 7 30 000				-
					a) 5120
362	Salvador, Lda. e Outros	Arto. 94		0.L.	751
	R. Portas das Arribas, 105 LIMA				-
					a) 2019
363	Miguel Ray da Redonda Araújo	Arto. 918 des. 48		0.L.	233
					-
					a) 2229
	TOTALIS				78



MOPC
ESTORIL
BRISA
PROFASEL
Freguesia de Estoril / Cascais
LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS
DATA 31/12/.....
C1-E-202-12-08G
MOPC
ESTORIL
BRISA
PROFASEL
Freguesia de Estoril / Cascais
LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS
DATA 31/12/.....
C1-E-202-12-08G
MOPC
ESTORIL
BRISA
PROFASEL
Freguesia de Estoril / Cascais
LARGO DIREITORES NACIONAIS / CASCAIS
DATA 31/12/.....
C1-E-202-12-08G

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE

Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos

Despacho. — Nos termos da al. d) do art. 3.º do Dec.-Lei 103-A/84, de 30-3, constitui atribuição da Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos manter actualizado o registo nacional dos cosméticos e das matérias-primas utilizadas no sector.

Assim, e para os efeitos do disposto naquele preceito legal, determina-se o seguinte:

1 — O lançamento no mercado dos produtos cosméticos e de higiene corporal deverá ser comunicado à Direcção-Geral de Assuntos Farmacêuticos (DGAF), posteriormente à data desse lançamento.

2 — A comunicação deverá ser efectuada mediante o preenchimento de uma ficha por cada produto, cujo modelo se anexa, e que é cedida pela DGAF a pedido dos interessados.

3 — A ficha a que se refere o número anterior deve ser acompanhada, sempre que possível, de uma embalagem vazia.

4 — No final de cada ano, as firmas deverão enviar à DGAF e ao Centro de Informação Antivenenos (CIAV) a relação dos produtos cosméticos e de higiene corporal que tiverem sido retirados do mercado nacional.

31-12-91. — O Director-Geral, J. A. Aranda da Silva.

A N E X O MÓDULO DA FICHA A QUE SE REFERE O PONTO 2 DO DESPACHO

MINISTÉRIO DA SAÚDE DIRECÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FARMACÊUTICOS	
FICHA DE COMUNICAÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS E DE HIGIENE CORPORAL À DIRECÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS FARMACÊUTICOS	
IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	
CATEGORIA (de harmonia com o Anexo I)	
DESIGNAÇÃO COMERCIAL e/ou Marca	
ORIGEM: Nacional <input type="checkbox"/> Não comunitária <input type="checkbox"/> Comunitária <input type="checkbox"/>	
PROPRIETÁRIO	
FABRICADO POR	
IMPORTADOR	
COMUNICADO AO CIAV SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Gabinete do Ministro

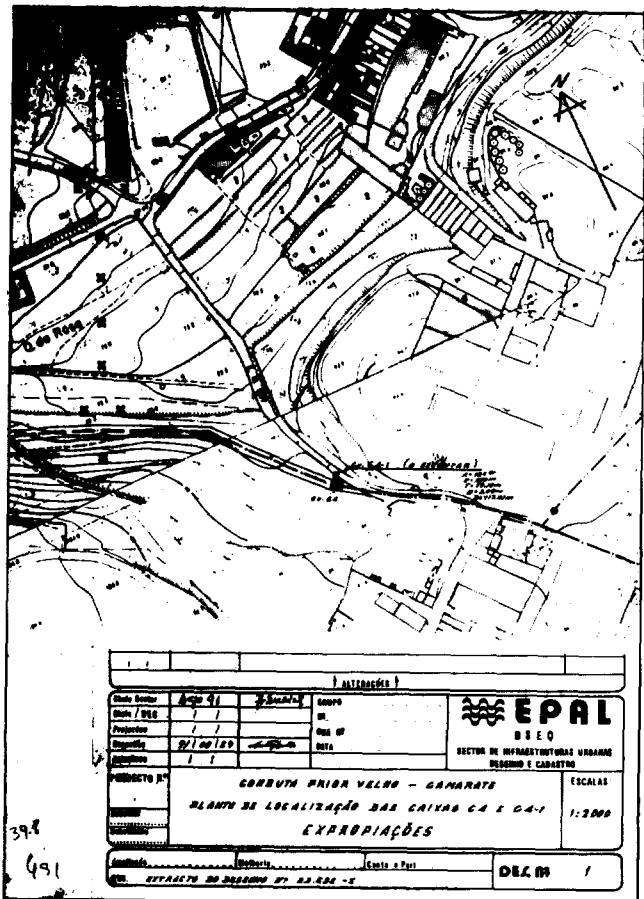
Desp. 4/92/MARN. — 1 — Nos termos do disposto nos n.os 1 e 3 do art. 10.º do Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção dada pelo art. 1.º do Dec.-Lei 154/83, de 12-4, é declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação da parcela de terreno identificada na planta anexa, sita na freguesia de Camarate, do concelho de Loures, e com a área e limites que a seguir se discriminam, e destinadas à obra «Instalação de um medidor de caudal electromagnético na conduta do Prior Velho, Camarate»:

Parcela — Sita na freguesia de Camarate com a área de 20 m², confronta a norte e a nascente com estrada, a sul com conduta da EPAL e a poente com os expropriados.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior e nos termos dos arts. 1.º e 5.º do Dec.-Lei 34 021, de 11-10-44, tornado extensivo à EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., pelo Dec.-Lei 42 323, de 16-6-69, conjugado com o art. 12.º do Dec.-Lei 230/91, de 21-6, determino a aplicação do regime previsto no art. 2.º daquele decreto-lei aos terrenos identificados no n.º 1 do presente despacho e àquelas que lhes dêem acesso.

Lei 42 323, de 16-6-69, conjugado com o art. 12.º, do Dec.-Lei 230/91, de 21-6, determino a aplicação do regime previsto no art. 2.º daquele decreto-lei ao terreno identificado no n.º 1 do presente despacho e àquelas que lhes dêem acesso, pelo que os seus proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores são obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, na execução de escavações, assentamento de tubagens, e seus acessórios, desvio de águas superficiais e subterrâneas e vias de comunicação, enquanto durarem os estudos, trabalhos e pesquisas necessários à obra «Instalação de um medidor de caudal electromagnético na conduta do Prior Velho, Camarate».

30-1-92. — O Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, Carlos Borrego.



Desp. 7/92/MARN. — 1 — Nos termos do disposto nos n.os 1 e 3 do art. 10.º do Dec.-Lei 845/76, de 11-12, com a redacção dada pelo art. 1.º do Dec.-Lei 154/83, de 12-4, é declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação das parcelas de terreno identificadas na planta anexa, sitas na freguesia e concelho de Azambuja, com áreas e limites que a seguir se discriminam, e destinadas à obra de «Vedação do Recinto da Várzea das Chaminés»:

Parcela 1 — Com a área de 565 m², a confrontar a norte e poente com expropriado e a sul e nascente com condutas da EPAL;

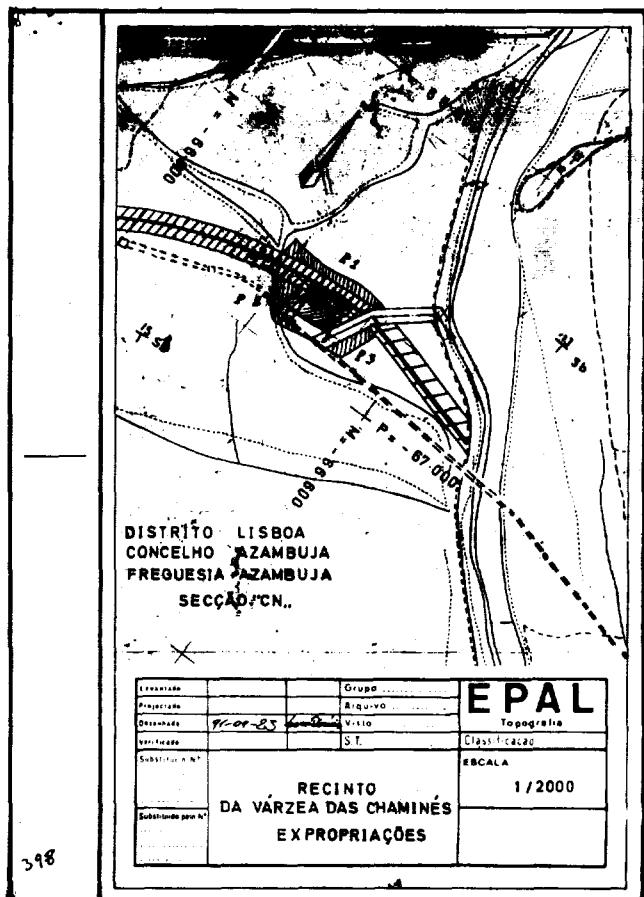
Parcela 2 — Com a área de 425 m², a confrontar a norte com a conduta da EPAL, a sul e poente com expropriado e a nascente com EPAL;

Parcela 3 — Com a área de 280 m², a confrontar a norte e poente com condutas da EPAL e a sua e nascente com expropriado.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior e nos termos dos arts. 1.º e 5.º do Dec.-Lei 34 021, de 11-10-44, tornado extensivo à EPAL — Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., pelo Dec.-Lei 42 323, de 16-6-69, conjugado com o art. 12.º do Dec.-Lei 230/91, de 21-6, determino a aplicação do regime previsto no art. 2.º daquele decreto-lei aos terrenos identificados no n.º 1 do presente despacho e àquelas que lhes dêem acesso,

pelo que os seus proprietários, arrendatários ou a qualquer título possuidores são obrigados a consentir na sua ocupação e trânsito, na execução de escavações, assentamento de tubagens, e seus acessórios, desvio de águas superficiais e subterrâneas e vias de comunicação, enquanto durarem os estudos, trabalhos e pesquisas necessários à obra de «Vedação do Recinto da Várzea das Chamines».

3-2-92. — O Ministro do Ambiente e Recursos Naturais, *Carlos Borges*.



UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Por despacho reitoral de 3-2-90, sob proposta da Faculdade de Farmácia, criado o curso de especialização de pós-licenciatura em Análises Clínicas, subordinado à seguinte regulamentação:

Curso de especialização de pós-licenciatura em Análises Clínicas

Considerando o disposto no n.º 9 da Port. 528/88, de 8-8;

Ao abrigo da al. d) do art. 24.º dos Estatutos da Universidade do Porto, determina-se o seguinte:

1.º

Criação

É criado na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto o curso de especialização de pós-licenciatura em Análises Clínicas.

2.º

Objetivo

O curso visa proporcionar um nível aprofundado de conhecimentos científicos e técnicos em análises químicas, físico-químicas e biológicas

(bioquímicas, microbiológicas, imunológicas e hematológicas), para apoio à clínica.

3.º

Habilidades de acesso

São admitidos à candidatura à matrícula no curso os titulares das licenciaturas em Farmácia ou em Ciências Farmacêuticas conferidas por universidades portuguesas.

4.º

Limitações quantitativas

A inscrição no curso está sujeita a limitações quantitativas, as quais serão fixadas anualmente por despacho do reitor, sob proposta do conselho directivo, elaborada na sequência de audição dos conselhos científico e pedagógico.

5.º

Supranumerários

1 — Poderá ainda ser criado um contingente especial, para além das vagas fixadas nos termos do n.º 4, destinado a estudantes das Repúblicas Popular de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, Popular de Moçambique e Democrática de São Tomé e Príncipe, desde que a sua candidatura seja apresentada pela via diplomática, através do Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior, no âmbito dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português.

2 — Os estudantes a que se refere o n.º 1 têm de ser titulares de licenciatura em Farmácia ou em Ciências Farmacêuticas e estarão sujeitos, se excederem o número de vagas fixadas, às regras de seleção referidas no n.º 6.

3 — O número de vagas será fixado pelo reitor da Universidade do Porto e não poderá ser superior a 10% das vagas referidas no n.º 4.

6.º

Seriação de candidatos

As regras de seriação dos candidatos serão estabelecidas por despacho do reitor, proferido sob proposta dos conselhos científico e pedagógico e serão objecto de afiação pública.

7.º

Prazos

Os prazos em que decorrerão a candidatura, a divulgação das listas de seriação, a matrícula e a inscrição serão fixados pelo conselho directivo.

8.º

Regime geral

As regras de matrícula, inscrição, frequência, avaliação de conhecimentos, precedências e prescrição, serão fixadas pelos órgãos competentes da Faculdade de Farmácia.

9.º

Propinas

A inscrição anual no curso estará sujeita ao pagamento de uma propina de montante fixado anualmente.

10.º

Plano de estudos

O plano de estudos é o constante do anexo I.

11.º

Avaliação

1 — O grau de aproveitamento será avaliado em exame final global que versará todas as matérias leccionadas.

2 — A classificação será de reprovado ou de aprovação quantificada em números inteiros de 10 a 20 valores.

12.º

Certificado

Aos alunos aprovados será passado um certificado nos termos do anexo II.

13.º

Publicação

Os despachos reitorais a que se referem os n.º 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 9.º, serão objecto de publicação no DR, 2.º

3-2-92. — O Reitor, (Assinatura ilegível).

ANEXO I**Curso de especialização de pós-licenciatura em Análises Clínicas****1.º período**

Disciplina	Duração	Carga horária total	
		Teóricas	Laboratoriais
Bioquímica Clínica Complementar I	4 meses	32	64
Bacteriologia Clínica I	4 meses	32	64
Hematologia Clínica I	4 meses	32	64
Imunologia Complementar	4 meses	32	48

2.º período

Disciplina	Duração	Carga horária total	
		Teóricas	Laboratoriais
Bioquímica Clínica Complementar II	4 meses	32	64
Bacteriologia Clínica II	4 meses	32	64
Hematologia Clínica II	4 meses	32	64
Micologia Clínica	4 meses	32	48

3.º período

Disciplina	Duração	Carga horária total	
		Teóricas	Laboratoriais
Bioquímica Clínica Complementar III	4 meses	32	64
Parasitologia Clínica	4 meses	32	64
Virologia Clínica	4 meses	32	64
Semiótica	4 meses	16	—
Estatística e Controlo de Qualidade	4 meses	16	—

4.º período (estágio)

Área	Duração
Bioquímica/Imunologia	2 meses
Hematologia	2 meses
Microbiologia	2 meses

ANEXO II

desta Universidade o curso de especialização de pós-licenciatura em Análises Clínicas, com a classificação de ... (h) valores, em ... (i).

**Curso de especialização de pós-licenciatura
em Análises Clínicas**

Porto, ... (j),

O Reitor

...

O Administrador

Certificado final

República (a) Portuguesa

... (b), reitor da Universidade do Porto:

Faço saber que ... (c), filho de ... (d), natural da freguesia de ... (e), concelho de ... (f), distrito de ... (g), concluiu na Faculdade de Farmácia

(a) Emblema da Universidade do Porto.

(b) Nome do reitor da Universidade do Porto.

(c) Nome do titular do certificado final.

(d) Nome do pai e da mãe do titular do certificado final.

(e), (f) e (g) Freguesia, concelho e distrito da naturalidade do titular do certificado final.

(h) Classificação final do curso.

(i) e (j) Datas.

NASCEMOS EM 1768...

Quando a sua empresa precisar de formulários em contínuo, «snap-out», blocos, impresso exclusivo e solto — e, claro, produção de livros — lembre-se de que a INCM — Imprensa Nacional-Casa da Moeda não faz apenas o mais difícil e o mais complicado em artes gráficas. Está completamente equipada para a produção de trabalhos gráficos para todas as rotinas administrativas.

Consulte-nos por escrito ou pelo telefone 600696 de Lisboa



MAIS DE DUZENTOS ANOS DE EXPERIÊNCIA EM ARTES GRÁFICAS



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9971

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunicar-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 6\$; preço por linha de anúncio, 178\$.

2 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 384\$00